

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

# Anais Brasileiros de Estudos Turísticos

## ABET

ISSN 0000-0000



ABET	Juiz de Fora	v.1	n.1	pág 1-170	jan. / jun. 2011
------	--------------	-----	-----	-----------	------------------

© Editora UFJF, 2010

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa da editora.  
O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso de imagens ou textos de outro(s) autor(es),  
são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e/ou organizador(es).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**REITOR**

HENRIQUE DUQUE DE MIRANDA CHAVES FILHO

**VICE-REITOR**

JOSÉ LUIZ REZENDE PEREIRA



**DIRETOR DA EDITORA UFJF / PRESIDENTE DO CONSELHO EDITORIAL**  
ANTENOR SALZER RODRIGUES

**CONSELHO EDITORIAL**

AFONSO CELSO CARVALHO RODRIGUES

ANDRÉ MOISÉS GAIO

ANDRÉ SILVA MARTINS

ANTONIO FERREIRA COLCHETE FILHO

FABRÍCIO ÁLVIM CARVALHO

HENRIQUE NOGUEIRA REIS

ROGERIO CASAGRANDE

SUELI MARIA DOS REIS SANTOS

**STUDIO EDITORA UFJF**

**PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO:**  
GABRIEL SCHUERY CUSTÓDIO

**CAPA:**  
MOEMA SARRAPIO

**REVISÃO DE PORTUGUÊS:**  
JACKSON LEOCÁDIO

---

## FICHA CATALOGRÁFICA

---

**EDITORA UFJF**

RUA BENJAMIN CONSTANT, 790

CENTRO - JUIZ DE FORA - MG

CEP 36015 - 400

FONE/FAX: (32) 3229-7645

(32) 3229-7646

secretaria@editoraufjf.com.br

distribuicao.editora@ufjf.edu.br

www.editoraufjf.com.br

# ANAIAS BRASILEIROS DE ESTUDOS TURÍSTICOS

A revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos – ABET, publicação editada semestralmente pelo Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, é um periódico científico especializado em turismo, que visa propiciar um espaço privilegiado para o debate, a reflexão e a difusão do conhecimento científico em turismo, por meio da publicação da produção científica de artigos científicos, ensaios teóricos e relatos de casos e experiências relacionadas, preponderantemente ao corpo discente e docente da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mas, também, aberta a contribuições e interfaces com outras instituições de ensino, pesquisadores e profissionais ligados a essa área de conhecimento.

## MISSÃO

Publicização de conhecimento científico em turismo substantivo, independente do local de origem de sua produção e/ou orientação epistemológica e analítica, mas que esteja fundamentado numa perspectiva acadêmica, com alto rigor e credibilidade e que possa contribuir para o avanço do conhecimento neste campo temático.

## VISÃO

Ser um periódico reconhecido nacionalmente, por meio de sua indexação na base de periódicos do sistema Qualis/CAPES, e líder no cenário mineiro como principal referência enquanto base de dados confiável, de relevância e ímpar na difusão de conhecimento científico em turismo, na perspectiva, sobretudo, tanto de alunos quanto de professores, mas também para pesquisadores (inclusive de outras áreas) e profissionais de mercado.

## OBJETIVO GERAL

Propagar e socializar o conhecimento científico, teórico-crítico e didático-pedagógico, preponderantemente produzido pelo corpo discente e docente do curso de Turismo da UFJF, com o objetivo de estimular o debate acadêmico, além de auxiliar os profissionais, mediante o debate e a profusão de novos saberes e/ou de novas práticas que atuam nesta área do saber humano.

De modo complementar, este periódico tem como preocupação central o estímulo e inserção dos graduandos, graduados e demais interessados na área de Turismo e suas interfaces, a fim de estimular, desde cedo, o debate e a produção de conhecimento, contribuindo assim para geração de novas ideias, ampliação do raio de ação e aprofundamento das questões tradicionalmente já debatidas; visando, em síntese, o aprimoramento técnico-científico e fornecendo informações substanciais para o desenvolvimento da atividade turística.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oferecer espaço público e plural para a discussão, debate, troca de ideias e produção do conhecimento científico em turismo, de forma embasada, rigorosa e científica;
- Incentivar a realização de pesquisa, produção e difusão de conhecimento em turismo, especialmente por parte de docentes e discentes da UFJF;
- Estimular o desenvolvimento reflexivo dos graduandos e sua integração com o universo acadêmico através da interação fornecendo um espaço aberto para sua participação acadêmica efetiva;
- Divulgar os trabalhos de ensino, pesquisa, iniciação científica e extensão desenvolvidos, preponderantemente pelo Departamento de Turismo da UFJF, mas também pela comunidade acadêmica local, regional e nacional como um todo e também por profissionais relacionados ao trade turístico, favorecendo, assim, o intercâmbio de teorias, perspectivas e estudos;
- Disponibilizar e manter um banco de dados referencial sobre conhecimento científico em turismo.

## PÚBLICO ALVO

- Corpo discente e docente do curso de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF);
- Discentes e docentes das demais instituições de Turismo nacionais;
- Profissionais da área de Turismo;
- Interessados neste campo do saber.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**Reitor**

Henrique Duque de Miranda Chaves Filho

Vice Reitor

José Luiz Rezende Pereira

Pró Reitor de Graduação

Eduardo Magrone

Diretor do Instituto de Ciências Humanas – ICH

Eduardo Salomão Conde

Diretor da Editora da UFJF

Antenor Sauzer Rodrigues

-----  
Editores

Thiago Duarte Pimentel – Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF (Brasil)

Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior – Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF (Brasil)

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Panosso Neto, Dr. – Universidade de São Paulo / USP (Brasil)

Álvaro Banducci Junior, Dr. – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul / UFMS (Brasil)

Ângela Cabral Flecha, Dr<sup>a</sup>. – Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP (Brasil)

Carlos Eduardo Silveira, Dr. – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri / UFJVM (Brasil)

Carlos Manuel Martins da Costa, Dr. – Universidade de Aveiro / UA (Portugal)

Christianne Luce Gomes, Dr<sup>a</sup> – Universidade Federal de Minas Gerais /UFMG (Brasil)

Edegar Tomazzoni, Dr. – Universidade de São Paulo / USP (Brasil)

Euler David de Siqueira, Pós-Doutor – Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF (Brasil)

Helena Doris de Almeida Barbosa Quaresma ,Dr<sup>a</sup> – Universidade Federal do Pará / UFPA (Brasil)

José Manoel Gonçalves Gândara, Dr. – Universidade Federal do Paraná / UFPR (Brasil)

Lynn Minnaert, Dr<sup>a</sup> – Universidade de Surrey/ University of Surrey (Inglaterra)

Natan Uriely, Dr. – Universidade Ben-Gurion de Negev (Israel)

Alejandro Muñoz Palafox, Dr. – Universidade de Quintana Roo (México)

Sérgio Rodrigues Leal, Dr. – Universidade Federal do Rio Grande do Norte / UFRN (Brasil)

# SUMÁRIO

- 7 EDITORIAL
- 11 BREVE APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR DR. EULER DAVID DE SIQUEIRA  
*Bárbara Nascimento Duarte*
- 13 TURISMO NA FRONTEIRA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO TURISMO NAS CASAS NOTURNAS DE JUIZ DE FORA  
*Tourism in the border: senses and meanings of the tourism in the night clubs of Juiz de Fora*  
*Euler David de Siqueira*
- 25 ANÁLISE DOS VALORES PRESENTES NO PROCESSO DE TOMBAMENTO DE BENS IMÓVEIS DA PRAÇA DR. SENRA EM PEDRO LEOPOLDO – MG  
*An Analysis of the values found in the protection process of houses on Dr. Senra Square in Pedro Leopoldo - MG*  
*Mariana Alves Madureira*
- 41 INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO: UM ESTUDO DE CASO NO MUSEU DE ARTE MODERNA MURILO MENDES  
*Heritage Interpretation: A Case Study at the Museum of Modern Art Murilo Mendes*  
*Maria Elisa Rocha Figueira*
- 59 INDICADORES NA GESTÃO DA HOSPITALIDADE PÚBLICA NO PARQUE ECOLÓGICO PROMOTOR FRANCISCO LINS DO REGO – PARQUE ECOLÓGICO DA PAMPULHA (PEP) – BELO HORIZONTE – MG.  
*Indicators of Hospitality Management in the Ecological Park Prosecutor Francisco Lins do Rego – Parque Ecológico da Pampulha (PEP), Belo Horizonte, State of Minas Gerais, Brazil*  
*Jussara Helena de Castro Netto*  
*Thiago Duarte Pimentel*
- 65 BELLEVILLE TOUR: UM ROTEIRO PALIMPSÉSTICO POR PARIS  
*Belleville Tour: a palimpsest - like circuit through Paris*  
*Humberto Fois-Braga*



# Editorial

## APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO

Caros colegas leitores, autores e colaboradores:

É com imensa satisfação que apresentamos aqui a primeira edição da revista *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos – ABET*. Fruto de muito esforço e trabalho, o projeto inicial, que ora se coloca como produto objetificado, nasceu do diálogo informal entre os professores Thiago Duarte Pimentel e Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior, que, nos idos do final de 2009 – e lá se vão quase dois anos! –, quando acabam de chegar como professores recém concursados ao departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, se depararam com algumas questões que se colocavam até então como obstáculos a serem ultrapassados.

Um deles era uma certa “inércia” e apatia percebida em relação ao comportamento dos alunos. Mas, com a inquietação daquele que chega a um lugar estranho e que se põe a observar as lacunas positivamente, como possibilidades de ação a gerarem melhorias, é que iniciamos uma troca de opiniões sobre nossas percepções, que culminou com um pensamento mútuo de convergir esforços para a realização de uma ação que, ainda que atrelada ao espaço e ofício acadêmico, fosse mais do que isso: fosse uma ação política, capaz de mexer com os alunos e, posteriormente, fazer com que se movimentassem.

Surgiu então a ideia de se criar uma revista, pensada como uma possibilidade de ser um meio para dar vazão a uma possível demanda reprimida de “participação” positiva, no sentido de transformar ideias em ações com resultados concretos de melhoria para o curso. Assim, gestada no sentido de inserir de forma ativa, contributiva e saudável a participação dos alunos, é que se concebeu esta revista, antes como um meio de participação do que como uma finalidade “apenas” de produção e disseminação do conhecimento relativo ao campo turístico.

Assim, obtido junto aos colegas de departamento o sinal verde para o início da empreitada, não se mediram esforços por parte desses professores, agora editores, no sentido de criar um movimento e ao mesmo tempo uma revista séria e comprometida rigorosamente com as exigências de qualidade dos maiores periódicos científicos nacionais e até internacionais.

Mas, esta história não se resume aos esforços dos editores. Muitas pessoas atuaram diretamente nessa empreitada, sem as quais talvez não tivéssemos

conseguido chegar aqui. Por isso queremos agradecer aos alunos: Laura Basdão Yung, pelo auxílio na pesquisa e construção do projeto editorial; Luís Henrique Nascimento, pelo trabalho de *back office*, leituras, anotações, entrevistas e levantamento de informações sobre o sistema SEER; Paloma Carolina, pelo levantamento dos possíveis patrocinadores; Romilda Aparecida Lopes, pelo significativo auxílio na gestão da revista. Agradecemos também: aos nossos “colegas ocultos” avaliadores, pelo competente e primoroso trabalho de avaliação dos artigos; aos nossos membros do conselho editorial, pela disponibilidade e interesse em contribuir com sua experiência e seus conhecimentos para o amadurecimento da revista; ao departamento de Turismo e a Universidade Federal de Juiz de Fora, especialmente a Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) que tornaram possível a transformação daquele desafio nesta oportunidade; e, acima de tudo, a você aluno por ser a mola mestra inspiradora deste trabalho e a quem dedicamos esta iniciativa. Que venham conosco tomar parte naquilo que é vosso!

A todos vocês, desde já, o nosso muitíssimo obrigado, e que esta iniciativa se perpetue no futuro por aqueles que virão.

## APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Este volume (número), assim como os demais que se seguirão, está constituído de seis contribuições, algumas inéditas, que abordam direta ou indiretamente temáticas caras ao campo do saber turístico.

Dos seis trabalhos aqui relacionados, o segundo, de autoria do Prof. Dr. Euler David de Siqueira, e que é apresentado por intermédio de um enriquecedor texto de sua ex-aluna de graduação em turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Bárbara Nascimento Duarte, lança um olhar etnográfico sobre um tema pouco usual nos estudos turísticos, o turismo sexual, ou melhor, a atividade sexual como atrativo turístico complementar aos deslocamentos por motivo de negócios. Neste artigo, o autor nos brinda com uma análise teórica de alto nível que lhe confere um olhar sistemático e treinado para exemplos pinçados de *sites* e conversas extraídas indutivamente da realidade local da cidade de Juiz de Fora – caracterizada pelo autor como destino de viagens de negócios por excelência. Partindo do estranhamento do banal e cotidiano das imagens turísticas tidas como legítimas e desejáveis pelo estereótipo padrão do turismo convencional, o autor analisa como outro tipo de turismo, de turistas e

de atrativos, contribui igualmente – embora com uma carga valorativa diferente em relação ao pensamento dominante – para se disseminar uma imagem turística, porém que se situa do outro lado da fronteira em relação ao esquema de classificação “ideal”.

A seguir, dois textos tratam da questão do patrimônio. O primeiro deles, de autoria da turismóloga mestra em arquitetura pela Universidade de São Paulo (USP) e membro do Conselho Municipal de Turismo da cidade de Pedro Leopoldo (MG), Mariana Alves Madureira, identifica e espacializa uma imperiosa discussão sobre os valores implícitos concernentes à questão patrimonial aos representantes legais responsáveis pela preservação do patrimônio em escala local e a manifestação de tais expressões, através da seleção daquilo que será preservado e mantido para o futuro. A análise da autora evidencia como alguns bens tombados – e teoricamente preservados – ainda sofrem dificuldades na sua manutenção como patrimônio da cidade, sendo, muitas vezes, ressignificados e modificados com a marcha rumo ao “progresso”, sofrendo mudanças que alteram sua estrutura intrínseca, mudanças essas que são legitimadas e conduzidas pelos próprios guardiões desse patrimônio devido à sua diversidade de valores.

O terceiro artigo, também dedicado à discussão sobre patrimônio, da autora Maria Elisa Rocha Figueira, graduada em turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em 2011, trata da interpretação do conjunto do Museu de Arte Moderna Murilo Mendes, da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Resgatando as premissas e procedimentos relacionados a este tipo de interpretação, a autora leva a cabo um estudo de caso com os representantes desta instituição, em que identificam que as práticas adotadas pela gestão do museu ainda carecem de aprimoramento, as quais poderiam ser muito úteis para despertar a atenção dos visitantes e possíveis turistas que frequentam o local, contribuindo assim para a melhoria na qualidade dos atrativos existentes na cidade.

Por sua vez, o quarto trabalho presente nesta edição trata da hospitalidade, especificamente aquela vinculada aos espaços públicos. O texto de Jussara Helena de Castro Netto e Thiago Duarte Pimentel realiza uma discussão sobre a hospitalidade pública no espaço do Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego – Parque Ecológico da Pampulha (PEP) em Belo Horizonte (MG), onde se buscou identificar, de um lado, a percepção dos usuários sobre a hospitalidade do parque e, de outro, os mecanismos de gestão utilizados pelos administradores do mesmo. Como resultado, além



da identificação das características sócio-demográficas dos usuários do parque – o que parece vinculado ao tipo de equipamentos requisitados e o seu uso –, foi possível observar também o nível de satisfação dos usuários que, em grande parte, avaliam positivamente a hospitalidade pública do local. Assim, o trabalho parece contribuir para se evidenciar procedimentos e equipamentos exitosos no tocante à hospitalidade pública, podendo servir assim de referência para aplicações em outros contextos.

Por fim, o último texto traz uma reflexão livre do professor do depto. de Turismo/UFJF Humberto Fois-Braga, sobre a narrativa fílmica e suas possibilidades de associação com o turismo. Relendo a formatação de roteiros, o autor mostra com base em uma narrativa fílmica como que, ao se inovar na criação de roteiros, apesar das melhores intenções que se possa ter, os turistas nem sempre assimilam roteiros alternativos – embora queiram algo diferente – e acabam optando muitas vezes pelo clichê. Porém, o autor argumenta que, pela inserção subjetiva em doses homeopáticas, se pode conquistar a atenção dos turistas para algo diferenciado, o que nos faz repensar a necessidade de projetar roteiros mais ricos e capazes de sair do senso comum, oferecendo ao mesmo tempo certa padronização inerente à organização da atividade em escala.

Desta feita, é com base nestes seis trabalhos, um ensaio teórico, precedido de um texto de apresentação, três resultados de pesquisas originais e uma reflexão livre – ou pensata (no estilo que queremos baila uma reflexão original livre do formalismo acadêmico que, por vezes, atrapalha a criação), – que vos brindamos com esta edição que inaugura uma safra de muitas outras que se seguirão trazendo textos de altíssima qualidade e comprometidos com a produção e disseminação do conhecimento em turismo em suas múltiplas facetas, sem privilegiar paradigmas, mas também sem abrir mão da qualidade e do rigor científicos que nos impelem ao avanço do conhecimento.

A todos uma ótima leitura!

Thiago Duarte Pimentel  
Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior  
(Coeditores)

# Breve apresentação do Professor Dr. Euler David de Siqueira

Fazer uma breve biografia sobre o professor, pesquisador e amigo pessoal, Euler David de Siqueira, é uma tarefa prazerosa, mas desafiadora. É importante reconhecer o mérito de um docente dedicado às suas funções acadêmicas e de pesquisa, e o valor de um amigo agradável e um otimista – com certeza, muitos acrescentarão “divertido!”. Confesso que mesmo tendo sido sua aluna, orientanda da Graduação no curso de Turismo, e colega de trabalho do mesmo Departamento por dois anos, há muitos detalhes de sua trajetória acadêmica que também me são ocultos. Então, como proceder nessa situação? A decisão foi ouvir do próprio professor Euler o que ele tem a dizer de sua trajetória acadêmica e, principalmente, da sua mais recente experiência na França. Para não ficar divagando em assuntos que poderiam se tornar entediantes ao serem mal conduzidos por quem nesse momento escreve, resolvi persistir com tal tarefa, porém tendo como alicerce somente informações do próprio professor que de muito bom grado e prestes a retornar do Pós-Doutorado, em Paris, dedicou seu tempo respondendo algumas perguntas que, com certeza, interessarão aos prezados leitores. Ressalto que essa narrativa trata das respostas originadas de uma entrevista realizada unicamente para o propósito de produção deste texto. Todos estão convidados a conhecer um pouco mais sobre a trajetória acadêmica de Siqueira, e estejam atentos para se deparar com algumas de suas dificuldades, com seus sonhos e realizações.

Euler, quando estudante secundarista, comprou um pequeno livro sobre a vida de Karl Marx. Sem muito refletir sobre o assunto, sentiu que queria mudar algo no mundo ou, de uma forma mais concreta e em menor escala, algo que se passava ao seu redor. Aquelas ideias faziam sentido para sua realidade concreta. Fez vestibular para Ciências Sociais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, próximo à sua residência em Vila Isabel – Rio de Janeiro, e concluiu a graduação em 1994, tendo sido aprovado em 1995, logo em seguida, no Mestrado em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Antes da defesa de sua dissertação, que ocorreu no mês de março de 1997, foi aprovado na seleção de Doutorado no mesmo Instituto. Porém, anteriormente, em 1997, foi aprovado em primeiro lugar no concurso para o Departamento de Administração de Economia da Universidade Federal de Lavras para lecionar as disciplinas de Filosofia e Metodologia de Pesquisa. Este foi o início de sua atividade docente.

Em razão de uma redistribuição de vagas, em 2003, passou a lecionar na Universidade Federal de Juiz de Fora, no Departamento de Turismo. No campo de estudo das atividades turísticas vislumbrou uma grande quantidade de temas de pesquisa que diziam respeito tanto ao conhecimento sociológico quanto ao antropológico. Dentre suas produções, o artigo que lhe é mais representativo do tipo de pensamento que busca aplicar ao fenômeno turístico é o “Corpo, mito e imaginário nos postais das praias cariocas”. O turismo é uma atividade social, é um conjunto plural e complexo de relações que se pode chamar de totais; ora, o turismo tem tudo que pode interessar às ciências humanas, prossegue Euler, mas as ciências humanas diferentemente das ciências sociais aplicadas buscam efetuar sua crítica mais do que participar concretamente das ações que visam a promovê-lo.

Michel Maffesoli, professor e pesquisador na Universidade de Sorbonne/ Paris-Descartes, em Paris, na França, é uma referência nos estudos sobre o imaginário, e num primeiro momento foi ele quem mais atraiu seu interesse estimulando-o a começar uma nova etapa em suas pesquisas sobre o fenômeno turístico. Nas obras de Maffesoli, o turismo é colocado, em inúmeros momentos, como um dos signos disso que chamamos de socialité ou sociabilidade pós-moderna, cuja ideia *d'être ensemble* (o estar junto) é capital e expressiva no fenômeno turístico. De 2009 a 2011, realizando o Pós-Doutorado sob a orientação de Maffesoli, foi muito bem recebido como professor-pesquisador tanto por ele – que estabeleceu, desde o início, uma relação de paridade – bem como por todos que participam do Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien - CEAQ. Lá, apresentou trabalhos relacionados ao seu projeto de pesquisa central que trata da categoria que busca construir e aprimorar na análise do fenômeno etnocêntrico em sua relação com o turismo. Tal projeto abarca uma série de temas que englobam o uso das emoções na construção do imaginário de uma localidade turística, por exemplo, cujos desdobramentos são variados. Ali fez apresentações de trabalhos nas Journées do CEAQ, nos Colloques, no Seminário Franco Brasileiro e na École des Hautes Études en Sciences Sociales.

O tema final de seu Pós-Doutorado girou em torno da ideia de buscar legitimidade para a categoria que criou e de integrar a presença da emoção e dos sentimentos como expressão simbólica, entendida como código da realidade social. A abordagem sociológica que buscou imprimir foi variada em muitos aspectos. Portando influências

de inúmeras correntes de pensamento, contudo sem dar exclusividade a nenhuma delas, ele acredita que, por se filiar à escola sociológica francesa, isso significa confessar certa primazia à forma como o sujeito é alvo de forças que ele nem controla e muito menos suspeita, ao mesmo tempo forças estas que possuem papel chave em seu destino. Assumindo o paradoxo, ele admite não abrir mão da ideia de que o sujeito pode jogar o jogo da construção da sociedade através da interação social ou da representação da realidade social.

Ao falar sobre as diferenças existentes nas Universidades francesas e nas Universidades brasileiras, ele crê não haver tanta separação entre o que é desenvolvido nos dois países. Temos pontos positivos em relação aos europeus, assim como pontos negativos. Em sua perspectiva e experiência, enquanto os autores brasileiros se articulam mais com os autores norte-americanos e europeus, estes últimos, por sua vez, são muito centrados neles mesmos. Na França, a verba destinada à pesquisa é assaz maior do que a destinada no Brasil, não obstante o sistema universitário francês, e europeu de uma maneira geral, é engessado, velho e não confere muita margem para manobra. Claro, é verdade que eles têm muito mais Universidades e são capazes de assegurar muito mais vagas para todos aqueles que têm condições de ingressar nelas. No caso do Brasil, um dos problemas é o acesso à Universidade. O que ocorre aqui é o contrário: é terminar e terminar bem o curso na Universidade, e o mesmo é válido para o mestrado e o doutorado. Agora, o destino profissional do estudante francês é desenhado ao longo de sua trajetória que começa muito bem mais cedo do que do estudante brasileiro, conclui Euler.

Ele conta que viver em outro país, se envolver pela cultura francesa, experimentar a diversidade cultural existente em Paris, quando comparada com outras regiões da França, isso e muito mais influenciou sua forma de concepção do pensamento europeu e, sobretudo, francês. Na Academia, escrever um texto científico em português e em francês implica numa diferença, de início, inimaginável. Foi necessário reaprender a pensar, mas agora segundo o modelo francês, que a seu ver ainda é acentuadamente cartesiano. Nesse sentido, o aperfeiçoamento da língua teve que ser constante. Por isso, concomitante às atividades na Sorbonne, ele precisou se aperfeiçoar na língua francesa. Além disso, houve a dimensão da vivência que escapa à vida universitária, que envolve se lançar ao mundo para interagir com os franceses. Provavelmente a parte mais difícil, pois os parisienses não são muito abertos, sobretudo com os estrangeiros. Euler diz não

ser possível negar que tanto a experiência de morar em outro país como realizar um Pós-Doutorado muda algo no indivíduo. Apesar das mudanças que, naturalmente e imperceptivelmente, ocorrem, enfatiza o que pensa ser muito importante dessa experiência: jamais se esquecer de onde veio. Acredita que ainda é muito cedo para saber os reflexos dessa experiência; por essa razão, deseja “dar tempo ao tempo” e aguardar que a vida ordinária, onde de fato as experiências cotidianas são travadas, o ajude a digerir uma parte de tudo isso que viveu. Entretanto, uma coisa é cada vez mais clara para ele: a humildade é um exercício constante e algo que deve ser colocado em prática.

Por fim, ele deixa uma palavra de motivação aos discentes do curso de Turismo, principalmente para aqueles que têm o interesse em trilhar a vida acadêmica e de pesquisa: é necessário aliar o campo prático do turismo com a sua dimensão teórica; mais concretamente dizendo, para pensar o sujeito historicamente determinado que viaja ou se desloca – com suas inúmeras implicações –, é preciso se colocar em seu papel, ou seja, é preciso viajar e extrair dessas experiências todas as implicações possíveis para uma reflexão capaz de fazer avançar o campo do turismo.

*Très bienvenue, Euler!*

*Ms. Bárbara Nascimento Duarte<sup>1</sup>*

*(Doutoranda em Ciências Sociais - UFJF e na Université de Strasbourg, França)*

Enviado em 18/07/2011.

Recebido em 18/07/2011.

Texto convidado

<sup>1</sup> A autora foi convidada a elaborar este texto de apresentação, haja vista a sua significativa vinculação acadêmica com o Prof. Dr. Euler David Siqueira, autor do primeiro trabalho que compõe este volume.

# Turismo na fronteira: sentidos e significados do turismo nas casas noturnas de Juiz de Fora<sup>1</sup>

*Euler David de Siqueira\**

---

## Resumo:

No turismo, o centro da cultura e da sociedade costuma ser destacado contra um pano de fundo que engloba desde o normal e corriqueiro até espaços marginais, liminares, proibidos e evitáveis. Isso equivale a dizer que na periferia ou nos limiares de uma cultura habitam formas e linguagens que escapam àquilo que se compreende como fundamental à natureza do fenômeno turístico. Se os espaços percebidos como culturais, no sentido de erudição (museus, casas de cultura, patrimônio arquitetônico, ruas limpas e parques ordeiros, ditos civilizados), reinam absolutos entre os atrativos turísticos, é porque, por oposição, o repulsivo, o feio, o marginal, o sujo e o perigoso representam o que está na borda do turismo e deve ser evitado, impedindo a sujeira, a contaminação e a poluição. Tudo aquilo que não se encaixa nas belas e puras imagens turísticas construídas meticulosamente visando operar como atrativo sedutor é varrido à periferia, construído como ameaça, delimitado como perigoso, ou é reconfigurado com vias a ser ofertado como mais um dentre tantos outros bens e itens indispensáveis aos olhares atentos e curiosos de turistas em busca de distração e do pitoresco.

**Palavras-chave:** Turismo. Cultura. Turiscentrismo. Corpo. Fronteira.

---

## TOURISM IN THE BORDER: SENSES AND MEANINGS OF THE TOURISM IN THE NIGHT CLUBS OF JUIZ DE FORA

### Abstract:

In tourism, the center of culture and society tends to be highlighted against a background that ranges from normal, (and current things) to marginal and liminal spaces, forbidden and avoidable. That is to say that in the periphery or at the threshold of a culture there are ways beyond and languages what is understood as fundamental to the nature of the tourism phenomenon. If the cultural spaces in the sense of learning (museums, houses of culture, architectural heritage, parks and tidy streets, so-called civilized) absolute prevail among the attractions, it's because, in contrast, the repulsive, ugly, marginal, dirty and dangerous represent what is on the edge of tourism and should be avoided by preventing dirt, contamination and pollution. Anything that does not fit the pure and beautiful tourism images painstakingly built to be a seduce us swept to the periphery, constituted as a threat, defined as hazardous or reconfigured to be offered as one of many other goods and essential items to the watchful eyes and curious tourists in search of distraction and picturesque.

**Keywords:** Tourism. Culture. Touriscentrism. Body. Border.

---

## TURISMO EN LA FRONTERA: SENTIDOS Y SIGNIFICADOS DEL TURISMO EN LAS CASAS NOCTURNAS DE JUIZ DE FORA

### Resumen:

En el turismo, el centro de la cultura y de la sociedad sole ser señalado contra un paño de fundo que engloba desde el normal y corriente hasta espacios maginales, lineales, prohibidos y evitables. Esto equivale a decir que en la periferia o en los limiares de una cultura habitan moldes y lenguajes que escapan de lo que se comprende como fundamental a la naturaleza del fenómeno turístico. Si los espacios culturales, en el sentido de erudición (museus, casas de cultura, patrimonio arquitectónico, calles limpias y parques considerados civilizados), reinan absolutos entre los atractivos turísticos porque, por oposición, lo repulsivo, feo, marginal, sucio y peligroso representan lo que está en la margen del turismo y debe ser evitado, impidiendo la suciedad, la contaminación y la polución. Todo lo que no se encaja en las bellas imágenes turísticas construidas meticulosamente, visando operar como algo seductor es puesto a la periferia. Construido como amenaza, conocido como peligroso es reconfigurado para ser ofertado, como más un entre otros, a las miradas atentas y curiosas de turistas en busca de distracción y del pitoresco.

**Palabras-clave:** Turismo. Cultura. Turicentrismo. Cuerpo. Frontera.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é apoiado pela FAPEMIG/MG.

\* Cientista social pelo IFCH/UERJ, Mestre e Doutor em Sociologia e antropologia pelo IFCS/UFRJ. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Turismo do ICH/UFJF. Pós-doutor pela Université Paris Descartes La Sorbonne, Paris, France. euler.david@ufff.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

Assim como a cultura, o turismo também é construído localmente<sup>2</sup>. Sentidos e significados são negociados, sustentados e transformados, publicamente, sem que o conflito deixe de ser um dos fatores fundamentais em sua dinâmica. Em Juiz de Fora, MG, tenho observado há alguns anos a forma como o turismo é construído como uma narrativa ambígua, mítica em muitos casos, capaz de informar sobre distintos significados em jogo tecidos localmente. Entre discursos, relatos e falas de inúmeros atores sociais, portadores dos mais diferentes interesses, ouço muitas histórias e comentários sobre a potencialidade do turismo em Juiz de Fora, assim como de seus atrativos turísticos tradicionais.

Entre algumas dessas imagens ou representações sociais, se quiser, estão aquelas relacionadas à formação do Brasil Colônia – Estrada Real, Caminho Novo, por exemplo –, mas também aquelas voltadas aos fenômenos sociais derivados do processo de modernização da sociedade brasileira, como a ideia de Juiz de Fora como metrópole industrial – a Manchester mineira – por exemplo nas primeiras décadas do século XX, sobretudo a partir da valorização do patrimônio arquitetônico – prédios de antigas fábricas que hoje cedem lugar a centros culturais e/ou museus. Em ambos os casos, Juiz de Fora é articulada, nesses discursos, como uma cidade à procura de uma identidade<sup>3</sup>, condição fundamental para se forjar o turismo na cidade.

Dentre os inúmeros discursos veiculados em um campo semântico plural e complexo, repleto de disputas, conflitos e dissensos, onde a realidade social é negociada (VELHO, 1978; ROCHA, 1979), é possível se deparar com milhares de turistas que viajam a negócios à Juiz de Fora. Turismo de negócios: relação ambígua, repleta de polêmicas. Afinal, estamos em um campo, zona ou região moral do significado onde nada está fechado. Não há nenhum problema, a princípio, ao considerar o fato de que turistas a negócios viajem à Juiz de Fora. Eles chegam, trabalham e se divertem em algum momento. Mas, quando no imaginário de Juiz de Fora se constroem imagens destacando e explicitando somente uma dimensão do turismo na cidade, aí sim estamos diante um problema de pesquisa.

<sup>2</sup> Isso não exclui a possibilidade de interações com outros sujeitos que vivem em outros contextos espaço-temporais e, ou, com as consequências de suas ações.

<sup>3</sup> É comum, mesmo no meio acadêmico, afirmações de que Juiz de Fora, principalmente em função da distância com a capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, e sua proximidade com a ex-capital brasileira, Rio de Janeiro, seja desprovida de identidade.

Dentre os muitos turistas de negócios que viajam à Juiz de Fora, uma de suas principais formas de lazer consiste em programas com garotas de programa, sobretudo, através de visitas às casas noturnas da cidade<sup>4</sup>. Ao que tudo indica, turistas a negócios não vêm à Juiz de Fora unicamente para frequentar casas noturnas. Mas, quando se encontram na cidade, as frequentam, pondo em movimento ideias, pessoas, representações sociais, serviços e recursos importantes à cidade. O presidente de uma organização fomentadora do turismo na cidade, por exemplo, relata, em entrevista, que “depois da missão cumprida, o turista de negócios quer encontrar algo no destino para se divertir”.

A ideia de que turistas de negócios, pelo menos uma parte deles, se divirtam com garotas de programa em seus momentos de folga surgiu em conversas com amigos juizforanos que me relatavam casos envolvendo hóspedes de alguns hotéis da cidade. O que mais me chamou a atenção naquele momento, o ano era 2005, foi a evidência de que havia, de alguma forma, algum tipo de acordo ou relação que ia além do acaso, dos hotéis com essas práticas. Os mais experientes no setor hoteleiro podem, com toda razão, me chamar de ingênuo por estar estranhando fatos que para eles sejam normais, corriqueiros e naturais. Mas era justamente meu desconhecimento relativo dos códigos simbólicos construídos nesses espaços que me permitiu um certo estranhamento e distanciamento. Assim, enquanto a maior parte das pessoas parece olhar para essa questão como nada tendo de problemático, naturalizando-a em grande parte, vejo problemas significativos.

À medida que meu conhecimento sobre a forma como o turismo era pensado em Juiz de Fora aumentava, aumentava também meu interesse em investigar as narrativas e representações em torno das casas noturnas que oferecem diversão e entretenimento - cujo atrativo principal são as chamadas garotas de programa - aos moradores da cidade e aqueles que se encontram a trabalho ou não na cidade. Garotas de programa que encontram seus clientes em casas noturnas da cidade, ou vice-versa, não são um problema para mim, e isso em muitos sentidos. Não olho essa questão, assim como também a prostituição, de um ponto de vista moral. Em outras palavras, não estou interessado em trilhar o apito nem em tomar a iniciativa, como argumenta Becker (1978, p.89). Contudo, quando articuladas ao discurso sobre a construção do turismo na cidade, pela via negativa, observo como inúmeros atores sociais se posicionam em torno dessas práticas; aí sim, tenho um problema de pesquisa.

<sup>4</sup> Eles podem encontrá-las também em anúncios de jornais e em sites da cidade.



As experiências turísticas em casas noturnas, boites e *night clubs* visando a programas com garotas são uma forma de turismo inferior, moralmente incorreto ou algo decadente? Pensar casas noturnas como integrando o turismo em Juiz de Fora do ponto de vista da antropologia implica em se ir além de pensá-las como um espaço de práticas inferiores, poluidoras, pejorativas, indignas, negativas ou moralmente incorretas. É através de um olhar antropológico (GEERTZ, 1978; LAPLANTINE, 1989; ROCHA, 1986) relativizador que busco levantar a produção do significado sobre o turismo nas casas noturnas e suas contradições, lutas e conflitos. Essa perspectiva encontra eco nas considerações de Castro (1999) sobre as experiências turísticas: “Não há, portanto, uma experiência turística melhor do que outra, não há um modo privilegiado de se ver as atrações turísticas. Qualquer maneira de viajar vale a pena” (CASTRO, 1999, p.86).

Se qualquer maneira de viajar é válida, e não há experiência turística melhor do que outra, então, em si mesmo, o turismo às casas noturnas com *shows* de garotas de programa implica em uma experiência turística como qualquer outra. Mas as coisas não se dão exatamente dessa maneira. Estamos diante de um campo polissêmico cujos sentidos são ambíguos e os interesses muito diversificados. Aos poucos, então, começou-se a formar a ideia de que, longe de haver uma única forma de se fazer turismo em Juiz de Fora, classificado como oficial, moralmente correto, preferencialmente feito de dia e em locais públicos como museus, casas de cultura, praças e esquinas onde se cruzam joias do patrimônio arquitetônico da cidade, havia também um turismo feito às escondidas, pouco discutido, sem propaganda ostensiva, velado à grande parte da população, que ocorre nas noites e madrugadas em espaços privados como motéis e hotéis, e que tem, no turista de negócios, seu principal público, além, obviamente, de parte da população local.

Contrapor o turismo que estou chamando de localizado na fronteira e o turismo que é visto como estando no centro, me permite pensar como o sentido de cada uma dessas esferas necessita da outra à construção de seus significados. Enquanto grande parte das análises em turismo busca situar o fenômeno em suas faces mais pitorescas, fantásticas e amigáveis/positivas, explicitando-se somente o que é classificado como sendo belo, atraente, sedutor, único e singular, estou olhando para o que está para além do centro ou do dado positivo no turismo: a periferia ou aspectos marginais do sistema cultural classificatório do turismo em Juiz de Fora. Mais uma vez, meu objetivo com esse trabalho é

o de problematizar a forma como determinados espaços sociais e culturais ligados ao campo do turismo na cidade de Juiz de Fora, classificados preferencialmente pela via negativa, denominados genericamente de *Boites* ou *Boates*, *Night Clubs*, Casas Noturnas, etc., cujo atrativo principal são mulheres ou garotas de programa, são pensados em oposição a lugares tradicionalmente vistos como turísticos.

A princípio, busco falar de uma forma geral sobre as características das casas noturnas ou *night clubs* da cidade de Juiz de Fora sem me deter especificamente em nenhuma delas. Ao final desse trabalho, se tiver conseguido mostrar que há muito mais em jogo do que se pensa sobre esses espaços sociais, notadamente para o turismo, então, terei alcançado meu objetivo.

## 2 TURISMO, CULTURA E SIGNIFICADO

A compreensão do turismo e de seus agentes, turistas e não turistas, tem, na ideia de cultura, um de seus principais pilares. Se entendermos o turismo a partir de uma perspectiva cultural semiótica (GEERTZ, 1978; BARTHES, 1980; ROCHA, 1985; 1979) então, é preciso voltar-se para os sentidos e significados compartilhados e tecidos conjuntamente e localmente por turistas, moradores e agentes do turismo cujos interesses são muito variados. Compreender o turismo a partir da noção de cultura implica em se estar diante de práticas simbólicas e representações sociais também entendidas como a expressão das lógicas culturais do próprio fenômeno.

A grande parte dos analistas do turismo desconhece como a cultura nos fornece categorias, formas e maneiras de pensarmos, percebermos e agirmos no mundo. A partir da cultura, hierarquizamos, organizamos, classificamos, mapeamos e ordenamos o mundo ao estabelecermos alguma regra onde antes não havia nenhuma. É a partir da cultura que percebemos o mundo atribuindo a ele algum sentido ao mesmo tempo em que o situamos em oposição a outros elementos de um sistema (SAHLINS, 1978; DOUGLAS, 1976; ROCHA, 1985). Justamente porque estamos diante de lógicas simbólicas distintas, lentes de cores diversas, categorias de pensamento diferentes, representações sociais outras a nos fornecer quadros muito distintos daqueles que encontramos em nossas viagens, torna-se central articular a noção de cultura ao fenômeno turístico.

Dessa maneira, situamos, de forma estereotipada e preconceituosa - turiscêntrica - via hierarquia, aquilo que está à direita ou à esquerda, no alto ou embaixo, o

certo ou o errado, o bom e o mal, o fraco e o forte, o feio e o bonito, o atraente ou o repulsivo, o nômade e o sedentário, o turista e o nativo. Conhecer os limites ou as fronteiras de partes de uma sociedade pode, mapeando-as simbolicamente, acreditar, ser uma boa forma de se pensar como o turismo é construído em uma localidade assim como uma dada cultura local interfere na forma como o turismo e os turistas são vistos, pensados, tratados e imaginados.

### 3 TURISMO E TURISCENTRISMO

Os sentidos e significados no turismo, não importa o local, são plurais, complexos e permanentemente negociados. Por um lado, turismo me remete a um tipo de imaginário onde emergem inúmeras imagens ligadas ao mundo dos negócios, comércio, renda, dinheiro, crescimento econômico, empregos, votos. Por outro lado, turismo também me informa de pessoas diferentes, vindas de outros lugares – talvez muito mais próximos de nós do que possamos imaginar –, munidas de outras lentes, olhares e visões de mundo distintas daquelas dos habitantes da localidade. A diferença cultural não é proporcional à distância percorrida pelo turista ou viajante. Como argumenta Velho (1978), o exótico pode estar muito mais próximo e ser conhecido do que o familiar, percebido pela hierarquia e pelo viés do estereótipo. Já argumentei, em outro trabalho (SIQUEIRA, 2006a), como o turismo se constitui em um campo difuso e ambíguo de manifestação do fenômeno etnocêntrico. Esse é um novo campo de estudos e pesquisas ainda por ser trabalhado, mas que já possui uma importante ferramenta analítica à disposição dos pesquisadores.

Em grande parte, toda e qualquer cidade e ou lugar turístico aspira a ser aquilo que denominei de capital ou centro de alguma coisa (SIQUEIRA, 2006a). Procurei nomear esse aspecto do fenômeno como turiscentrismo. Sem essa relação, de superdimensionamento de algo ou alguma coisa em detrimento de outra, que é englobada pelo seu contrário (DUMONT, 1989), o turismo não chegaria a se constituir como fenômeno social cuja abrangência chama a atenção de todos e desperta, muitas vezes, conflitos, tensões e ambiguidades. E isso não quer dizer que haja nada de errado com isso.

Assim, posso explicar como centros culturais, museus, bibliotecas, casas de cultura, praças, parques, reservas naturais, paisagens, restaurantes, hotéis, eventos, feiras e exposições, enfim, tudo o que possa ser elencado como sendo significativo e singular em

detrimento da repetibilidade, são destacados de uma multiplicidade de lugares e situações e colocados em destaque e evidência no centro do mundo e, porque não, do universo simbólico de uma coletividade. Em parte, isso ajuda a explicar como turistas viajam ou se deslocam através de um tempo e espaço não normais que são morais e simbólicos, a fim de encontrar o exótico, que pode ser conhecido até certo ponto, e o familiar, que pode ser desconhecido em grande medida mesmo que estando próximo (VELHO, 1978; DAMATTA, 1978).

### 4 TURISMO, FRONTEIRA E CONTAMINAÇÃO

Em grande parte, defendo que a distinção lugar turístico ou atrativo turístico x lugar não-turístico reproduz a divisão que o etnocentrismo engendra entre aqueles que participam da cultura ou da humanidade, claro, principalmente em seus aspectos hierarquicamente superiores, e aqueles que participam dela em uma situação de inferioridade ou mesmo fora dos quadros do que se nomeia como humano ou cultural. Enquanto atrativos turísticos operam chamando, convidando e seduzindo turistas, casas noturnas, ainda que também operem ao seu modo o convite a turistas, viajantes e moradores, o fazem, acredito, às escondidas, de maneira velada, oculta, principalmente à noite<sup>5</sup>.

Estou particularmente interessado em saber se a forma como o turismo é construído como representação social na cidade de Juiz de Fora, pelo menos em suas linhas gerais, reproduz em alguma medida a ideia de que “algumas poluições são usadas como analogias para expressar uma visão geral da ordem social” (DOUGLAS, 1976, p.14). Nesse sentido, as casas noturnas e tudo o mais que esteja relacionado a elas, notadamente a prática da prostituição, são vistas como sujeira, confusão e desordem. Em poucas palavras, uma ameaça ao turismo tradicional e à ordem moral da sociedade. Há, em relação ao discurso de docentes, pesquisadores, políticos, moradores e outros setores da sociedade organizada, uma percepção de que nas casas noturnas nada há de turístico, ou, se há, é de uma qualidade inferior, menor e poluidora. Casas noturnas em que garotas estão disponíveis para programas

<sup>5</sup> Nem sempre o que acabo de argumentar é verdadeiro. Em Juiz de Fora mesmo, pude observar, ao longo dos anos de 2003, 2004 e 2005, inúmeros *outdoors* veiculando imagens e mensagens acerca da vinda de modelos “capas de revista” específicas do universo masculino. Contudo, também é verdade que é na noite que circulam pessoas contratadas distribuindo *flyers* anunciando as atrações das casas noturnas.

representariam, segundo esse ponto de vista, uma ameaça ao desenvolvimento do turismo de bem, digno, honroso e moral na cidade.

É a partir da forma como o turismo tradicional é constituído, como valor central, que casas noturnas, localizadas nas fronteiras imaginárias e simbólicas da sociedade, ganham ares de sujeira. Segundo Douglas (1976, p.50), “sujeira, então, não é nunca um acontecimento único isolado. Onde há sujeira, há sistema. Sujeira é um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática de coisas, na medida em que a ordem implique rejeitar elementos inapropriados”. Se casas noturnas em que há prostituição são rejeitadas como integrando o turismo tradicional, então, elas podem ser tratadas como uma espécie de sujeira, sujeira essa que é rejeitada como elemento inapropriado, pois, como afirma Douglas, estamos falando de algo que não pode ser visto isoladamente e que pressupõe mesmo um sistema classificatório ideal. Se o turismo nas casas noturnas em que há *shows* com garotas de programa é visto como algo sujo, e portanto, capaz de poluir, logo, “nosso comportamento de poluição é a reação que condena qualquer objeto ou ideia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais” (DOUGLAS, 1976, p.51).

Não seria nenhuma contradição, então, argumentar, a partir de Douglas, que o turismo nas casas noturnas em que há prostituição contradiz, em alguma medida, uma classificação ideal do turismo de uma maneira geral e em Juiz de Fora também. A relação que constitui o turismo e seu imaginário na cidade de Juiz de Fora se vale, muito provavelmente, como uma espécie de ordenação (DOUGLAS, 1976). O turismo dito oficial, valorizado, defendido por organismos civis e estatais, deve ser protegido e mantido longe do contato com aquilo que lhe pode trazer problemas e prejuízos, como a prática da prostituição, por exemplo. Mais uma vez, fazendo minhas as palavras de Douglas, no turismo estamos definindo limites, fronteiras, demarcando, purificando,

Pois, acredito que ideias sobre separar, purificar, demarcar e punir transgressões, têm como sua função principal impor sistematização numa experiência inerentemente desordenada. É somente exagerando a diferença entre dentro e fora, acima e abaixo, fêmea e macho, com e contra, que um semblante de ordem é criado (DOUGLAS, 1976, p.15).

Mas o turismo já é ele próprio um sistema ordenado e purificado onde oposições complementares

e relacionais se estabelecem a fim de se evitar o contágio, a contaminação e a poluição. Afinal, “qualquer estrutura de ideias é vulnerável em suas margens” (DOUGLAS, 1976, p.149). No caso específico das casas noturnas, esses espaços, seus organizadores e frequentadores podem representar uma ameaça capaz de operar como ordenadora do próprio sistema. Não há nem pode haver um olhar neutro ou natural capaz de organizar ou mapear tudo o que vemos sem que haja a intermediação do que chamamos comumente de cultura pois:

[...] parece que qualquer coisa que percebemos é organizada em padrões pelos quais nós, os observadores, somos em grande parte responsáveis. Perceber não é questão de se permitir passivamente a um órgão – digamos a visão ou a audição – que receba uma impressão já pronta de fora como uma paleta recebendo um pingo de tinta. Reconhecer e lembrar não são questões de suscitar velhas imagens de impressões do passado (DOUGLAS, 1976, p.51).

Considerar o turista como um sujeito cujo olhar e/ou percepção são operados somente em função de sua vontade e desígnio pode comprometer a forma como a percepção de todo e qualquer sujeito social, incluindo o turista, opera tendo uma cultura, representações e imaginário como papéis-chaves no que será selecionado, visto e compreendido. Dessa forma, de acordo com Douglas (1976, p.52), “grosso modo, tudo de que tomamos conhecimento é pré-selecionado e organizado no próprio ato da percepção.” Da mesma forma, “nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem movimento na sociedade humana, exceto pela significação que os homens lhe atribuem” (SAHLINS, 1979, p.189).

A compreensão da realidade social e do próprio turismo por parte dos sujeitos é e será sempre dependente dos esquemas cognitivos utilizados na socialização de seus membros. Nesse sentido, “a cultura, no senso comum, padronizou os valores de uma comunidade, serve de mediadora da experiência dos indivíduos. Proveem, adiantadamente algumas categorias básicas, um padrão positivo no qual as ideias e valores são cuidadosamente ordenados” (DOUGLAS, 1976, p.54). Se, como adiantou Mauss (1981), a vida social está muito mais relacionada à consciência coletiva do que as representações individuais à consciência individual, então, perceber, agir e sentir são muito mais devedoras das representações sociais do que de uma suposta vontade individual.



## 5 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, TURISMO E CASAS NOTURNAS EM JUIZ DE FORA<sup>6</sup>

No site da prefeitura<sup>7</sup> da cidade de Juiz de Fora, <http://www.pjf.mg.gov.br/>, é possível obter os endereços de todas ou quase todas as casas noturnas da cidade. As casas operam como espaços intermediários onde o cliente/turista encontra jovens mulheres ou garotas de programa de onde se desloca até os motéis ou hotéis da cidade<sup>8</sup> a fim de realizar o programa. Para saber o que pensam alguns dos turistas de negócios que frequentam casas noturnas com *shows* de garotas de programa em Juiz de Fora, é preciso ir a campo, fazendo etnografia nas próprias casas ou recorrer aos relatos disponíveis em sites da internet. Acabei por optar pela segunda fonte nesse primeiro trabalho devido à riqueza e facilidade de se obter materiais que acabaram se convertendo em relatos etnográficos muito ricos<sup>9</sup>. É na Internet onde podemos encontrar um vasto material etnográfico no que diz respeito às casas noturnas em Juiz de Fora. Em um site na Internet<sup>10</sup>, quando pesquisava endereços de algumas casas noturnas, me deparei com inúmeros comentários de usuários das boites de Juiz de Fora sobre casas noturnas, suas características, a qualidade de seus serviços assim como descrições das garotas de programa e os serviços realizados por elas.

Aqueles que relatam, no site, seus encontros – chamados pelos turistas de *TD (test drive)* – são homens de negócios em viagem à Juiz de Fora e que encontram, em algum momento em que estão na cidade, notadamente à noite, mas também de dia, momentos

de lazer para realizar programas com mulheres, chamadas entre eles de GP (garotas de programa). Os relatos são reveladores do cotidiano das noites nas casas noturnas de Juiz de Fora e oferecem um material rico de sentidos e significados das práticas de seus usuários nesses lugares. Ao todo, selecionei 5 cinco mensagens postadas pelos internautas que narram seus encontros e desencontros tendo as casas noturnas e as mulheres que trabalham nesses lugares como seus objetos de atenção. Os turistas, cujos relatos selecionei na internet, tratam de diversos assuntos, desde aqueles que versam sobre a casa em que estiveram, como fizeram para encontrá-las, os serviços prestados pelas garotas, até os preços praticados, como no relato a seguir:

(1) Novamente meus compromissos de trabalho me trouxeram a Juiz de Fora. Tentei segurar a onda desta vez, porque tinha investido muito em putaria no mês passado, mas com essa chuvinha rala que vem caindo fiquei preso a semana inteira no hotel, sem alternativas de lazer. [...] decidi inspecionar o SAYONARA, que não visitava havia uns dois anos. O esquema da casa continuava o mesmo. Entrada baratinha e bebidas caríssimas. Pra mim, que só tomo água mineral, indivíduo que preza a saúde que sou, não tem muito problema, mas quem gosta de encher a lata se dá mal. Até as garotas reclamam que estão perdendo clientes para a Blitz Girl por causa disso. ARMADILHA 1. Usam até a desculpa de oferecer para a pobre coleguinha que tá com sede, pra conseguir consumir mais. Se você pagar bebida, ponha limite na quantidade logo de cara e não deixe a perva sair do seu lado. Convém também já ir dando uma dura no garçom logo que abrir a conta, avisando que só paga o que você mesmo pedir a ele pessoalmente. Já tem garotas nos queijos desde as 23h, mas a casa bomba mesmo só um pouco depois da meia-noite, quando começam os *shows*. Os melhores dias são de terça a quinta. Praticamente todas as vagabundas passam pelos queijos, oferecendo uma visão honesta da mercadoria comercializada, mas acho que elas ficam muito tempo, meia hora cada uma, o que tira um pouco o valor artístico da performance. Cheguei cedo, por volta das 22h, e parece que fui o primeiro (TN-C. Enviada: 15/11/2005).

A ideia, segundo o relato, é (que a casa noturna pretende) fazer o turista gastar o máximo possível enquanto ele permanece no ambiente consumindo bebidas para si próprio, além daquelas que pode

<sup>6</sup> Juiz de Fora é uma cidade de porte médio com cerca de 500 mil habitantes, localizada na Zona da Mata de Minas Gerais, distante cerca de 38 Km da divisa com o estado do Rio de Janeiro, 180 Km da cidade do Rio de Janeiro, 250 Km de Belo Horizonte e 350 Km de São Paulo. A cidade possui inúmeros lugares e espaços cujos olhares, tanto de moradores quanto de turistas, podem revelar um universo inteiro ainda por ser descoberto. Entre inúmeros lugares, espaços e cenários possíveis na cidade, estão as chamadas *boites* ou *boates*, como são chamadas por seus administradores, casas noturnas, casas de *shows* ou ainda *Night Clubs*.

<sup>7</sup> Para todos os efeitos, não estou aprovando nem desaprovando a veiculação desses estabelecimentos em um site oficial da prefeitura, mas apenas mostrando como me enganei ao pensar que lugares como esses não seriam divulgados amplamente por estarem sujeitos a um tipo de sanção moral mais rígida. Da mesma forma, é possível achar vários endereços de casas noturnas em um outro site de amplo acesso. Acesso em 04 fev. 2007, disponível em <<http://www.acesa.com/cgi-bin/jfmapas/jfmapasconsdet?s=163>>.

<sup>8</sup> Também é possível encontrar informações sobre garotas de programa nos jornais da cidade, na parte sobre classificados, assim como com taxistas ou com os *books* disponíveis em alguns hotéis da cidade.

<sup>9</sup> Também optei por essa forma de abordagem devido ao receio, num primeiro momento, de ingressar em casas noturnas da cidade.

<sup>10</sup> Disponível em: <[www.gpguia.net](http://www.gpguia.net)>. Acesso em: 04 fev. 2007.

eventualmente pagar para mulheres com quem conversa ou negocia o programa. O turista reclama dos preços praticados pelas casas; informa sobre o valor cobrado pelo programa com a mulher assim como o valor de determinados produtos consumidos tipicamente nesses espaços. Outro fato importante diz respeito à relação que os turistas de negócios estabelecem com taxistas. Em grande parte, taxistas são profundos conhecedores e agentes fundamentais na intermediação dos esquemas que envolvem as casas noturnas, motéis e garotas de programa:

(2) Estive em Juiz de Fora a (sic) umas duas semanas atrás. A cidade é famosa pela mulherada, mas honestamente não vi nada de interessante. Fui a esta boate, justamente na noite onde foi (ou iria, pois não vi) a filha da Gretchen. A entrada, por causa deste *show* seria de R\$ 10,00, mas normalmente é free. A casa é grande, tem *show* direto, com três “go go girls”. A bebida é bem cara, Não saí com ninguém, mas o esquema da casa é, R\$ 40,00 para tirar a garota da casa (não tem quartos), e o programa na faixa de R\$ 100,00 a R\$150,00 dependendo de conversa. Não sei se voltaria lá, pois não vi nenhuma garota que valesse a pena. Qualquer taxista sabe o endereço. Boa sorte.  
(Enviada: 14/07/2004)<sup>11</sup>

(3) 😊Pessoal, 😊(TD atrasado) venho relatar uma experiência que tive em Juiz de Fora—MG, fui a trabalho, a empresa que trabalho é em SP fui prestar serviço lá e já tinha uma galera daqui lá daí eles me levaram para o ritual do iniciante em JF conhecer o Sayonara, ou melhor a Patrícia. [...] a cidade é muito farta de mulher bonita e gostosa e como o índice de bichonas é grande elas ficam super interessadas em gente nova e que goste da fruta obviamente  
(Enviada: 29/08/2004)<sup>12</sup>.

Os relatos, falas e discursos dos turistas de negócios explicitam que sua viagem se deu em função do trabalho. E é justamente após o trabalho ou ainda após uma viagem longa e cansativa que o turista de negócios busca nos programas com mulheres uma forma de lazer. Viagem, trabalho e responsabilidade se relacionam com lazer, prazer e diversão. São categorias que se ligam em uma totalidade por isso mesmo capaz de instaurar e possibilitar a emergência do significado do programa. A atividade do trabalho é, em geral, vista

como cansativa ou desprovida de aventura, prazer e liberdade como o seguinte relato:

(4)Estive a pouco tempo nessa gloriosa cidade mineira a trabalho, e a noite resolvi percorrer o circuito, iniciando no sayonara (no centro) e depois me dirigindo a blitz girls (na saída para br, defronte a um motel) ambas casas fraquíssimas, tanto em quantidade quanto em qualidade de gatas, acabei ficando no 0x0; tem algum lugar melhor para ir ou eu é que dei azar? (Numa boa. Enviada: 17/11/2006)

(5) Pessoal, Estive em Juiz de Fora à (sic) trabalho também e sabe quando vc viajou o dia inteiro e o que vc quer mesmo é aquela massagem, né. Pois então vamos ao TD, estive folheando o jornal da cidade e achei um anúncio de MASSAGENS ERÓTICAS e o número não me lembro, liguei pra GP e já pelo tel percebi que não era aquelas coisas, mas como as aparências enganam, resolvi tentar  
(Enviada: 05/11/2004).

Através dos relatos dos turistas, estabelecem-se oposições simbólicas significativas, ao opor trabalho como obrigação, imposição e cansaço aos programas, vistos como uma aventura prazerosa em que os sujeitos são mais autônomos, inclusive por poderem escolher as garotas com quem farão o programa. Nesse sentido, por estarem longe de seus locais de moradia pela via do trabalho, o que os permitiria fazer programas com garotas sem ser incluídos em uma categoria perigosa, não correm o risco de ser pegos ou identificados em suas escapadas noturnas, pelas esposas.

Outra categoria importante da relação é a forma como os turistas tomam conhecimento das casas noturnas assim como das garotas mais disputadas. De fato, o turista não pode, mesmo estando em uma situação de dominação relativa por pagar o programa, sobredeterminar a relação que mantém com a garota de programa. Em muitas ocasiões, o turista tem seu programa frustrado quando a garota opta por outros clientes. É importante observar como turistas de negócios classificam as mulheres que fazem programas nas casas noturnas em duas classes distintas, pelo menos. De um lado, estão aquelas chamadas de feias, moceiras ou barangas. De outro, aquelas que chamam de lindas, bonitas e gostosas. Essas últimas são as mais disputadas, cujo valor do programa também é mais elevado. Uma ida a uma casa noturna não necessariamente quer dizer que o turista encontrará uma mulher de sua preferência e muito menos que fará o programa.

<sup>11</sup> Disponível em: <www.gpguia.net>. Acesso em: 04/02/2007.

<sup>12</sup> Disponível em: <www.gpguia.net>. Acesso em: 04/02/2007.

Entre turistas de negócios, também circulam ideias sobre as garotas de programas e suas formas de fazer o programa. Há garotas de programas que marcam o tempo contratado ao mesmo tempo em que atendem seus celulares em vários momentos do programa. Isso parece aborrecer alguns de seus clientes que, em seus relatos, dão dicas de quais garotas evitarem. Há também mulheres que consomem vários produtos de alto valor nas casas noturnas ou nos motéis como estratégia de aumentar seus ganhos. Contudo, os turistas conseguem perceber essas estratégias, compartilhando-as com outros frequentadores, criando uma verdadeira cartilha de como sair na noite sem ser passado para trás pela casa noturna, pelos motéis e pelas garotas de programa. Mais uma vez, estamos na presença de uma arena ou campo onde o significado é polissêmico, construído e compartilhado e o conflito pode se dar a qualquer momento.

## 6 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, ORGANIZAÇÕES E CASAS NOTURNAS EM JUIZ DE FORA

A fim de buscar representações, categorias e ideias que me ajudassem a ampliar os pontos de vista sobre a relação turismo–casas noturnas, fiz cinco entrevistas semiestruturadas<sup>13</sup> com representantes de três organizações. Busquei extrair as principais categorias assim como suas oposições, com o objetivo de possibilitar a apreensão do significado de maneira relacional.

Categorias complementaridade, somar e agregar. São recorrentes nas falas de todos os entrevistados quando está em jogo a relação turismo e casas noturnas. Contudo, casas noturnas ainda não aparecem como relacionadas à prostituição. Assim, para o representante da Organização “A”, há “uma relação de complementaridade; estes estabelecimentos complementam a atividade turística da cidade. Não se vem à cidade para ir a casas noturnas”. O funcionário da prefeitura argumentou que :

As Casas Noturnas em Juiz de Fora agregam valor às potencialidades turísticas da nossa Cidade. Podemos exemplificar com[sic] Casa Noturna Privilege, para a qual muita[sic]

<sup>13</sup> Duas foram feitas com um funcionário da prefeitura de Juiz de Fora (prefiro omitir não só seu nome como também o setor em que ele trabalha) em momentos distintos; a segunda, foi feita com o presidente de um sindicato patronal que chamarei de organização “A”; a terceira e quarta com representantes de uma organização sem fins lucrativos responsável por fomentar o turismo na cidade e que estarei chamando de Organização “B”. Ambas também foram feitas em momentos distintos.

pessoas de cidades próximas e até do Rio de Janeiro vem[sic] para aproveitar a noite e retornam para suas cidades no dia seguinte”. Ele afirma, ainda, que “as casas noturnas agregam valor às potencialidades de Juiz de Fora e, uma vez que as pessoas vem aqui com o intuito de aproveitar as opções de casa noturna, podemos vislumbrar a divulgação de outras potencialidades da cidade.

Categoria casas noturnas, *night clubs* e boites. Sobre essas categorias, o representante da organização “A” relata que: “O sindicato entende por casas noturnas como sendo estabelecimentos de lazer com prioridade para músicas e *shows*”. Na primeira entrevista realizada com o funcionário da prefeitura, ele informa que “entende-se por estabelecimento comercial voltado para diversão, geralmente com música ambiente, espaço para dança, socialização e venda de bebidas alcoólicas. Dentro desta definição incluem-se bares, boates, danceterias, teatros, casas de *shows* e espetáculos”.

Ainda estamos diante de uma categoria que não informa sobre a relação entre turismo e prostituição na cidade. Música, *shows* e espetáculos, essas são algumas das categorias acionadas para se pensar as diferenças entre casas noturnas, *boites* e *night clubs*. O representante da organização “A” argumenta que “esses estabelecimentos fazem parte da mesma segmentação: entretenimento noturno. O primeiro (casas noturnas) é mais voltado para música, o segundo e o terceiro (*boites* e *night clubs*) para *shows*. Exceto o Sayonara que tem *shows*, espetáculos”.

No relato do representante da organização “A”, *shows* e espetáculos explicitam a prática da prostituição. Mas isso não aparece de forma clara em seu relato. O funcionário da prefeitura assinala que não há diferença entre casas noturnas e *boites* em seu primeiro relato. Em um site da prefeitura de Juiz de Fora, aparecem juntos os nomes e endereços de várias casas noturnas. O funcionário da prefeitura argumentou que:

Essa questão é um pouco complicada. Há uma diferença moral entre esses lugares. Não que seja ruim para a imagem da cidade ter esses lugares (casas noturnas com a prostituição como foco central), mas, se associar, parece que tudo é a mesma coisa. Seria ruim para a imagem da cidade e dos estabelecimentos que não fazem parte desse tipo de segmento que essa associação fosse feita. Não porque um é melhor que outro, mas com certeza algumas pessoas procuram esses lugares e outras não. A

prefeitura não embarga esses lugares e não tem interesse em fechá-los.

Ele me relatou, ainda, que “já havia detectado esse erro há algum tempo e que já havia solicitado que o site separasse esses estabelecimentos”. Ele me disse que naquele mesmo dia tomaria alguma medida para que essa separação ocorresse e que a coisa era bastante simples, bastando apenas alguém responsável pelo setor providenciar a separação. Nessa parte do depoimento do funcionário da prefeitura, misturar, associar e confundir estabelecimentos em que há a prática da prostituição e aquelas em que isso não ocorre pode ser algo que comprometa a imagem tanto da cidade quanto desses estabelecimentos. Casas noturnas não informam imediatamente que estamos tratando de práticas como a prostituição. Por outro lado, quando explicitamos a categoria prostituição, fica claro que casas como Sayonara e Blitz Girls, além de outras menos conhecidas, exploram tais atividades.

Em uma segunda entrevista com o funcionário da prefeitura discutíamos sobre como as casas noturnas em que há prostituição fazem parte do turismo na cidade. O funcionário me disse que esse é um tema problemático, “que não se fala, não se menciona e que fica escondido, oculto”. O funcionário me disse ainda que muitos gostariam de ver o tema pensado e problematizado. Já em sua segunda entrevista, o funcionário da prefeitura assinala que “do ponto de vista formal, boites e casas noturnas não nos permitem diferenciar imediatamente estabelecimentos em que há prostituição e aquelas em que não há”. Por outro lado, quando nomes como Blitz Girl e Sayonara são mencionados, o funcionário compreende que se tratam de casas noturnas que se diferenciam das demais por seus *shows* com dançarinas e a existência de prostituição em seus recintos. Isso me ajudou a perceber que os termos casas noturnas, *boites* e *night clubs* não evidenciam, à maior parte das pessoas, de imediato que estejamos falando de ambientes em que há a prática da prostituição.

Turismo de eventos em oposição a turismo sexual e prostituição. Aqui, o sentido de que há casas noturnas em que ocorre a prática da prostituição começa a ficar explícito. Segundo o representante da organização “B”, “o turismo de eventos tem que apresentar, junto, algo para o lazer; as pessoas viajam, sim, para os eventos, mas querem encontrar, no destino, algo para se divertir após a sua “missão” cumprida e as casas noturnas representam um atrativo”. Um outro membro da organização “B”, uma funcionária, assinala que “o turismo é tudo para a cidade; buscamos o desenvolvimento econômico e geração de renda e a melhoria da comunidade; queremos

colocar quem não está no mercado, no mercado”. Ainda de acordo com ela, a relação da organização “B” com as casas noturnas é “apenas de divulgação”. Quando o significado sobre garotas de programa fica mais explícito, o representante da organização “B” informa que “os clientes que perguntam sobre esses lugares, e aqueles que se interessarem, que os procurem para se divertir”. Para esse representante, “é importante essa opção de entretenimento na cidade”. Ele sugere ainda, em seu relato, a melhoria das casas noturnas. Inclusive, informa que “não há uma associação dos donos desses lugares”. Isso é significativo nos discursos, pois assinala para uma certa desorganização do setor, o que pode ser revelador de conflitos e tensões. É nesse sentido que o representante da Organização “B” acha importante a “criação de uma associação para que se discuta melhorias e preços”. Em Juiz de Fora, em “função do atendimento recebido das casas noturnas (sendo elas *Boates*, *Night Clubs* e etc.), muitas pessoas voltam e até recomendam-nas”. Segundo o representante da Organização “B”, “há até sites adultos, onde são feitas essas recomendações”. Mas, em seu relato, não soube precisar quais. Por fim, ele diz que “um dos projetos da Organização “B” é uma revista intitulada “Revista do Hotel”, onde o turista vai encontrar várias informações inclusive sobre *Night Clubs* e *Boates*, informações essas dedicadas ao público adulto também”. Em oposição, os relatos da funcionária da mesma organização explicitam que “o turismo sexual não é bom para a cidade; representa uma imagem negativa”. Podemos perceber claramente uma oposição entre o primeiro e o segundo relato em torno da relação prostituição e casas noturnas. Quando a categoria prostituição foi mencionada durante a entrevista, a casa noturna Sayonara é identificada no discurso do funcionário da prefeitura. Ele argumenta que “não pode responder pela prefeitura, pois não é a pessoa capaz de responder por ela”. Contudo, ainda assim, relata que: “Não é crime, desde que não haja cafetinagem”. Então, perguntei acerca de cidades que têm na prostituição um de seus principais atrativos, e o funcionário da prefeitura argumenta que: “Em Juiz de Fora não seria dessa maneira. Quem vem à cidade não vem para ir a lugares como o Sayonara, embora alguns turistas de negócios frequentem esses lugares”. Foi preciso que eu mencionasse a categoria prostituição. Indaguei ao funcionário da prefeitura sobre a expressão do turismo de negócios na cidade. O funcionário relata que o turismo de negócios “é o que movimenta parte significativa da economia da cidade”. Ele me disse ainda que muitos turistas a negócio frequentam casas noturnas e que informações sobre esses estabelecimentos



podem ser “obtidas nos jornais da cidade assim como junto aos próprios hotéis em que estão hospedados”. A funcionária da organização “B”, por sua vez, argumenta que “não conhece e não sabe nada sobre a prostituição em Juiz de Fora”. Segundo ela, “eu nunca fui, não vi, não tenho como saber”. Sobre a relação entre casas noturnas e prostituição, a funcionária da organização “B” argumentou que se trata de uma classificação que não é clara, pois, “na definição do que seja uma casa noturna, *boite* ou night club, não está dada explicitamente a ideia de que haja prostituição nem nenhuma relação com o turismo”. O aspecto central em sua fala é o acionamento explícito da categoria prostituição e sua relação com casas noturnas. A funcionária mostra que, com o tempo, há mudanças no significado das palavras. Ela diz que “por exemplo, *boite*, no meu tempo, era algo como Sayonara; o Sayonara é um night club; não é casa noturna ou *boite*”. Ela ainda explicita que: “A organização “B” é contra o turismo sexual...não é bom para o Brasil, nem para a cidade”. Perguntei à funcionária se a organização B divulgaria um associado como a *boite* Sayonara. Ela me disse que “somente divulgaria o estabelecimento para eventos normais; vendemos como qualquer outro”. Esse é outro ponto importante da entrevista. A funcionária da organização “B” narra que “divulga uma programação normal; normalmente, programação cultural”. A funcionária da organização “B” ressalta, em uma outra entrevista, que há diferenças entre casas noturnas: As casas noturnas “são um importante atrativo”. A *boite* Privilège, por exemplo, uma das mantenedoras da organização “B”, é citada como sendo um desses atrativos. Perguntei à funcionária se uma casa noturna como a Sayonara seria aceita pela diretoria da organização “B”. A resposta foi a de que isso “seria passado à diretoria”. De acordo com a funcionária, a organização “B” capta o evento e apresenta ao organizador os locais que irão operar como atrativos. Desde que seja um associado, a Organização “B” divulga-o junto aos organizadores de eventos “aproximando as empresas”. Sobre divulgar casas noturnas ligadas à prostituição, ela afirma que: “A entidade não aposta nisso; jamais faríamos isso; queremos uma cidade com uma cara boa e o turismo sem apelos, com espaços legais”.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse primeiro trabalho, evitei intencionalmente adentrar as casas noturnas em que há prostituição em Juiz de Fora, assim como entrevistar garotas de programa que trabalhem nesses lugares. Busco conhecer

alguns dos sentidos e significados sobre casas noturnas, turismo e prostituição em Juiz de Fora a partir do olhar de: 1 – alguns de seus usuários; 2 – um funcionário da prefeitura; 3 – um representante de um sindicato patronal ligado ao ramo hoteleiro da cidade; e 4 – um representante de uma organização fomentadora do turismo na cidade e de um de seus funcionários.

As casas noturnas de Juiz de Fora representam um campo polissêmico e polifônico. Há muitos significados e representações em jogo, assim como inúmeros conflitos, contradições e tensões. O turismo em Juiz de Fora não se resume àqueles bens eleitos como sendo os mais caros para determinadas camadas detentoras do poder político e econômico da cidade, como o Museu Mariano Procópio, Cine Theatro Central, Calçada Halfeld, Morro do Imperador ou do Cristo, Centro Cultural Bernardo Mascarenhas, etc. Casas noturnas que oferecem diversão com garotas de programa são também um dos elementos mais ativos e dinâmicos do turismo na cidade. Contudo, essa dimensão do fenômeno turístico da cidade ganha ares de algo proibido e impróprio, algo impuro mesmo de se nomear e mesmo de se propagandear.

Para seus usuários, especificamente turistas de negócios que encontrei em um site da internet, casas noturnas aparecem como um espaço de lazer noturno, sobretudo depois de uma viagem cansativa ou ao final do trabalho. Há uma verdadeira rede de turistas de negócios que frequentam casas noturnas, não só em Juiz de Fora como também nos mais diferentes lugares em que estejam trabalhando. Como estão longe de suas casas e do olhar de suas esposas, não veem como problemática sua saída; muito ao contrário, é algo institucionalizado, fazendo parte da viagem a trabalho.

Através dos relatos de funcionários e de representantes de três organizações da cidade de Juiz de Fora, casas noturnas em que há prostituição não são localizadas ou classificadas da mesma forma que lugares e seus atrativos turísticos tradicionais. Seu valor, quando há, é menor ou complementar aos demais atrativos turísticos. Invariavelmente, casas noturnas são vistas como problemáticas, principalmente quando se acena com a possibilidade de pô-las em contato com o turismo tradicional e seus atrativos. Mesmo o representante da organização “B”, que em sua fala não via maiores problemas nas casas noturnas em que há prostituição, não chega a explicitar uma possível integração dessa atividade ao roteiro turístico da cidade de uma maneira clara e transparente. Tal como os *books* de garotas guardados em segredo da maior parte dos hóspedes dos hotéis da cidade, as casas noturnas

também são deixadas em uma espécie de sombra ou zona esmaecida do significado. Somente o funcionário da prefeitura acenou com a possibilidade de que casas noturnas em que há prostituição seriam mais uma forma de turismo, sem prejuízo do turismo tradicional. Contudo, acredita que, no atual quadro de forças políticas, acha impossível que tais lugares venham a compor lado a lado o conjunto turístico e de atrativos da cidade. Mas, mesmo quando a relação prostituição e casas noturnas é vista como sendo mais uma atração na cidade, ainda assim elas são vistas à parte do turismo oficial, feito de dia, motivo de honra e orgulho para a cidade e seus moradores.

As ideias de Douglas (1976) sobre fronteira, limites, sujeira, poluição e ordenação são importantes à análise da forma como o turismo é construído como sendo dotado de qualidades superiores, esteticamente agradáveis e moralmente corretas. Fazendo minhas as palavras de Douglas (1976), afirmo que casas noturnas são classificadas como sujeira em função de contradizerem uma classificação ideal. Toda ordem ou sistema implica em formas de demarcar, separar, purificar, como afirma Douglas (1976); afinal, lidamos com um mundo onde as sensações, impressões e experiências são infinitas e não estão organizadas previamente. Precisamos instituir alguma forma de ordem para justamente evitar o caos. E isso é ainda mais verdadeiro para as margens de qualquer sistema de classificação. Impedir ou evitar misturar, aproximar e classificar casas noturnas em que há prostituição com o turismo tradicional é uma forma de evitar confusão, desordem e ambiguidade, o oposto da desordem que ameaçaria o que está no centro. Em poucas palavras, instituir uma ordem onde não haja dúvidas ou margem à confusão. À medida que casas noturnas ocupam os limiares/fronteiras ou ainda as margens do sistema cultural e social de valores da cidade, pelo menos para uma parte significativa de seus moradores, são vistas como problemáticas e fonte potencial de contaminação do que está no centro, do que é valorizado: o turismo tradicional e seus atrativos que giram em torno de uma noção de cultura como erudição. Acredito que na medida em que problematizo os aspectos do que está nas margens do turismo e mesmo nas margens do quadro geral de valores de uma sociedade, consigo explicar a forma como casas noturnas e prostituição são classificadas. Mas é justamente à medida que essa relação, que não é natural, mas socialmente e culturalmente instituída, é trazida à discussão através de uma perspectiva relativista, que podemos colocar em suspensão muitos de nossos valores, olhares e

classificações, que nos são dados pelo viés da hierarquia e do estereótipo.

Começa a ficar um pouco mais claro o papel e o lugar das casas noturnas no turismo da cidade. Quando relacionadas à prostituição, casas noturnas são vistas como uma ameaça capaz de contaminar e poluir a ordem que é o turismo tradicional, visto como legal, sem apelos, cultural. Mantidas a uma espécie de distância relativa do turismo tradicional, casas noturnas em que há prostituição se encontram posicionadas relacionalmente aos principais atrativos da cidade como complementares e agregadoras de algum valor, ainda que problemático e ambíguo. Não estão no centro do turismo, mas na periferia; em suas margens. Por isso mesmo, pela sua posição ambígua, marginal e liminar, sujeita à confusão, principalmente quando algo de casa e de rua se misturam nesses espaços, e vistas como sujeira; logo, ameaça à ordem do turismo tradicional.

## REFERÊNCIAS

- ACESSA.COM. Disponível em: <<http://www.acesa.com/cgi-bin/jfmapas/jfmapasconsdet?s=163>>. Acesso em: 4 fev. 2007.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1980.
- BECKER, H. S. As regras e sua imposição. In: BECKER, H. S. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.108–122.
- CASTRO, Celso. Antes das praias. *Nossa História*, São Paulo, ano 3, n.28, p. 70–76, fev. 2006.
- \_\_\_\_\_. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: VELHO, Gilberto (org). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p.80–87.
- DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.23–35.
- \_\_\_\_\_. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

- DUMONT, Louis. *O individualismo. Homo hierarchicus*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GPGUIANET. Disponível em: <www.gpguia.net>. Acesso em: 04 fev. 2007.
- LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LEACH, Edmund. *Cultura e comunicação*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. p.328–366.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. Disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/>. Acesso em: 4 fev. 2007.
- REVISTA MARIE CLAIRE. Disponível em <http://revistamarieclaire.globo.com/Marieclaire/0,6993,EML815233-1740,00.html>. Acesso em: 28 mar. 2007.
- ROCHA, E. P. G. *O que é etnocentrismo?* 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. “Tempo de casa” ou “carteira manjada”: notas para um estudo de construção da identidade. Comum. Rio de Janeiro: *FACHA*, v. 2, n.8, p.44–64, 1981.
- SANTOS, R. J. Imagens do turismo, cultura e lugares híbridos em Gramado e Canela, RS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 28., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* p.14.
- SIQUEIRA, Euler David de; SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. Corpo, mito e imaginário nos postais das praias cariocas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 28., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* p.15.
- \_\_\_\_\_. Samba no Galeão: corpo, cultura e representações do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL – ENTBL, 8., 2004, Curitiba. *Anais...* p.15.
- SIQUEIRA, Euler David. 2006a. O melhor lugar do mundo é aqui: etnocentrismo e representações sociais nas revistas de turismo. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – RBA. 25., 2006, Goiânia. *Anais...* CD-ROM.
- \_\_\_\_\_. Para uma etnografia do cartão-postal: destaque para a garota carioca. In: SEMINTUR MERCOSUL, 4., 2006, Caxias do Sul. *Anais...* CD-ROM.
- \_\_\_\_\_. Ritual, turismo e cultura: o aeroporto do Galeão como lugar de passagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. *Anais...* CD-ROM.
- SHALLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.36–46.

Enviado em 23/05/2011.  
Recebido em 24/05/2011  
Texto convidado

# Análise dos Valores Presentes no Processo de Tombamento de Bens Imóveis da Praça Dr. Senra em Pedro Leopoldo – MG

*Mariana Alves Madureira\**

---

## Resumo:

As relações com o patrimônio se tornam cada vez mais complexas considerando que os espaços e os bens são múltiplos, e os valores atribuídos aos mesmos cada vez mais relativos. Qual a importância de casarões ecléticos construídos e habitados pelos fundadores de uma cidade? Qual a relevância de uma praça arborizada, ventilada e iluminada por um entorno sem prédios? Qual é o preço da preservação? E o do progresso? Buscou-se analisar algumas destas perguntas e suas possíveis respostas sob o ponto de vista de atores envolvidos em um conflito específico: o processo de tombamento dos casarões da Praça Dr. Senra, em uma cidade da região metropolitana de Belo Horizonte. O estudo de caso ilustra a recorrente situação de tensão presente em tomadas de decisão sobre o patrimônio nas quais há concepções sobre o que seja um patrimônio e interesses divergentes.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural. Valores. Políticas Públicas. Pedro Leopoldo (MG).

---

## AN ANALYSIS OF THE VALUES FOUND IN THE PROTECTION PROCESS OF HOUSES ON DR. SENRA SQUARE IN PEDRO LEOPOLDO - MG

### Abstract:

Agreements between shareholders of a cultural heritage are becoming more difficult considering that the spaces and the goods are multiple and the values assigned to them are increasingly relative. What is the importance of eclectic houses built and inhabited by the founders of a city? What is the relevance of a leafy square, ventilated and clean, in an environment free of skyscrapers? How much does preservation cost? And how much does the progress? We attempted to analyze some of these questions and their possible responses from the point of view of people involved in a particular conflict: the protection process of the houses in the square called Dr. Senra, in a town which is part of the metropolitan area of Belo Horizonte. The case study illustrates the recurring situation of tension in this kind of decision-making process, in which the conceptions of what is a cultural heritage and what are the common interests are quite antagonistic.

**Keywords:** Historical Heritage. Values. Public Policy. Pedro Leopoldo (MG).

---

## ANÁLISIS DE LOS VALORES PRESENTES EN LO PROCESO DE TUMBAMIENTO (CULTURAL) DE BIENES INMÓVILES DE LA PLAZA DR. SENRA EM PEDRO LEOPOLDO-MG

### Resumen:

Las relaciones con el patrimonio se tornan compleja/ considerando que los espacios y los bienes son múltiples y los valores atribuidos a los mismos, cada vez más relativos. Cual es la importancia de los caserones ecléticos construidos y habitados por los fundadores de una ciudad? Cual es la relevancia de una plaza arbolada, ventilada e iluminada por un ambiente sin edificios? Cual es el precio de la preservación? Y de lo progreso? Se procuró analizar algunas de estas preguntas y sus posibles respuestas en relación al que piensa los autores envueltos en un conflicto específico: el progreso de inventariamiento de los caserones de la Plaza Dr. Senra, en una ciudad de la región metropolitana de Belo Horizonte. El estudio de caso dibuja la situación de tensión presente en las decisiones acerca del patrimonio en las cuales tienen concepciones acerca del que sea un patrimonio e interés divergente.

**Palabras-clave:** Patrimonio cultural. Valores. Políticas públicas. Pedro Leopoldo.

---

\* Mestre em História e Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo pela Universidade de São Paulo. E-mail: marianamadureira@usp.br / mariana@raizes.tur.br.



## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é discutir as tensões existentes nos processos de valoração de bens enquanto patrimônios culturais coletivos. Pretende-se analisar a quem compete essa tarefa, quais são os valores presentes e, sobretudo, como ocorrem os processos de decisão considerando a multiplicidade dos atores e interesses envolvidos.

A escolha do objeto (Praça Dr. Senra, em Pedro Leopoldo) se deu pelo fácil acesso aos dados, uma vez que houve participação da autora deste artigo no processo de tentativa de tombamento dos imóveis, já que, na ocasião, ocupava os cargos de Supervisora de Turismo da Prefeitura Municipal, presidente do Conselho Municipal de Turismo e Diretora de Marketing da Associação do Circuito Turístico das Grutas.

Essa proximidade com o objeto e os atores envolvidos nesse processo possibilitou uma análise do contexto em que a proposta de tombamento foi realizada e dos motivos que a tornaram alvo de uma disputa simbólica e conceitual.

Nesse artigo apresentaremos o percurso desse processo de tombamento específico. Iniciando com uma breve contextualização da cidade e seus tombamentos anteriores, passando pela apresentação dos bens envolvidos nas discussões (os 5 casarões) e analisando o processo de construção do dossiê e da proposta de tombamento, a composição do Conselho Municipal de Patrimônio, a participação de outros atores na tomada de decisão (técnicos, proprietários, prefeito e população) e o desfecho desse processo. O que se busca, em cada uma dessas etapas, é compreender como esse estudo de caso específico pode ser emblemático e representativo de práticas corriqueiras das políticas de preservação no interior do país.

## 2 PATRIMÔNIO EM PEDRO LEOPOLDO

O município de Pedro Leopoldo possui quase 60.000 habitantes (IBGE, 2010) e encontra-se no vetor norte de Belo Horizonte, a 40 km da capital mineira e apenas 8 km do Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

A economia local é baseada no extrativismo e na indústria cimenteira (Holcim e Camargo Correia), além de indústria alimentícia, metalúrgica e têxtil. O calcário, elemento abundante na região, é um dos maiores conflitos de interesse, pois detém o potencial

econômico (cimento e pedra lagoa santa) e o potencial histórico-científico: os vestígios da pré-história<sup>1</sup>.

Ao norte do município, o povoado da Quinta do Sumidouro (distrito de Fidalgo) possui um patrimônio exuberante. Este patrimônio é tanto natural (está inserido na APA<sup>2</sup> Carste de Lagoa Santa e no Parque Estadual do Sumidouro), quanto histórico (imóveis da época de ocupação de Fernão Dias e sua bandeira), arqueológico (fósseis humanos, entre eles o mais antigo das Américas – Luzia, fósseis de animais e pinturas rupestres), artístico (imagens sacras da Capela do Rosário) e cultural (congado, candomblé, entre outros).

Diferente do distrito de Fidalgo, que tem ocupação pré-histórica e colonial, a cidade tem uma história mais recente. Apesar de haver registros da existência de fazendas e propriedades rurais particulares já em 1702, provavelmente como pontos de pouso e abastecimento para os fluxos oriundos da mineração do ouro, foi apenas no final do século XIX que uma vida urbana começou a se desenvolver. O principal responsável por este desenvolvimento foi Antônio Alves, que, em 1890, adquiriu as terras onde se encontra a Cachoeira Grande e instalou ali uma indústria têxtil inaugurada em 1895. No mesmo ano foi inaugurada a Estação Ferroviária cujo nome, tal qual o povoado, seria Cachoeira Grande, se o engenheiro responsável pela obra, Dr. Pedro Leopoldo, não houvesse falecido um ano antes. A homenagem que deu nome à estação, poucos anos depois, deu nome à cidade.

Em 1918, o governo federal instala em Pedro Leopoldo a Fazenda Modelo, um espaço agrícola com arquitetura inglesa e modelo de gestão inovador. Foi uma importante iniciativa para o fomento da agropecuária e crescimento da cidade.

Nos primeiros anos do século XX,

[...] os chefes políticos locais, entre os quais *Romero de Carvalho, Ottoni Alves Ferreira, Amando Belisário Filho* e *José Belisário Viana*, conseguiram a elevação de Pedro Leopoldo a distrito de Santa Luzia, pois até então, a região era freguesia de Matozinhos. A partir de então, estes mesmos políticos irão buscar a emancipação definitiva de Pedro Leopoldo, mesmo que às custas do próprio erário.

<sup>1</sup> O calcário, por suas características químicas, é um dos minerais com maior capacidade de conservação de resíduos orgânicos. Por esse motivo os grandes achados arqueológicos e paleontológicos se dão frequentemente em regiões cársticas. Além dessa característica, colabora para concentração de fósseis, pinturas e objetos nessas regiões o fato de que nossos antepassados e muitos animais usavam as cavernas como abrigo.

<sup>2</sup> Área de proteção ambiental

(Processo de tombamento do imóvel de Clea Almeida de Carvalho, 2007).(Grifo nosso)

A cidade se emancipou em 27 de janeiro de 1924. Até a década de 1950 sua economia se baseou principalmente na agropecuária. Este quadro muda com a chegada da cimenteira Cauê em 1956 e da Ciminas em 1974.

A cidade cresceu muito com as diversas indústrias que se instalaram na região e atualmente continua a crescer com a priorização do vetor norte pelo governo estadual.

Com a finalidade de preservar os bens, a memória e a identidade do povo e do lugar, houve algumas medidas de proteção. A principal delas, os tombamentos.

Há no município três tombamentos realizados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG): Casa Fernão Dias (1976), Conjunto da Capela Nossa Senhora do Rosário, incluindo as imagens (1976) e o Conjunto Paisagístico e Arqueológico da Lagoa do Sumidouro (1977).



Figura 1 - Capela Nossa Senhora do Rosário (2006)  
Fonte: Gerência Municipal de Turismo e Artesanato



Figura 2 - Lagoa do Sumidouro (2006)  
Fonte: Gerência Municipal de Turismo e Artesanato

Municipalmente foram tombados o conjunto da Praça da Estação (2002) e as Casas do Quadro (Rua Nossa Senhora da Saúde e Rua São Paulo), a Casa de Máquinas e a Casa de Força da Fábrica de Tecidos (1999), todos em referência à fundação da cidade. Tombou-se também a Estação Ferroviária de Dr. Lund e a Imagem de São Benedito (2003).

Na maioria das cidades históricas, optou-se pela preservação dos bens da classe dominante. Segundo Funari (2001, p. 28), houve uma “política de patrimônio que preservou a casa-grande, as igrejas barrocas, os fortes militares, as câmaras e cadeias como as referências para a construção de nossa identidade histórica e cultural e que relegou ao esquecimento as senzalas, as favelas e os bairros operários.” Em Pedro Leopoldo o processo iniciou-se pelas avessas tombando primeiramente as casas dos funcionários da fábrica de tecidos (tombamento do Quadro em 1999), e apenas 7 anos mais tarde surgindo a proposta de tombamento dos casarões que pertenceram à elite que fundou a cidade.



Figura 3 - Estação Ferroviária no início do século XX  
Fonte: Martins (2005)



Figura 4 - Fábrica de Tecidos no início do séc. XX  
Fonte: Martins (2005)

### 3 OS CASARÕES DA PRAÇA DR. SENRA

A Praça Dr. Senra foi o local escolhido pela elite fundadora da cidade para se instalar no final do século XIX e início do século XX. Seus casarões contam a história das famílias que, da administração da Fábrica de Tecidos, passaram à administração da cidade, sendo responsáveis por sua emancipação e por seus mais importantes feitos.

Concedida que foi a emancipação, os políticos locais, o Sr. Ottoni Alves e Romero Carvalho, puseram mão à obra, e os competentes conhecimentos da urbanização de cidades européias, do grande amigo do povo em geral, Dr. Jose Maria Moreira Senra, constituiu-se em fator imprescindível na orientação da delineação das ruas, construções e localização da escola, igreja, cemitério e demais serviços, como até os mais difíceis, como a drenagem de inúmeras lagoas e brejos, naquele tempo existentes na localidade. O seu nome dado à praça foi, como se vê, justa e merecida homenagem (FERREIRA, 1999, p.29).

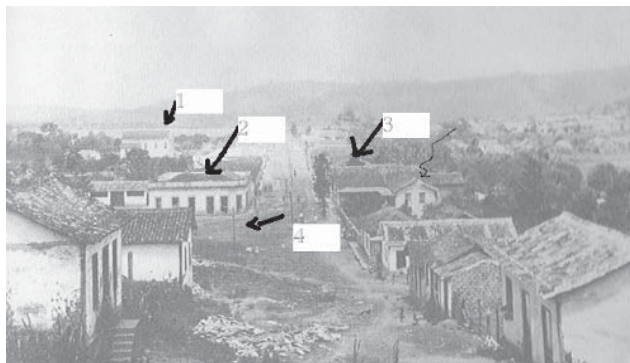


Figura 5 - Praça Dr. Senra nos anos 30  
Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de Tombamento: Imóvel de Caetano Carvalho p.24

#### Legenda:

1. Capela Nossa Senhora da Conceição, primeiro templo da cidade.
2. Armazém Alves e Carvalho, mais tarde Batista e Carvalho.
3. Casa de Romero de Carvalho, com partido ainda em T.
4. Largo da Praça Dr. Senra, nos tempos em que as mulas puxavam o bonde.

As principais famílias a ocupar a região foram as famílias Carvalho e Alves, mais tarde unidas pelo casamento entre filhos de Romero Carvalho e Antônio Alves. Os herdeiros dos iniciais grandes lotes de terra foram desmembrando e construindo casas próximas às de seus pais, ocupando a maior parte da praça.

#### 3.1 CASA DE ROMERO CARVALHO

RUA COMENDADOR ANTÔNIO ALVES, 146. PRAÇA DR. SENRA.

O casarão foi construído por Romero de Azevedo de Carvalho no início do século XX. Romero Carvalho, guardador de livros da Fábrica de Tecidos, possuía um armazém quase em frente à sua residência. Com a emancipação política em 1924, tornou-se o primeiro prefeito de Pedro Leopoldo.

Romero morou no casarão com os treze filhos, dos quais a maioria se mudou posteriormente para as imediações do casarão. Segundo o processo de tombamento,

Helpa casada com *Cristiano Otoni*, cuja casa, considerada um dos mais belos exemplares da arquitetura de Pedro Leopoldo, foi demolida para dar lugar a um edifício misto comercial e residencial, Edifício Dona Glória Belisário. Ilda, casada com *Sô Lopes (Hermínio)*, cuja residência, construída logo ao lado da residência do pai, foi recentemente demolida. Caetano, casado em primeiras núpcias com *Susana Passos* e depois com a irmã dela, *Maria Auxiliadora*, construiu sua casa residencial a poucos metros da casa do pai. José (Dr. Zezé), casado em primeiras núpcias com *Dona Lucy* e após ficar viúvo, em segundas núpcias com *D. Edicionina*, construiu ao lado da irmã Ilda, um sobrado digno da arquitetura da década de 40. Maurício, casado com *D. Pretinha*, mora na Rua Roberto Belisário, cujos fundos do terreno limitava com os terrenos do pai e irmãos. Romero de Carvalho Filho, casado com *Dona Francisca (Chiquita)* estabeleceu-se na esquina das Ruas Comendador Antônio Alves e Roberto Belisário. Rubens, casado com *Dona Nair Belisário*, além de outros imóveis nas imediações era proprietário do imóvel



aos fundos do casarão do pai. Rui, casado com *Elisa Alves Carvalho*, a *D. Zazá*, tinha duas propriedades nas imediações que ainda pertencem a família, uma ao lado do pai e uma na praça Dr. Senra número 55, ao lado da irmã *Helfa*. Antônio (Tonico), casado com *D. Cléa*, recebeu parte da casa do pai como herança e comprou as partes dos irmãos, conforme consta nas certidões do cartório de registro de imóveis.

Dessa forma, a família Carvalho apropriou-se da maior parte da praça.

O casarão, construído em 1913 em estilo eclético, possui entrada na varanda lateral, porão alto vazado, é construído em alvenaria de tijolos e possui telhado de quatro águas. Possui pátio em “L”, posteriormente destruído para a construção da casa da filha *Ilda*. A fachada e a divisão de cômodos permanecem como construídos por *Romero*, tendo como relevantes alterações apenas um barracão construído ao fundo e algumas mudanças no escritório. O banheiro azulejado em preto e rosa com banheira da época é um dos cômodos mais interessantes.

A proposta técnica tomba o imóvel como um todo, uma vez que suas características internas justificam, excluindo somente o barracão que deverá dar lugar a um jardim, caso venha a ser suprimido. Além da bela arquitetura da casa, a importância de seu proprietário para a história da cidade justifica o processo.



Figura 6 - Casa de Romero Carvalho nos anos 30  
Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de tombamento: Imóvel de Romero de Carvalho p.18



Figura 7 - Dona Cléa e Dr. Tunico na fachada lateral do Casarão [1930]

Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de tombamento: Imóvel de Caetano Carvalho p.25



Figura 8 - Casarão em 2006

Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de tombamento: Imóvel de Romero de Carvalho p.18

### 3.2 CASA DE CAETANO

RUA COMENDADOR ANTÔNIO ALVES, 186. PRAÇA DR. SENRA.

O casarão foi construído por *Caetano de Azevedo de Carvalho* na década de 1940. *Caetano* é um dos treze filhos de *Romero* e, como o pai, foi prefeito municipal – entre 1963 e 1967. Acredita-se que os arquitetos responsáveis pela construção da casa tenham sido *Romeo* e *Romolo de Paoli*, os mesmos da casa de *D. Chiquita* e *D. Zazá* (suas cunhadas).

*Caetano* fazia parte da família *Carvalho* que, assim como as famílias *Alves* e *Belisário*, mudou-se para *Pedro Leopoldo* para trabalhar na administração da fábrica de tecidos. Todo quarteirão (incluindo quatro casarões do processo de tombamento que estamos apresentando neste artigo) fazia parte da *Varginha*, terras de *Romero de Carvalho*.

A edificação, segundo os técnicos responsáveis pelo processo, tem estilo eclético com influências art-nouveau (floreiras imitando madeira) e missões (aduelas,

arcos e recortes frontais). A casa é rica em detalhes, com textura em estuque, grades decoradas, colunas de capitel eclético e arcos intercalados (plenos e curvos).

Mesmo possuindo tetos decorados com argamassa, nicho para oratório, porta com caixilho de vidro dividindo a “parte social” e a “parte íntima” da casa, entre outras especificidades interessantes, a proposta apresentada pelos técnicos sugere apenas o tombamento da fachada, uma vez que barracões foram construídos no fundo da casa, além de outras reformas e alterações – entre elas o desmembramento que tornou o piso superior independente.



Figura 9 - Vista frontal da casa

Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de Tombamento: Imóvel de Caetano Carvalho p.48

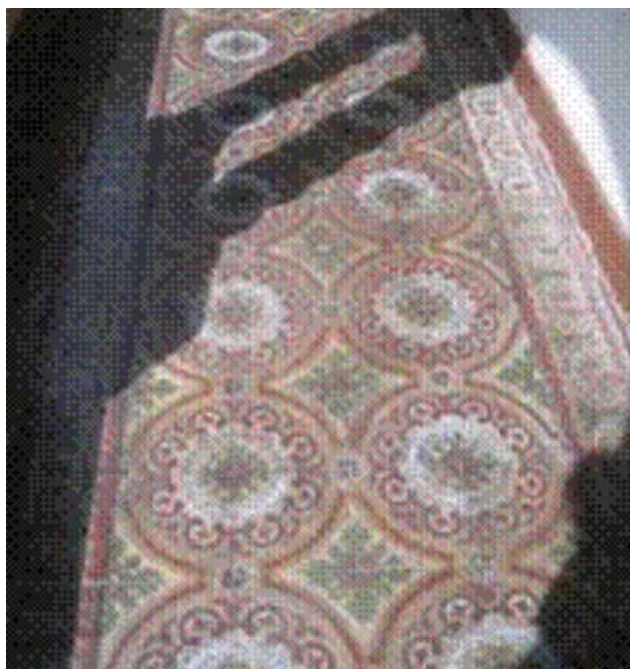


Figura 10 - Detalhe do piso

Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de Tombamento: Imóvel de Caetano Carvalho p.51

### 3.3 CASA DE DONA CHIQUITO RUA COMENDADOR ANTÔNIO ALVES, 196. PRAÇA DR. SENRA.

Dona Francisca Alves Carvalho, esposa de Romero de Carvalho Filho, morava ao lado do cunhado, Caetano Carvalho, em uma casa de esquina. Francisca era filha de Ottoni Alves, gerente da fábrica e sócio de Romero Carvalho (seu sogro) em um armazém na Praça Dr. Senra chamado Armazém Alves e Carvalho.

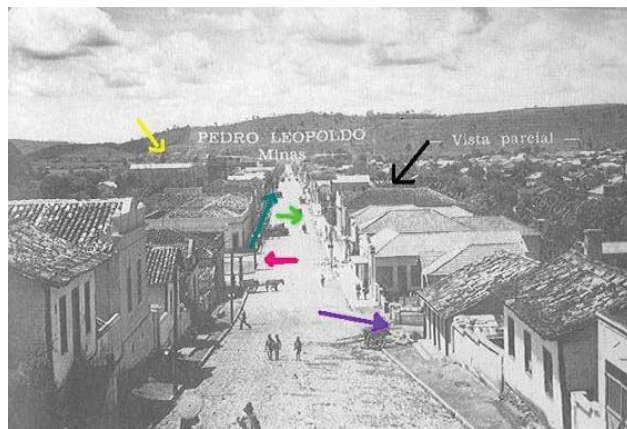


Figura 11 - Foto do início da década de 1940

Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de Tombamento: Casa de Romero de Azevedo Carvalho Filho e Francisca Alves p. 8

Legenda:

- **A seta preta:** Casarão de Dr. Tunico. Nos fundos do casarão percebe-se a vegetação que dá uma dimensão do que era a propriedade da Varginha.
- **A seta azul:** indica a estrada que leva ao atual bairro São Geraldo e dá acesso também ao Bairro Triângulo e Alípio Romanelli, na época, grande parte destas terras eram de propriedade de Ottoni Alves e família.
- **A seta rosa:** indica a Praça Dr. Senra.
- **A seta amarela:** aponta a atual igreja matriz, na época em construção.
- **A seta verde escura:** indica as propriedades de Romero de Carvalho e seu sócio Ottoni Alves. Seguindo o sentido da seta: armazém Alves e Carvalho, LTDA e a Usina de Beneficiamento de Leite.
- **A seta verde clara:** aponta a altura da rua 27 de janeiro e portanto a casa de D. Chiquita.



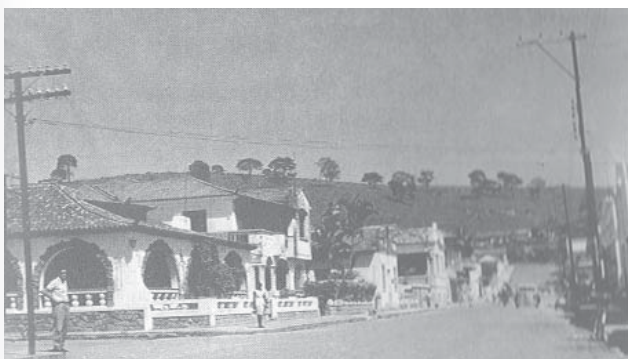


Figura 12 - Casa de Dona Chiquita em 1958  
Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de Tombamento:  
Casa de Romero de Azevedo Carvalho Filho e Francisca  
Alves p. 7



Figura 13 - Casa de Dona Chiquita em 2002, após reforma  
Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de Tombamento:  
Casa de Romero de Azevedo Carvalho Filho e Francisca  
Alves p. 10

A casa foi construída na década de 1930 com um estilo bangalô em alvenaria e telhado de duas águas. Nesse período as paredes externas eram escuras. Em 1945 o escritório Romeo e Romolo de Paoli fez uma reforma na casa, construindo a varanda em forma de “L”. Esta varanda é a parte arquitetonicamente mais rica da casa, com arcos, aduelas, falsos baldrames e balaústres em esfera tipo “bala de canhão”.

A casa tem seu valor arquitetônico (estilo eclético com influências do estilo missões) e o valor histórico de representar o casamento entre duas das mais importantes famílias da cidade: Alves e Carvalho.

O tombamento foi contestado por alguns conselheiros porque se manteve apenas a fachada. O interior foi completamente reformado e o número de cômodos alterado. A parte externa, de acordo com o processo, relativo ao ano de 2007:

Nesta última reforma (2002), o arco da esquerda teve seu balaústre retirado, seu assoalho rebaixado e transformou-se em

garagem para 2 carros. A largura do vão original foi preservada, 3,24 metros, e um novo arco, fechado por grade, foi incorporado na parte lateral interna e liga a garagem à varanda. Na sequência, o segundo vão, fechado por um portão de grades de ferro, dá acesso à varanda, o terceiro vão tem guarda corpo no mesmo padrão do muro. A varanda, em forma de “L” ocupa frente e lateral da casa, sendo que a entrada social fica na varanda da frente e uma entrada lateral dá acesso à cozinha.

A proposta dos técnicos para o Conselho sugeriu o tombamento das duas fachadas, preservando a ornamentada varanda em “L”. O atual proprietário, Eduardo Valadares, foi o único a solicitar impugnação dentro do período previsto. Ele se posicionou contra o tombamento, argumentando que, após sucessivas reformas, quase nada restava como inicialmente havia sido construído.

Vale ressaltar que o atual proprietário se colocou, em uma das conversas com membros do Conselho, como uma pessoa “entendida de patrimônio” que, segundo ele mesmo, já trabalhou muitos anos em Ouro Preto. Esse conhecimento dos trâmites ficou claro na sua agilidade em contestar, dentro das normas e prazos, o processo. Fica a dúvida, contudo, com qual intenção uma pessoa “entendida de patrimônio” causaria tantas descaracterizações em um imóvel de valor artístico, histórico e afetivo. Essas descaracterizações fizeram a casa ser excluída do processo de tombamento pelos conselheiros.

### 3.4 CASA DE DR. ZEZÉ

RUA COMENDADOR ANTÔNIO ALVES, 116. PRAÇA DR. SENRA.

José de Azevedo de Carvalho, médico, filho de Romero Carvalho, construiu sua casa na Praça Dr. Senra próximo ao seu pai e irmãos. Se casou duas vezes e teve nove filhos, quatro no primeiro e cinco no segundo casamento. Dr. Zezé foi prefeito municipal de 1930 a 1935 e foi o responsável pela construção do Hospital São João Batista, inaugurado em 1936 no segundo mandato de seu cunhado Dr. Christiano Otoni.

A casa passou por três etapas: a primeira, no início do século (foto 1912), era uma casa eclética mais simples. A segunda, na década de 1930, quando a fachada ganha ares art-déco. A terceira, em 1942, quando a casa ganha um segundo andar e se transforma em um sobrado. O motivo teria sido o aumento da família, depois do segundo casamento de Dr. Zezé (viúvo de Lucy Alves de Carvalho).



Figura 14 - Foto da primeira construção (1912)



Figura 15 - Alteração da fachada para art déco (1930)



Figura 16 - Casa como se encontra atualmente (2006)

Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de tombamento: Sobrado do Dr. Zezé p. 20 e 21

Atualmente (foto 2006) a casa pertence ao filho de Dr. Zezé – Dr. Fabiano. O interior da casa sofreu algumas reformas, mas mantém a estrutura base da reforma de 1942, quando foi construído o segundo

andar. Ladrilhos coloridos na copa e nos banheiros, escada de madeira torneada e molduras em gesso formando volutas nos armários embutidos são os principais destaques do interior.

A proposta de tombamento inclui fachada e interior e exclui o restante do lote (quintal) no qual há barracão, fogão a lenha e galinheiro.

### 3.5 CASA DE OTTONI ALVES PRAÇA DR. SENRA, 55.

O terreno foi adquirido no início do século XX pelo proprietário da fábrica Antônio Alves e posteriormente doado ao seu filho Ottoni Alves. O terreno começava no Ribeirão da Mata, seguia por toda extensão direita da Praça Dr. Senra e chegava ao alto do morro da Copasa, incluindo o cemitério e o hospital, terras que foram doadas por Ottoni Alves para estas construções. O Hospital São João Batista foi inaugurado durante a administração de seu filho, o médico e prefeito Dr. Christiano Ottoni.

Nos fundos da casa, próximo ao curral, Ottoni Alves montou uma cooperativa que vendia derivados de leite como manteiga e queijo. A Usina de Leite cujos produtos eram nomeados “Elza” foi mais tarde vendida para seu genro, Romero de Carvalho Filho (casado com sua filha Chiquita), cuja casa também faz parte deste processo. A Usina passou a funcionar em outro edifício da praça, na casa onde hoje é a escola Clita Batista.

Por representar o auge do estilo Missões, acredita-se que a casa tenha sido construída na década de 1940. Como a maioria das casas da praça, o projeto foi realizado pela firma Romeo e Ramolo de Paoli e a construção por Sr. Quinquim.

Na ocasião da transferência do imóvel para Elisa Gonçalves Bahia da Silva, viúva de Ottoni Alves, ele foi assim descrito:

Haverá casa de moradia nesta cidade, de construção moderna, coberta de telhas curvas, com uma garagem, 3 janelas e alpendre na frente, 14 cômodos assoalhados e forrados, com instalação completa de água e luz, ótimo acabamento, e seu respectivo lote que mede mais ou menos 1 hectare, fechado a frente e um lado a muros, o fundo pela cerca da EFCB e outro lado pelo Ribeirão da Mata, confrontando pela frente, com a Praça Dr. Senra, pela esquerda com o Ribeirão da Mata, pela direita, com Dr. Cristiano Ottoni e pelos fundos com a cerca da EFCB (Pedro



Leopoldo, 1º de agosto de 1967 – Livro 3 I,  
nº 9216 pg 284.)

Em 1974, sua filha Elisa Alves Carvalho (Zazá) compra a parte dos irmãos (Ottoni teve 12 filhos), junto com seu marido Rui Azevedo Carvalho (filho de Dr. Zezé).

Implantada no alinhamento e com construção em formato “U”, a casa tem um único andar. A fachada possui azulejos que formam pequenos painéis, frontões triangulares, paredes irregulares, colunas salomônicas, detalhes moldados em estuque, grades de ferro ornamentadas, vitrais e aduelas de pedra. Atualmente pertence ao espólio de Elisa Alves.

O tombamento total foi proposto como forma de preservar um belo exemplar arquitetônico e a história da família Alves, a principal responsável pela formação do núcleo urbano de Pedro Leopoldo.



Figura 17 - Casa de Ottoni Alves (2008)

Fonte: Foto da autora



Figura 18 - Detalhe da janela (2008)

Fonte: Foto da autora

## 4 O CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE PEDRO LEOPOLDO E O PROCESSO DE TOMBAMENTO DOS CASARÕES DA PRAÇA DR. SENRA<sup>3</sup>

O tombamento dos casarões da Praça Dr. Senra foi sugerido por Mauro Lobato Martins, representante da cadeia do Planejamento Urbano no Conselho, na reunião do dia 11 de setembro de 2005. Mauro é Chefe de Divisão de Meio Ambiente na Prefeitura e professor de geografia e é irmão do historiador Marcos Lobato, que, como veremos, veio a se envolver no processo mais tarde.

O dossiê para o tombamento dos casarões foi desenvolvido pela historiadora Angélica Breunig Grellmann, técnica da Divisão de Cultura da Prefeitura Municipal, com o apoio de engenheiro, arquiteta e estagiários da Prefeitura. Angélica levantou o estado de conservação das casas, as características arquitetônicas e a história das famílias que as construíram para que, de posse desse dossiê, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural tivesse subsídios para definir se aqueles casarões teriam relevância histórica, artística ou afetiva que justificasse esse tombamento e, ainda, se eles estavam suficientemente conservados.

Houve a sugestão de se tomar o Café do Compadre (atual Bar do Pelau), mas o mesmo foi contestado por não ter valor arquitetônico, apenas afetivo. Trata-se do local da saída do Boi da Manta, manifestação cultural tradicional da cidade.

Foram sugeridos outros tombamentos como a casa de Luiqui e a casa de Amando Belisário. Angélica concordou que são belas casas e que em Pedro Leopoldo a perda de belos exemplares como a Casa Rústica (que deu lugar a um Ponto Frio cúbico e amarelo ouro) está cada vez mais frequente. No entanto, acredita que não se pode tomar tudo, e enquanto não houver um maior esclarecimento das pessoas quanto ao que significa realmente um tombamento, será difícil até fazer os processos, pois os proprietários não disponibilizam informações.

O dossiê discutido em 2006 e 2007 possui as 5 casas descritas acima, sendo três da família Carvalho (Romero, Caetano e Zezé), uma da família Alves (Otoni) e uma das duas famílias (D. Chiquita – Francisca Alves Carvalho), que foi excluída em 2007 por conta das modificações que seu atual proprietário realizou.

O dossiê de tombamento foi sendo desenvolvido aos poucos pelos técnicos e discutido nas reuniões do

<sup>3</sup> As informações citadas por reunião foram todas retiradas do livro de atas do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Pedro Leopoldo fotocopiado em novembro de 2007.



Conselho. Vanessa, representante da Associação dos Engenheiros, colocou-se a favor do tombamento nas reuniões, pois, segundo a arquiteta, as casas têm um valor artístico e deveriam ser preservadas. Ela defendeu pelo menos um tombamento de fachadas, mas deixou claro que o ideal seria realizar um tombamento total, uma vez que “as casas em U são de uma concepção e beleza incrível, e são os últimos exemplares desta época e deste estilo na cidade”.

Na reunião de 25/10/2006 foi discutida a possível participação dos proprietários na reunião seguinte. Eliana, representante do Planejamento Urbano, foi contra, pois acredita que a decisão cabe exclusivamente ao Conselho. Angélica acha interessante ouvir o que eles pensam e não dar a eles poder de voto. Cláudia, presidente do Conselho, disse que prefere não entrar em detalhes com os proprietários porque já havia sofrido uma ameaça.

Na reunião do dia 13/12/2006 voltou-se à sugestão de realizar uma reunião com a participação dos proprietários, e Vanessa sugeriu que a reunião fosse feita separadamente com cada um, pois seria mais tranquilo e os casos são bem diferentes. Eliana ressaltou que a reunião deve ocorrer somente para ouvi-los e esclarecer suas dúvidas, mas nenhuma decisão deverá ser tomada. Angélica achou a ideia de Vanessa muito boa, mas informou que infelizmente o prefeito já havia convocado uma reunião com todos os proprietários. Vanessa lamentou essa decisão, pois três proprietários já haviam se manifestado contra os tombamentos, e uma reunião com todos juntos faria com que ganhassem força.

Durante a decisão desse processo o Conselho do Patrimônio, criado em 29 de Abril de 1999, estava composto de 7 membros. A saber:

- O presidente – Chefe da Divisão de Cultura (Cláudia Sales Machado, cargo de confiança do prefeito).
- 1 Representante da Secretaria de Planejamento Urbano (Eng. Eliana Viana Assis).
- 1 Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura (João Luiz Issa – comerciante).
- 1 Representante da Associação dos Engenheiros de Pedro Leopoldo – ASEP (Arq. Vanessa Lacerda Toledo).
- 1 Representante da Associação Comercial de Pedro Leopoldo (Sr. Augusto dos Anjos Nascimento).

- 1 Representante do Arquivo Público Municipal Geraldo Leão (Sr. Geraldo Leão – arquivista).
- 1 Representante da Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo – Faculdades Pedro Leopoldo (Prof. Rafael Machado).
- 1 Representante da Câmara Municipal (Vereador Roberto Perdigão).

Além dos conselheiros, participam das reuniões o responsável técnico (a historiadora Angélica Grellmann Breunig), e o secretário responsável pelas atas (o estagiário da Divisão de Cultura Frederico Levi Amorim). Ambos sem direito a voto. No dia da reunião decisiva do processo, Frederico não pôde estar presente e foi solicitada (como responsável pelas atas do Plano Diretor na época) a redigir a ata da reunião que finalizou esse processo.

No gabinete do prefeito, no dia 13 de março de 2007, aconteceu a reunião para esclarecimento dos proprietários. A despeito da sugestão de alguns membros, cumpriu-se o desejo do prefeito e a reunião foi realizada com todos os proprietários insatisfeitos ao mesmo tempo.

Ronaldo, atual proprietário da Casa de Romero, começou a reunião argumentando que Pedro Leopoldo não é uma cidade histórica e que tombamentos, neste caso, não se justificam. Percebe-se na primeira frase da ata que o ultrapassado binômio cidade histórica (vista como sinônimo de colonial no Brasil) x cidade “não-histórica” (como se fosse possível uma cidade sem história) ainda marcava presença nesse meio. O Prefeito concordou com o proprietário e acrescentou que o único imóvel histórico de Pedro Leopoldo era a Fábrica de Tecidos, e que a mesma já havia sido tombada.

O prefeito municipal, Marcelo Gonçalves, fez um discurso aos presentes dizendo que, provavelmente por ter tido uma infância pobre, ele cresceu acreditando que o importante para um povo é saúde e empregos, e que “esse negócio de patrimônio” é para as cidades antigas como Ouro Preto e Mariana, que ganham dinheiro com o turismo. É paradoxal, contudo, que o prefeito atribua essa forma de pensamento à sua educação (na “infância pobre”), já que seu irmão, que o antecedeu em 2 mandatos como prefeito municipal, tombou todo o conjunto da Estação Ferroviária como patrimônio histórico municipal.

José Otávio, outro herdeiro do espólio da casa de Romero, corroborou com a posição de Ronaldo e do prefeito Marcelo explicando que Pedro Leopoldo se encontra em uma fase de grande desenvolvimento, e,

como dono de uma imobiliária, conhece bem os valores de cada local do município. Com base nisso, José Otávio afirmou que o tombamento seria um prejuízo econômico para os proprietários que poderiam aferir maiores lucros com a verticalização.

João Luiz, representante do Desenvolvimento Econômico no Conselho, argumentou que com a aprovação recente do Plano Diretor os proprietários de imóveis tombados teriam direito exclusivo à transferência do direito de construir. O argumento teria sido decisivo se não fosse abalado pela falta de credibilidade do Plano Diretor. O proprietário Eduardo Valadares questionou as fragilidades destas novas leis municipais, uma vez que há poucas semanas havia sido aberta exceção, por ordem do Executivo Municipal, que permitiu a construção da loja Ponto Frio com afastamento menor que o obrigatório. Frente à acusação de alterar a lei a seu bel prazer, o prefeito argumentou que a loja trouxe empregos e oportunidade de consumo a custos populares para a cidade.

A historiadora responsável pelos levantamentos do dossiê, Angélica Breunig, justificou o tombamento das casas Dr. Senra como uma continuidade do tombamento da Fábrica de Tecidos, das Casas do Quadro e do Complexo da Estação. Explicou aos proprietários que todos juntos retomam a história da fundação da cidade no final do século XIX e início do XX.

Ronaldo argumentou que a Praça foi refeita em 1966, de modo que não teria mais importância histórica. Manoela, também herdeira de Dr. Tunico (casa de Romero), argumentou que justificativas estéticas são muito subjetivas. Para ilustrar, admitiu que ela própria considera a praça e as casas feias. Outro neto de Romero Carvalho presente na reunião concordou. Ele acredita que, segundo suas próprias palavras, “os herdeiros não devem pagar pela importância histórica de seus antecessores”. Sugeriu que a prefeitura desapropriasse os imóveis, caso quisesse realmente tombá-los.

Renato, um dos proprietários da Casa de Caetano, questionou a legitimidade do Conselho de Patrimônio, considerando que o representante da Faculdade, Professor Rafael, é de Belo Horizonte e a responsável técnica, Angélica, é do Rio Grande do Sul. Sara Helena, Secretária de Educação, esclareceu que eles são técnicos, e que como tal estudaram e conhecem Pedro Leopoldo melhor do que qualquer um dos presentes.

A posição defensiva da família de Romero Carvalho deixa transparecer o modelo esquizofrênico que o embate entre capitalismo e as teorias de preservação construíram: de um lado, os técnicos externos, de outras cidades e mesmo estados, tentando

preservar um valor histórico e mnemônico ligado às famílias que fundaram o lugar; e, do outro, os herdeiros diretos desses fundadores que, ao contrário de orgulho ou valorização afetiva, se vêem prejudicados e mesmo “amaldiçoados” pelo peso histórico e artístico de sua herança.

Diante das reclamações e mesmo acusações dos proprietários, Cláudia, presidente do Conselho, se esquivou, explicando que, ao contrário do que o prefeito disse ao abrir a reunião, não foi ela quem indicou os tombamentos.

Após várias demonstrações de descontentamento com o tombamento por parte dos proprietários, o tempo de reunião se encerrou, mas Ronaldo pediu a palavra para um comentário final: “prédios são muito mais interessantes para a cidade que imóveis tombados, pois geram mais renda e empregos”, afirmou o herdeiro da principal casa do processo.

No dia 20 de março o Conselho se reuniu novamente. Angélica sugeriu, uma vez que os proprietários se mostram radicalmente contra o tombamento por motivos estritamente econômicos (tendo o problema agravado pelo grande número de herdeiros) e o próprio prefeito considera as políticas de preservação supérfluas, a compra da Casa de Romero para transformá-la na nova sede da Câmara Municipal. Seria uma tentativa de manter pelo menos a casa principal desse processo – a mais antiga e do primeiro prefeito da cidade. Roberto Perdigão, representante da Câmara, achou uma excelente ideia, mas não quis apresentá-la para a Câmara, sugerindo que o Conselho a apresentasse para o Prefeito.

A reunião foi então transferida para o gabinete do Prefeito e Angélica apresentou esta proposta. O prefeito, no entanto, argumentou que a Câmara não terá capital para tanto. Explicou que a Prefeitura teria interesse no espaço para a implantação do “Centro da Mulher”, mas que não havia verbas no momento.

Angélica explicou que o Conselho, em pré-votação, estava tendendo ao tombamento total. Dr. Marcelo propôs, no máximo, o tombamento das fachadas. Argumentou, inclusive, que seria desnecessário o tombamento, uma vez que, conversando com proprietários, percebeu que não há interesse de nenhum deles em demolir as propriedades. João Luiz alertou que, no caso de demolições, o desgaste político seria maior para o prefeito do que assumir os tombamentos.

Angélica propôs a votação a favor ou contra o tombamento da Casa de Romero, e, posteriormente, caso o tombamento fosse aprovado, seria feita outra votação pelo tombamento total ou de fachada.

- Roberto Perdigão, representante da Câmara – Contra
- Cláudia Sales, presidente do Conselho – Contra
- Vanessa Lacerda, representante da ASEP – A favor
- Augusto dos Anjos, representante da Associação Comercial – Contra
- Eliana, representante do Planejamento Urbano PMPL – A favor
- João Luiz Issa – representante do Desenvolvimento Econômico PMPL – A favor

Apurado o empate, o voto de minerva foi dado à Presidente do Conselho, que manteve seu voto inicial e encerrou o processo com o não tombamento do Casarão de Romero Carvalho.

Angélica propôs dar prosseguimento à votação com os demais imóveis em processo; Vanessa argumentou, no entanto, que a opinião dos membros não variaria de um imóvel para o outro, e quem foi contra o principal deles não seria a favor dos outros. Sugeriu que se encerrasse a reunião ali. Na opinião da arquiteta, até o Conselho poderia se encerrar ali, pois tinha perdido o sentido de existir, uma vez que o prefeito havia pedido que o Conselho se afastasse das questões de tombamento por um tempo. Angélica concordou, pois se o Conselho do Patrimônio não podia proteger o patrimônio, qual seria seu papel? Em vão, Sara Helena, Secretária de Educação, tentou convencer os presentes de que o Conselho tinha sim outras funções.

Uma semana depois, no dia 28 de março de 2007, a reunião marcada para discutir o registro do Boi da Manta não teve quorum. Desde então, o Conselho teve cada vez menos quorum, conforme previu Vanessa Lacerda.

Depois da decisão do Conselho, o Professor Marcos Lobato Martins (irmão de Mauro, primeiro a propor o tombamento dos casarões) entrou com uma ação na Promotoria de Justiça, e a promotora pediu cópia de toda a documentação dos processos de tombamento. A Promotora previu punições para a Prefeitura, caso a mesma liberasse permissão para demolição das casas aludidas enquanto não houvesse resultado da ação pública. No blog do professor encontramos o desabafo:

A ação popular está tramitando no foro de Pedro Leopoldo. Apenas uma família de proprietários apresentou contestação. Como todos sabem, processos desse tipo não são resolvidos rapidamente. Terei pela frente,

certamente, alguns incômodos compromissos para cumprir em repartições do Judiciário. Mas esse é o preço que tenho que pagar pela defesa do patrimônio de minha cidade natal. (MARTINS, 2008)

Na reunião de 30 de maio de 2007, Angélica informou que a ação pública contra a decisão do tombamento havia sido aberta. João Luiz achou contraditório um professor da Faculdade entrar com uma ação pública contra a decisão que o Conselho tomou na ausência injustificada do representante deles, que poderia ter mudado o resultado se estivesse presente. Angélica explicou que o professor não entrou com a ação em nome da Faculdade, mas com uma ação pública para a qual recolheu muitas assinaturas com a população.

Cláudia lamentou que seu voto tenha rendido retaliações em jornais e rádios, pois, segundo a presidente, “o direito do cidadão é maior que o Conselho”. Como a liberdade de expressão também é direito do cidadão, vale a pena reproduzir um pedaço da irreverente “retaliação” publicada por Marcos Lobato no jornal Folha de Pedro Leopoldo em 30 de março de 2007:

Os leitores podem não acreditar, mas eu recebi mensagens de ilustres mortos franceses sobre a decisão controversa do Conselho Municipal de Cultura. [...] Comentário de Jean Jacques Rousseau (1712–1778): Meu caro Marcos, não fique surpreso com a decisão [...], pobre cidade a sua [...], vocês apegaram-se tanto ao racionalismo progressista que perderam a capacidade de ver os valores de fato importantes. Anseiam como crianças o progresso, as novidades da técnica e da ciência, admirando com basbaques a organização social capitalista. [...] Comentário de Madame Bouvary: Aqui na província eu ando muito entediada [...]. Por isso fiquei tão satisfeita com a senhora que votou o voto de minerva aí em Pedro Leopoldo. Ela soube quebrar o tédio que a invade autorizando o bota-fora dessas velharias provincianas. [...] Afinal, como podemos viver na Província senão fazendo dela pelo menos uma imitação dos bairros nobres de Paris? Por sinal, em Paris a última moda é o urbanismo do Barão de Hausmann. Gostei muito dessa senhora. Penso em ter com ela para tomarmos um chá na Divisão de Cultura da Prefeitura. Então direi a ela, pessoalmente, que somos almas gêmeas.

## 5 ANÁLISE DOS VALORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE TOMBAMENTO

A valoração de um bem depende da cultura e do contexto em que está inserido. A pluralidade de valores sempre existiu, mas não sobressaía ao valor dominante dos órgãos patrimoniais que institucionalizavam um padrão de análise de valor.

A questão da atribuição do valor – que hoje nos aparece em toda sua complexidade – não parecia ser, no entanto, até há algumas décadas, uma questão controversa, nem digna de maior investigação: [...] a conservação constituiu durante muito tempo um campo relativamente fechado, sendo a atribuição de valor feita, via de regra, por experts que decidiam o que era (ou não era) patrimônio. [...] Nesse momento, a questão do patrimônio parecia de ato, adstrita a um pequeno grupo técnico, que compartilhava, a grosso modo, um mesmo universo conceitual e os mesmos valores, o que tornava supérflua qualquer discussão mais aprofundada nessa direção. [...] Esse quadro vai mudar substancialmente no final do século XX, com a introdução de novos agentes no campo do patrimônio e com a crescente ênfase que se dá aos aspectos intangíveis dos bens culturais, fatores que também tornam cada vez mais necessário se explicar a operação de atribuição de valores sempre subjacentes no campo do patrimônio. (CASTRIOTA, 2009 p.100)

Desde o início do século XX, Riegl já havia identificado os valores como não inerentes aos objetos, mas sim atribuições pessoais. Ruskin, um dos primeiros teóricos do restauro, por exemplo, considerava o saber-fazer mais importante que o objeto em si, e a interferência no mesmo, uma forma de depredação, enquanto Viollet-Le-Duc considerava a completude do estilo a alma do objeto, restituindo-o mesmo quando o estilo não existisse inicialmente (CHOAY, 2001). Eram atitudes diversas em relação ao patrimônio permeadas por valores distintos.

Atualmente a decisão em relação à preservação ou destruição/abandono de um bem se torna mais complexa à medida que diversos atores passam a exigir voz no processo decisivo. Ele ainda cabe, no caso do Brasil, aos órgãos públicos (federados, estaduais e municipais) de patrimônio, mas a posição dos stakeholders é cada vez mais decisiva. O próprio termo “stakeholder”, recentemente emprestado da

administração, principalmente do planejamento estratégico, demonstra como a proteção de um patrimônio é um processo de “gestão de interesses”.

Confrontando a posição dos atores envolvidos no processo de tombamento dos casarões com a matriz de valores de Riegl, podemos afirmar que os proponentes do processo e os técnicos envolvidos prezam pelos valores mnemônicos do bem: o valor de ancianidade, que permite às pessoas conviverem com bens que nos lembram, por seu aspecto, de outros tempos; o valor histórico, que reforça a identidade nos lembrando de onde viemos; e o valor de monumentalidade, que é a imponência que diferencia o objeto dos demais, mostrando desde sua criação que foi feito para mostrar e, posteriormente lembrar, a importância de quem o fez naquele contexto. Esses atores levaram em consideração, ainda, alguns valores contemporâneos: o valor instrumental ou prático, que seria, sobretudo, o valor de uso dos edifícios para fins comerciais ou de moradia; e o valor artístico relativo das obras, enquanto exemplares arquitetônicos do estilo missões, tão rico em detalhamento e ornamentação.

Percebe-se que os principais argumentos utilizados por alguns proprietários e membros do Conselho contrários ao tombamento consideram o direito à propriedade como pleno. Tal atitude demonstra que a função social da propriedade (adquirida com a constituição de 1988) ainda é ignorada (propositalmente?) por grande parte da população que acredita que sua propriedade deve servir apenas e plenamente aos seus interesses, desconsiderando o direito de todos a uma cidade que cultive beleza e identidade própria. Esses direitos, inclusive, são a evolução dos direitos individuais (como liberdade e propriedade, nos quais muitos indivíduos ainda estão estagnados) e dos direitos sociais (educação, saúde, etc) para os direitos difusos, que incluem o direito à memória e o direito à cidade. É por esses direitos e pela função social da propriedade privada que uma política de patrimônio deveria sempre primar.

Neste processo, na pequena Pedro Leopoldo, o Executivo Municipal apresentou como valor predominante nenhum daqueles classificados como mnemônicos/de passado, nem contemporâneos/de presente, mas valor de futuro, calculado no número de votos dos proprietários contrários ao tombamento. A Presidente do Conselho teve como valor principal em seu processo de decisão o salário de gerente da Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo. Recebeu retaliações e críticas de todas as partes, mas manteve-se fiel aos direcionamentos que vieram do gabinete.



Quanto aos proprietários, infelizmente não é necessária uma análise axiológica complexa para se concluir que o valor predominante no processo de tombamento das casas da Praça Dr. Senra foi puramente o econômico.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A cidade tem o direito de progredir. Eu tenho o direito de não gostar daquele tipo de progresso. Tenho o direito de ficar decepcionado se não encontro lá, aquilo que eu antes encontrava.*  
(MELO NETO, 1980, p.110)

Alguns imóveis, mesmo tombados, não permanecem, enquanto alguns bens imateriais, teoricamente mais frágeis, ainda que não tombados, resistem às mudanças. A apropriação ainda aparece como a única saída para a preservação. Segundo Castriota (2003, p.186) “o poder de rememoração não é algo natural, mas sim uma conquista, uma invenção difícil, por meio da qual os homens aprendem a se apropriar progressivamente de seu passado individual e coletivo”.

Um exemplo em Pedro Leopoldo é a Igrejinha dos Bexiguentos. No início do século XIX foram enterrados no local três moças e um rapaz vivos, pois tinham varíola, conhecida como mal de bexiga, que na época era incurável e se acreditava transmissível. Pelo sofrimento que passaram, foram santificados pelo povo, que peregrinava até o seu túmulo para orar e pedir graças. Em 1989, a então primeira dama municipal, Dona Marieta Sales, fez uma promessa para as almas dos bexiguentos. Tendo alcançado a graça, construiu uma capela que até os dias de hoje é frequentada pelos católicos e chamada de “Igrejinha dos Bexiguentos”. A despeito da alteração feita no nome da capela, no início de 2007 pelo Padre João (pároco local), para “Igreja de Santo Expedito”, e insistentes pedidos do mesmo para que os fiéis não façam pedidos e promessas a estas pobres almas (uma vez que não se tratam de santos reconhecidos pela Igreja), o nome permanece sendo usado como o povo batizou e consagrou: Bexiguentos, e as peregrinações, rezas e pagamentos de promessa continuam acontecendo o ano todo.

Mas nem todos os bens conseguem, com o apelo emocional e sua apropriação, a preservação. Foi o caso da casa de uma das filhas de Romero Carvalho, Helfa, casada com Christiano Ottoni, recentemente demolida para construção de um edifício residencial. O último proprietário (herdeiro da família Ottoni) se intitula

historiador amador (e já escreveu sobre a história de Pedro Leopoldo) e demoliu a casa sorrateiramente durante a noite. O casarão mais bonito do conjunto (inclusive por dentro) foi perdido para dar lugar a um edifício irritantemente padrão.



Figura 19 - Casa de Christiano Ottoni (1940).

Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de Tombamento: Imóvel de Romero de Carvalho p.19

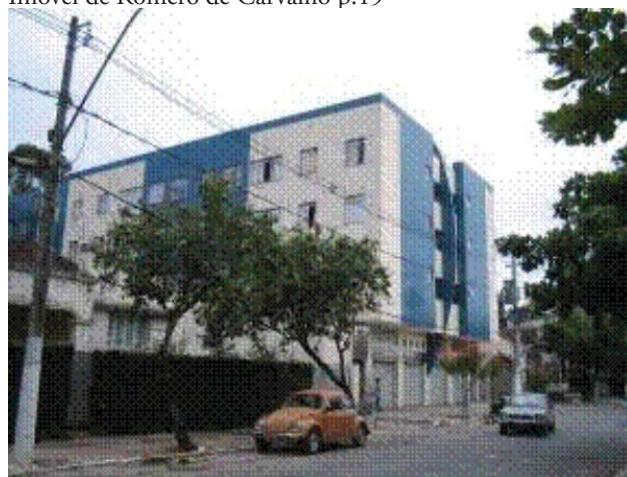


Figura 20 - Edifício Dona Glória Belisário (2006).

Fonte: Conselho do Patrimônio – Processo de Tombamento: Imóvel de Romero de Carvalho p.19

O mesmo ocorreu com a residência de outra filha de Romero Carvalho, Ilda (entre as casas do pai e do irmão, Dr. Zezé), demolida recentemente para dar lugar a uma farmácia com construção contemporânea. Apesar da casa de Ilda não haver sido um exemplar arquitetônico excepcional, lamenta-se pela história, pela memória da fundação que se perde.

Pedro Leopoldo se torna a cada dia uma cidade mais poluída visualmente e construída com mau gosto. A Comendador Antônio Alves e imediações, até aproximadamente 15 anos atrás, possuía diversos exemplares ecléticos (em 2006 os poucos remanescentes

ainda chamaram a atenção dos técnicos da Fundação João Pinheiro que fizeram levantamentos para o Plano Diretor). Hoje eles são poucos, na sua maioria mal cuidados e ofuscados por outdoors e letreiros exagerados.

Pedro Leopoldo perde qualidade de vida e avança para um futuro sem memória, para um lugar sem identidade. Enquanto isso, as autoridades se vangloriam do “desenvolvimento” que se alastra pela região.

## REFERÊNCIAS

- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. Belo Horizonte: AnnaBlume, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: Arte, 2003.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, Ed. UNESP, 2001.
- CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE PEDRO LEOPOLDO. *Livro de Atas*. Pedro Leopoldo, 2006.
- CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE PEDRO LEOPOLDO. *Processo de tombamento do imóvel de Eunice Carvalho Valadares*, situado à Rua Com. Antônio Alves, 196 – Centro. Pedro Leopoldo, 2007.
- CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE PEDRO LEOPOLDO. *Processo de tombamento do imóvel de Caetano de Azevedo Carvalho*, situado à Rua Comendador Antônio Alves, 186 – Centro. Pedro Leopoldo, 2007.
- CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE PEDRO LEOPOLDO. *Processo de tombamento do imóvel de Cléa Almeida de Carvalho* (espólio), situado à Rua Com. Antônio Alves, 146 – Centro. Pedro Leopoldo, 2006.
- CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE PEDRO LEOPOLDO. *Processo de tombamento do imóvel de Dr. José de Azevedo Carvalho* (espólio), situado à Rua Com. Antônio Alves, 116 – Centro. Pedro Leopoldo, 2007.
- CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE PEDRO LEOPOLDO. *Processo de tombamento do imóvel de Elisa Alves de Carvalho* (espólio), situado à Praça Dr. Senra, 55 – Centro. Pedro Leopoldo, 2007.
- FERREIRA, Elysio Alves Gonçalves. *A verdadeira história da origem de Pedro Leopoldo*. Pedro Leopoldo, 1999.
- FUNARI, P.P.A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, v. 41, n.1/2, p.23–32, 2001
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Canal do IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 2 mar. 2011.
- MARTINS, Marcos Lobato. *Pedro Leopoldo: memória histórica*. 2. ed. Pedro Leopoldo: Tavares, 2005.
- \_\_\_\_\_. Política da amnésia. *Jornal Folha de Pedro Leopoldo*, 30 mar. 2007.
- \_\_\_\_\_. *As dificuldades dos Conselhos Municipais do Patrimônio Cultural*. Texto online. Disponível em: <http://www.minasdehistoria.blog.br/2008/07/as-dificuldades-dos-conselhos-municipais-do-patrimonio-cultural/>. Acesso em: 2 mar. 2011.
- MELO NETO, João Cabral de. *Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos*. Madri: Visor, 1999. (Der Moderne Denkmalkultur, Viena, 1903).
- RUSKIN, John. *Le sette Lampade dell' Architettura*. Milão: Jaca Book, 1981.

Enviado em 11/03/2011

Recebido em 12/03/2011

Aprovado, em sa versão final, em 18/04/2011.

Artigo avaliado anonimamente por pares

# Interpretação do Patrimônio: um Estudo de Caso no Museu de Arte Moderna Murilo Mendes

*Maria Elisa Rocha Figueira\**

---

## Resumo:

Um dos segmentos em maior ascensão do turismo brasileiro é o turismo cultural, que se relaciona à motivação do turista de interpretar o patrimônio natural e cultural. Nesse contexto, os museus podem se constituir em grandes atrativos turísticos. Na cidade de Juiz de Fora, o Museu de Arte Moderna Murilo Mendes constitui um patrimônio de grande importância para a cidade com grande potencial para o turismo cultural. Sendo assim, faz-se necessário analisar se esse patrimônio está sendo bem apresentado e aproveitado pelas pessoas que o visitam. Para isso, foi feita uma análise das técnicas utilizadas atualmente pelo Museu e concluiu-se que ainda precisa melhorar as técnicas de interpretação já utilizadas e criar estratégias para atrair um maior número de visitantes.

**Palavras-chave:** Turismo. Interpretação. Patrimônio. Museus.

## HERITAGE INTERPRETATION: A CASE STUDY AT THE MUSEUM OF MODERN ART MURILO MENDES

---

## Abstract:

One of the most segments in the rise of the Brazilian tourism is cultural tourism. It has to do with the motivation of tourists to interpret the natural and cultural heritage. In this context the museum can become a major tourist attraction, improving the tourist development in the cities. In the city of Juiz de Fora, Museum of Modern Art Murilo Mendes is a heritage of great importance to the city with great potential for cultural tourism. Therefore, it is necessary to consider if the heritage is well presented and enjoyed by people who visit it. For this, an analysis was made of the techniques currently used by the Museum and it was concluded that it still needs to improve interpretation techniques already used and add new methods for the space, as well as create strategies to attract a greater number of visitors.

**Keywords:** Tourism. Interpretation. Heritage. Museum.

## INTERPRETACIÓN DEL PATRIMONIO: UN ESTUDIO DE CASO EN EL MUSEU DE ARTE MODERNA MURILO MENDES

---

## Resumen:

Un de los seguimientos en mayor ascensión del turismo brasileiro es el turismo cultural, este se relaciona a la motivación del turista de interpretar el patrimonio natural y cultural. En este contexto, los museos pueden constituirse en grandes atrativos turísticos. En la ciudad de Juiz de Fora, el Museu de arte Moderna Murilo Mendes es un patrimonio de gran importancia para la ciudad con gran potencial para el turismo cultural. Luego es necesario analizar si ese patrimonio está siendo bien presentado y provechado por las personas que lo visitan. Por tanto se hizo una análise de las técnicas utilizadas actualmente por el Museu y se concluyó que aun es necesario meyorar las técnicas de interpretación ya utilizadas y crear estrategias para atraer más visitantes.

**Palabras-clave:** Turismo. Interpretación. Patrimonio. Museos.

---

\* Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora - 2011. E-mail: mariaelisafigueira@yahoo.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de novas tecnologias de transporte e comunicação tem aumentado as possibilidades para o setor turístico, o que o torna hoje umas das atividades econômicas com grande destaque no mundo.

Um dos segmentos mais pungentes do turismo brasileiro é o turismo cultural, que está relacionado, também, à motivação do turista em interpretar o patrimônio natural e cultural, estabelecendo uma comunicação com o visitante e ampliando seus conhecimentos. Nesse contexto, os museus podem se constituir em grandes atrativos turísticos, contribuindo para o desenvolvimento turístico das localidades.

Entretanto, grande parte dos museus brasileiros ainda é mal aproveitada. Para tentar solucionar esse problema, estes poderiam utilizar as diversas práticas de interpretação patrimonial existentes. Para Murta e Albano (2005, p.10), “o principal foco da interpretação é estabelecer uma comunicação efetiva com o visitante, mantendo importantes interfaces com o turismo, a preservação do patrimônio e o desenvolvimento cultural das comunidades locais.”

No município de Juiz de Fora se destaca o Museu de Arte Moderna Murilo Mendes (MAM) por possuir o maior acervo de arte moderna de Minas Gerais, com cerca de 300 obras de artistas nacionais e internacionais, constituindo um importante espaço para o desenvolvimento do turismo cultural na cidade. O museu conta em média com duzentas visitas por mês, entre público espontâneo e visitas agendadas. Assim, é fundamental investigar se um patrimônio de grande importância para a região está sendo bem apresentado e aproveitado pelas pessoas que o visitam.

Dessa forma, buscou-se analisar se as técnicas de interpretação patrimoniais utilizadas pelo MAM são satisfatórias e se atendem as expectativas do público. Para isso foram realizados: estudo dos principais métodos de interpretação do patrimônio existentes e levantamento dos métodos de interpretação existentes no MAM.

## 2 TURISMO E MUSEUS

A relação entre turismo e museus vem sendo construída ao longo do tempo, através da existência de grandes acervos conhecidos internacionalmente e de elaboradas estratégias de marketing que visam atender

os desejos do público. É cada vez maior o interesse de turistas neste tipo de instituição.

De acordo com Vasconcellos (2006), é possível que alguns turistas não consigam observar detalhadamente o acervo de determinados museus; porém, não conhecê-los significaria que ficou faltando algo de muito importante naquela viagem.

Para atrair turistas, os museus mais importantes da Europa e dos Estados Unidos:

[...] contam com exposições temporárias, constantemente renováveis; pessoal treinado para atender diferentes segmentos do público (crianças, idosos, grupos, deficientes, etc.); ingressos promocionais; publicações impressas em vários idiomas; e divulgação das atividades por meio de campanhas publicitárias (GOMES, 2002, p. 27 *apud* FUNARI; PINSKY, 2005).

Vasconcellos (2006) ressalta também a existência de bibliotecas de fácil acesso, livrarias, lojas com vendas de *souvenirs*, restaurantes e cafeterias que contribuem para que os museus se tornem referências culturais e de lazer para os turistas.

Neste contexto:

os museus, além de espaço de exposição, curadoria, pesquisa e ação educativa, transformam-se, eminentemente, numa atividade rentável, geradora de recursos, aplicados na própria manutenção. Mas muito mais os museus passam a construir, por si só, um pólo de atração, cujos dividendos são repartidos com diversos setores da indústria turística (GOMES, 2002, p. 27 *apud* FUNARI; PINSKY, 2005).

O turismo, portanto, pode contribuir com a conservação, preservação, manutenção e divulgação tanto do acervo quanto de suas instalações que muitas vezes são prédios históricos, importantes para a comunidade e sua identidade cultural.

Vasconcellos (2006) aponta o papel social do museu ao demonstrar que esse tipo de instituição pode inserir turistas e moradores em atividades culturais passíveis de trocas de experiências.

Com isso, o turismo se coloca como um instrumento capaz de proporcionar benefícios aos visitantes que irão vivenciar novas experiências culturais e aos moradores que poderão usufruir, através da atividade turística, de um desenvolvimento social, econômico e cultural.



Porém, no caso dos países latino-americanos, o reconhecimento do potencial turístico dos museus é muito recente. No Brasil, ainda persiste a ideia de que estes são locais de “coisas velhas”, onde ainda existem exposições que não contribuem para o entendimento de suas mensagens. Esta situação faz com que as pessoas acreditem que o Brasil não possui bons museus que sejam capazes de atrair a atenção dos turistas.

Para Gomes:

Nossos museus possuem acervos preciosos, mas em muitos casos subaproveitados, uma vez que grande número de instituições atua à margem dos princípios museológicos. Por outro lado, a ausência de incentivo e de divulgação mais agressiva cria um círculo vicioso, que afasta o turista dos museus e ao mesmo tempo impede que o museu se reestruture para atingir um público mais amplo (2002, p.28 citado por FUNARI; PINSKY, 2005).

Um dos grandes problemas enfrentados pelos museus no Brasil é justamente o distanciamento das pessoas em relação a eles, pois normalmente são organizados sem a preocupação de atraí-los. É comum que muitos habitantes não saibam da existência de museus em suas cidades e, às vezes, no bairro em que moram.

### 3 TÉCNICAS DE INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Para tentar solucionar os problemas citados anteriormente, como acervos subaproveitados, falta de estruturação e de público, por exemplo, os museus brasileiros deveriam utilizar as diversas práticas de interpretação patrimonial existentes.

Segundo Murta e Albano (2005), os meios de interpretação do patrimônio podem ser três: i) a interpretação ao vivo que depende de uma interpretação pessoal de um guia ou um ator que explicará e ilustrará temas e processos aos visitantes; ii) textos e publicações, que são mapas ilustrados, guias, roteiros, *folders* e cartões postais; iii) e a interpretação com base no *design*, que pode ser feita através de placas, painéis, letreiros, objetos e documentos fixos e protegidos, modelos e reconstruções, meios animados de exibição, som, luz, imagem e movimento.

Segundo Miranda (*apud* MURTA; ALBANO, 2005), na concepção de Wagar, a interpretação só será efetiva se atrair e manter a atenção do visitante; que ele entenda e retenha certa informação; que com essa

informação o visitante adote uma atitude positiva; e que se observe nele uma mudança permanente de comportamento.

A escolha dos meios e técnicas mais adequados depende do lugar ou objeto a ser interpretado e do público a quem se destina a interpretação. Tilden (*apud* MURTA; GOODEY, 2005, p. 18) aponta seis princípios clássicos para nortear o esquema interpretativo:

1. sempre focalizar os sentidos do visitante, de forma a estabelecer a conscientização pessoal sobre determinadas características do ambiente;
2. revelar sentidos com base na informação e não apenas informar;
3. utilizar muitas artes visuais e de animação, seja o material apresentado científico, histórico ou arquitetônico;
4. não apenas instruir, mas provocar, estimulando a curiosidade do visitante, encorajando a exploração mais aprofundada do que será interpretado;
5. apresentar a história completa, em vez de parte desta; dirigir-se à pessoa inteira;
6. ser acessível a um público o mais amplo possível, levando em consideração necessidades especiais.

Murta e Goodey (2005, p.18) acrescentam ainda os seguintes princípios:

1. iniciar a interpretação em parceria com a comunidade, estimulando a troca de conhecimentos e recursos;
2. adotar uma abordagem abrangente, ligando os temas do passado, do presente e do futuro, realçando a dimensão socioeconômica, ao lado das dimensões histórica e arquitetônica;
3. não tentar vender uma verdade universal, mas destacar a diversidade e a pluralidade culturais. Sua interpretação deve fomentar a aceitação e a tolerância como valores democráticos;
4. levar sempre em consideração o atendimento ao cliente, indicando ou provendo instalações básicas, como sanitários, segurança, pontos de descanso e estacionamento, elementos essenciais a uma experiência prazerosa do lugar.

Segundo Pires e Ferreira (2007, p. 8), é possível ainda diferenciar a interpretação em duas formas: a guiada e a autoguiada:

A primeira delas é representada pelos guias interpretativos, ou seja, pessoas capacitadas para conduzirem visitantes e interpretar o ambiente em que se encontram de acordo com os objetivos propostos. Já as auto-guiadas

recorrem a exposição de painéis e placas interpretativas, vídeos, sistemas de áudio como *walkman* e postos de escuta, desenhos e esculturas por exemplo.

No caso da interpretação ao vivo existem algumas regras que devem ser observadas pelos intérpretes. Estes devem ganhar o respeito do visitante, devem equilibrar os comentários e demonstrações com as necessidades do lugar e com a tolerância dos turistas, desempenhar um papel de especialista em segurança, garantindo aos visitantes e ao local visitado boas condições após a performance. E, por último, o intérprete deve harmonizar sua apresentação com a interpretação geral da área (MURTA; GOODEY *apud* MURTA; ALBANO, 2005).

Com relação às placas e painéis, o texto deve ser curto, simples e equilibrado com mapas e ilustrações para facilitar a compreensão do visitante (MURTA; GOODEY, citado por MURTA; ALBANO, 2005). Já de acordo com Morales (*apud* PIRES; FERREIRA, 2007, p.9):

A mensagem tem que ser atrativa e criada de forma que o visitante compreenda-a com rapidez. É preciso atentar para o fato de que os visitantes encontram-se em seu momento de lazer e, em sua maioria, não tão dispostos a permanecerem durante muito tempo lendo ou escutando algo. Há de se atrair a atenção do visitante, permitindo-lhe captar todo o conteúdo da mensagem através de contrastes e elementos que proporcionem dinamismo e interação, por exemplo. Deve-se usar uma linguagem simples na mensagem, compreensível pelo visitante.

A forma com que as peças serão expostas também são de grande importância na montagem de uma exposição. O que ocorre hoje é uma mudança gradual no enfoque dos museus; as “caixas de vidro” e as tradicionais paredes nuas são trocadas por ambientes que enriquecem o acervo e a atmosfera do lugar. A sonorização, a luz e a imagem têm sido cada vez mais utilizadas para atrair a atenção dos indivíduos interessados em conhecer espaços que expõem parte do patrimônio de uma dada coletividade. Uma boa gravação pode criar bons efeitos para realçar a atmosfera do lugar, valorizando a visita.

A iluminação e a produção de imagens também possuem um grande potencial para a apresentação de temas e cenários. São utilizados painéis iluminados que

combinam imagens com texto, uso de *video tapes*, entre outros.

Todos os meios de interpretação citados acima podem e devem ser combinados entre si. Porém, para uma comunicação eficaz devem-se adotar alguns critérios, definidos por Pennyfather (*apud* MURTA; ALBANO, 2005, p. 34) como: i) o estímulo à participação do visitante; ii) provocação; iii) relacionar sempre o problema com coisas que são familiares aos visitantes; iv) ligações com o entorno; v) abordagem temática; vi) respeito ao fluxo de pessoas; vii) realce do ambiente; viii) utilização do humor; ix) cuidado com os períodos de tempo.

Atrair a atenção do público para os programas interpretativos pode depender de vários fatores, ainda como ressalta Miranda (*apud* MURTA; ALBANO, 2005, p. 99):

a) a promoção e a publicidade que se faça dos diferentes programas; b) a estética dos programas e as técnicas interpretativas; c) o meio de interpretação utilizado (alguns visitantes preferirão atividades guiadas, enquanto outros escolherão um folder); d) o grau de “esforço percebido” pelos visitantes (uns decidirão assistir a programas de duas horas e outros desejarão empregar menos de meia hora por exemplo).

Entretanto, o público dos museus é variável e fluutuante, se existir necessariamente uma frequência obrigatória e um contato entre os que “fazem o museu” e os que o usam. Portanto, raramente existem avaliações capazes de verificar se o que é apresentado nos museus é realmente satisfatório aos visitantes.

No caso do Museu de Arte Murilo Mendes (MAM), que será objeto de estudo deste trabalho, a interpretação do patrimônio existente no local, bem como a divulgação deste, se dá mediante placas e painéis explicativos e visitas guiadas, feitas por alunos dos cursos de artes, letras e pedagogia da UFJF, que apresentam a exposição além de contar um pouco da história do poeta, da criação do museu e da origem de seu acervo. Mas nosso interesse aqui, reconhecendo a existência desses meios interpretativos, é analisar se são adequados aos visitantes que lá vão e, ainda, se são eficazes no sentido de assegurar a satisfação dos turistas. Entendemos que isso é algo relevante de ser estudado, pois não há, ao que consta, procedimentos no MAM capazes de aferir se os meios de interpretação adotados são eficientes em suas propostas, no fundo de sensibilizar o visitante para o acervo ali apresentado.

## 4 MUSEUS EM JUIZ DE FORA

Juiz de Fora é uma das cidades mais importantes da Zona da Mata mineira. Sua localização, entre três capitais (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo), fez com que fosse dada uma maior ênfase ao turismo de eventos e negócios. Entretanto, oferece também, um respeitado circuito cultural e artístico, onde se incluem museus, teatros entre outros atrativos turísticos, que deveriam ser melhor aproveitados, inserindo assim a cidade como um polo atrativo para o turismo cultural, o que seria uma boa opção para o desenvolvimento do turismo na cidade.

### 4.1 MUSEU DE ARTE MODERNA MURILO MENDES

Em 1977, dois anos após a morte de Murilo Mendes, a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – recebeu, em doação da viúva Maria da Saudade Cortesão Mendes, a biblioteca do poeta, composta de mais de 2800 volumes de diversas áreas (literatura, artes plásticas, música e filosofia), quando foi criado o Centro Murilo Mendes.

Em 1994, por interferência do governo brasileiro, veio de Lisboa para Juiz de Fora, o acervo de artes plásticas do escritor. Constituiu-se, então, o Centro de Estudos Murilo Mendes (CEMM) (CRISTOFARO, 2005).

Em 2005, a Universidade Federal de Juiz de Fora transferiu a Reitoria do centro da cidade para o Campus de Martelos, concretizando o projeto original do complexo da UFJF. Ainda neste período, a UFJF realiza uma ampla reforma no prédio da antiga reitoria, que, segundo Cristófar (2005), configura um marco na arquitetura moderna em Juiz de Fora.

Neste espaço foi inaugurado o Museu de Arte Moderna Murilo Mendes, em que foram respeitadas todas as exigências para a construção de um museu. Há uma preocupação com a sonorização, com a temperatura e com a iluminação do ambiente.

Segundo o arquiteto Sebastião Lopes, o projeto foi elaborado respeitando todas as exigências para a construção de um museu, com ambientes artificiais para as áreas onde ficariam as obras de arte. Os ambientes com sonorização são revestidos com isoladores acústicos. Os banheiros foram reformados, com instalações adaptadas aos portadores de necessidades especiais. A parte elétrica e de iluminação também foram totalmente repensadas.

Hoje o Museu conta com instalações e equipamentos modernos, envolvendo sistema de

segurança, salas de exposição, bibliotecas, salas de pesquisa, reserva técnica, laboratórios de restauro, oficina de arte e literatura. No complexo do museu ainda estão o Gabinete do Reitor, a Sala dos Conselhos, a Editora da UFJF, O Centro de Estudos Ibero-Americanos e o Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (CRISTOFARO, 2005).

O MAM possui o maior acervo de arte moderna do estado de Minas Gerais, com cerca de 300 obras de artistas nacionais e internacionais. Justamente por ter um acervo tão relevante é que acreditamos ser esta investigação interessante, na medida em que entendemos que tal riqueza de acervo deva ser bem interpretada junto aos visitantes.

Importa destacar que o espaço disponibiliza ao público uma agenda mensal de eventos culturais e visitas guiadas, ambos gratuitos. O museu conta em média com duzentas visitas por mês, entre público espontâneo e visitas agendadas.

## 5 INTERPRETANDO O PATRIMÔNIO: MUSEU DE ARTE MURILO MENDES (MAM)

Para analisar como a interpretação patrimonial acontece no MAM, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a responsável pelos projetos de arte e educação e visitas guiadas com o Museólogo da instituição.

### 5.1 ENTREVISTA – ARTE-EDUCADORA

A primeira entrevista foi realizada com a responsável pelas visitas guiadas e pelos projetos arte-educação. A intenção com essa entrevista era saber como funciona a visita guiada no museu e quais são os projetos educativos do Museu.

Inicialmente, ela explicou como é feita a seleção dos monitores: são selecionados quatro bolsistas da UFJF, mais especificamente dos cursos de artes, letras, pedagogia e comunicação.

Depois de selecionados, são indicados alguns livros que estão relacionados tanto com a biografia, a obra e a produção de Murilo Mendes e também sobre arte moderna. São dadas informações a respeito da arquitetura do prédio que é considerado um grande marco modernista na cidade. Além disso, procura-se fazer um treinamento prático no sentido de como receber os visitantes. Ela explica que a ideia do monitoramento “não é dizer qual é a verdade absoluta,

na verdade é ter alguém que está ali disposto a auxiliar de alguma maneira em alguma informação que aparecer.” Esta informação vai ao encontro do conceito de interpretação do patrimônio adotado por Pires e Ferreira que defende que:

[...] a interpretação é uma atividade educativa que pretende revelar significados e inter-relações através do uso de objetos originais, por um contato direto com o recurso ou por meios ilustrativos, não se limitando a dar uma mera informação sobre os fatos (TILDEN *apud* PIRES; FERREIRA, 2007, p.7).

Existem também alguns projetos para implantar uma oficina de atividades práticas, trabalhar com informática, *data-shows* e vídeos. Atualmente, já são utilizados vídeos que ajudam o público a entender melhor as exposições, porém esses vídeos são utilizados apenas nas visitas agendadas, pois para isso precisa-se preparar o anfiteatro com certa antecedência o que fica mais difícil nas visitas espontâneas.

A entrevistada explica que um dos maiores desafios do Museu é atrair o público, pois as pessoas acham que o Museu é um espaço para elite, que aquilo não é para elas, o que reforça a necessidade dos meios de interpretação. Pois este busca estabelecer uma comunicação com o visitante, ampliando seu conhecimento, estimulando suas formas de olhar e apreender o que lhe é estranho (MURTA; ALBANO, 2005).

Outra dificuldade apontada pela entrevistada consiste na desinformação do público em relação à gratuidade da entrada e das visitas guiadas, fator que desestimula a procura pelo Museu e a utilização do recurso interpretativo. Uma forma de amenizar este problema seria a colocação de uma placa, informando a respeito da gratuidade do Museu, tanto para a entrada quanto em relação às visitas guiadas. Outra medida seria treinar a recepção para oferecer o serviço, de modo que expliquem sua gratuidade e as vantagens de se fazer uma visita monitorada, principalmente devido ao fato do museu não contar com tecnologia de áudio e vídeos nas visitas autoguiadas.

Ela aponta ainda alguns problemas de sinalização do prédio como mais um obstáculo a ser vencido:

A gente vai ter que repensar a sinalização do museu, por exemplo, a gente tem duas galerias do museu aqui no térreo e muita gente que vem aqui sozinho, se ninguém avisar não sabe que tem uma galeria no terceiro andar. E tem um andar no meio que a pessoa chega lá

e parece que é só administração, biblioteca e laboratório e acabou o museu, e as vezes nem todo mundo conhece a galeria lá de cima, que é uma galeria linda também.

Para tentar solucionar os problemas apontados acima, e tentar quebrar essa imagem de elitização do museu, a equipe da ação educativa tem elaborado uma série de projetos. Nas palavras da arte-educadora:

Então a gente está tentando fazer um trabalho de montar projetos pra tentar captar recursos, pra montar seminários, palestras [...] pra tentar mostrar pras pessoas o que elas podem aproveitar melhor. A gente está tentando organizar o espaço físico, porque ainda não temos uma sala, para treinar os monitores para começar as oficinas, pra fazer algumas experiências com papel reciclado, isopor, algumas brincadeiras, pra primeiro eles aprenderem depois eles passarem, isso já foi feito anteriormente, mas por falta de estrutura a gente está meio desmantelado.

Para Vasconcellos (2006), o grande desafio dos museus, a partir do século XX, era o de tornar suas coleções e propostas mais acessíveis para visitantes de qualquer faixa etária ou segmento social, na medida em que tinham como intenção romper com o distanciamento existente entre os museus e a sociedade. E o MAM está neste caminho, elaborando projetos para que essa meta se torne realidade.

Ela observa ainda que outro diferencial do MAM é a frequente mudança das exposições, pois o museu não conta com nenhuma exposição permanente, porém está sempre criando temas para as obras do acervo estarem expostas.

É importante destacar que, segundo Gomes (2002, *apud* FUNARI; PINSKY) essa técnica de utilizar exposições temporárias, constantemente renováveis para atrair visitantes, é utilizada nos museus mais importantes da Europa e dos Estados Unidos. Isso acontece porque cada vez que o visitante for ao museu encontrará uma exposição diferente, sendo estimulado a voltar, pois dificilmente ele retornará ao espaço para ver as mesmas obras.

## 5.2 ENTREVISTA – MUSEÓLOGO

A entrevista com o museólogo do MAM foi realizada com a intenção de saber quais os problemas enfrentados pelo museu atualmente e quais seus projetos para o futuro.



Ele ressaltou o baixo número de visitantes que o museu recebe atualmente, focando a necessidade de levar a comunidade para dentro do Museu. Inicialmente pretendem levar as escolas para os museus, possuem como meta uma visita agendada de escolas por dia. Além disso, estão com projetos para a realização de palestras e oficinas, “coisas que façam as pessoas entenderem melhor a arte moderna e contemporânea.”

Ele observa que essa preocupação da inserção da comunidade nos museus é uma tendência no mundo inteiro, o que está de acordo com Vasconcellos, que afirma que, a partir dos anos 60, “os museus iniciaram movimentos em direção a uma atuação mais incisiva, com escolas, comunidades do entorno, populações carentes e rurais” (VASCONCELLOS, 2006, p.24).

Esta integração da comunidade com o patrimônio local, e a inclusão dos diferentes grupos como produtores de arte, é defendida por Paiva (2005, p. 2):

A apropriação do patrimônio local propicia que os diferentes grupos passem a se perceber como produtores de sua cultura e não como meros consumidores de algo produzido industrialmente e de modo massificado para os mais diversos segmentos culturais. Mantêm-se, com isso, formas alternativas de expressão e identificação frente aos produtos passageiros sem densidade histórica e homogeneizantes da cultura industrial.

Para Silva (2008, p. 6), “[...] o reconhecimento pela comunidade local é de grande importância para o turismo, pois a correta exploração deste tipo de recurso garante a sustentabilidade do patrimônio e ao mesmo tempo possibilita o reforço da identidade cultural de um povo.”

Esta é uma das grandes dificuldades vivenciadas pelo MAM, integrar a comunidade ao espaço; para isso possuem diversos projetos, como a implantação de oficinas, palestras e cursos a fim de atrair a população, entretanto alegam a falta de recursos financeiros e problemas políticos da instituição para a implantação imediata desses projetos.

intenção romper com o distanciamento existente entre os museus e a sociedade.

Para tentar solucionar esse problema, os museus brasileiros deveriam utilizar as diversas práticas de interpretação patrimonial existentes. Estas podem ser realizadas de três maneiras: a interpretação ao vivo que depende de uma interpretação pessoal de um guia ou um ator que explicará e ilustrará temas e processos aos visitantes; textos e publicações, que são mapas ilustrados, guias, roteiros, folders e cartões postais; e a interpretação com base no *design*, que pode ser feita através de placas, painéis, letreiros, objetos e documentos fixos e protegidos, modelos e reconstruções, meios animados de exibição, som, luz, imagem e movimento (MURTA; ALBANO, 2005).

No caso do MAM, as técnicas utilizadas são: a interpretação ao vivo, com as visitas guiadas e a interpretação com base no *design* com utilização de painéis explicativos, e vídeos apenas nas visitas agendadas. Outros recursos que poderiam ser utilizados são: *folders* explicando um pouco a história do Museu e as exposições, que deveriam conter versões também em outras línguas além do português; mais placas de sinalização; meios animados de exibição, com sons e imagens, fazendo com que as pessoas desenvolvam um maior interesse e dispersem o mínimo possível durante as visitas guiadas, como ocorre atualmente.

Um dos principais obstáculos do Museu é atrair visitantes e integrar a comunidade ao espaço, pois as pessoas acreditam que este é um ambiente elitista. Muitas vezes não entram por não saberem que a entrada é gratuita; e quando entram, normalmente não aceitam o guia durante a visita por também acharem que é um serviço pago. Essa gratuidade contribui para atrair o público, e mostrar que toda a comunidade pode e deve frequentar o Museu; entretanto, não existe nenhuma placa com essas informações.

É certo que ainda há um grande caminho a ser percorrido pelo MAM para conseguir atrair a comunidade e melhorar as técnicas de interpretação já utilizadas e acrescentar novos métodos adequados para o espaço, como a introdução de meios eletrônicos, como computadores, sonorização, entre outros que facilitem a interação do público com o patrimônio, aumentando assim o interesse dos visitantes.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos grandes desafios enfrentados pelos museus é o de tornar suas coleções e propostas mais acessíveis para visitantes de qualquer faixa etária ou segmento social, na medida em que tinham como

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. Museu e Turismo: uma relação delicada. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 8., 2007, Salvador. *Anais...*

CRISTOFARO, Valéria de Faria. *Patrimônio vivo*: UFJF 45 anos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2005.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. *Interpretar o patrimônio*: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MUSEU DE ARTE MURILO MENDES.  
Disponível em: <http://www.acesa.com/xiis/arquivo/entrevistas/2005/12/mam/>. Acesso em: 15 maio 2010

PIVA, Adriana. A Educação Patrimonial na Escola: situando-nos no debate. In: SUPERINTENDÊNCIA DE MUSEUS MINEIROS EM MINAS GERAIS. Projeto “Museu Mineiro em Ação”. *Caderno do Professor*. Belo Horizonte, 2005. p. 1-3. Material fornecido pelo DIPAC – Divisão de Patrimônio Cultural, Prefeitura de Juiz de Fora.

SILVA, William Cléber Domingues. O potencial turístico dos museus brasileiros: uma análise em Minas Gerais. *Revista de Turismo PUC Minas*, Belo Horizonte, v. 3, n.4. nov. 2008. Disponível em: <[http://www.turismo.pucminas.br/v3n4/PDFs/O%20Potencial%20Turistico%20dos%20Museus\\_Brasileiros.pdf](http://www.turismo.pucminas.br/v3n4/PDFs/O%20Potencial%20Turistico%20dos%20Museus_Brasileiros.pdf)>. Acesso em: 25 maio 2010.

TURISMO E JUIZ DE FORA. Disponível em: <<http://www.idasbrasil.com.br/idasbrasil/cidades/juizfora/port/apresent.asp>>. Acesso em: 25 jun. 2010.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Turismo e museus*. São Paulo: Aleph, 2006.

Enviado em 11/02/2011.

Recebido em 13/02/2011.

Aprovado, em versão final em,14/04/2011.

Artigo avaliado anonimamente por pares.

# Indicadores na Gestão da Hospitalidade Pública no Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego – Parque Ecológico da Pampulha (PEP) – Belo Horizonte – MG

*Jussara Helena de Castro Netto\**  
*Thiago Duarte Pimentel\*\**

---

## Resumo:

Atualmente, com a crescente demanda por espaços de lazer e recreação, os parques urbanos têm adquirido significativa expressão e relevância nas cidades, assumindo um papel importante no cotidiano dos residentes e também dos visitantes. Este trabalho analisa em que medida os indicadores da hospitalidade pública estão presentes na gestão do uso público do Parque Ecológico da Pampulha (PEP) em Belo Horizonte, MG. Para tanto, embasou-se teoricamente as análises deste estudo nos conceitos de hospitalidade e de áreas protegidas urbanas, a fim de se ter um parâmetro para interpretar como e de que forma o PEP pode se constituir num espaço de uso público genuinamente hospitaleiro. Para avaliar esta questão, foram realizadas entrevistas com o público visitante, que, de modo geral, evidenciaram um bom desempenho, uma vez que o mesmo percebe e analisa de forma positiva os indicadores analisados. A gestão do parque, por sua vez, considera a importância do uso desses indicadores para atender melhor os usuários, mas, ainda, não há um controle sobre o uso destes, uma vez que são escassos os estudos e instrumentos de gestão desta natureza.

**Palavras-chave:** Hospitalidade. Indicadores de Hospitalidade. Gestão do Uso Público. Parques Urbanos. Parque Ecológico da Pampulha.

---

## INDICATORS OF HOSPITALITY MANAGEMENT IN THE ECOLOGICAL PARK PROSECUTOR FRANCISCO LINS DO REGO – PARQUE ECOLÓGICO DA PAMPULHA (PEP), BELO HORIZONTE, STATE OF MINAS GERAIS, BRAZIL

---

## Abstract:

Currently, with the increasing demand for leisure and recreation, urban parks have gained significant importance and relevance in the cities, assuming an important role in the daily lives of residents and also visitors. This paper examines the extent according to which indicators of public hospitality are present in the management of public use of the Ecological park Prosecutor Francisco Lins do Rego - Ecological Park of the Pampulha, in Belo Horizonte, State of Minas Gerais, Brazil. This study theoretically underlies the concepts of hospitality and urban protected areas in order to have a parameter to interpret how the PEP/ can be a space for public use genuinely hospitable. To evaluate this issue, interviews were held with the visiting public, which generally showed a good performance, because the realize and analyze the positive indicators. On the other hand, the management of the park in turn considers the importance of using these indicators to better serve users. However, there is still no control over this use, since there are few studies and management.

**Keywords:** Hospitality. Hospitality Indicators. Public Use Management. Urban Parks. Parque Ecológico da Pampulha.

---

## INDICADORES EN LA GESTIÓN DE LA HOSPITALIDAD PÚBLICA EN EL PARQUE ECOLÓGICO PROMOTOR FRANCISCO LINS DO REGO-PARQUE ECOLÓGICO DA PAMPULHA (PEP)-BELO HORIZONTE-MG

---

## Resumen:

Actualmente, con la creciente demanda por los espacios de lazer y recreación, los parques urbanos logran gran expresión y relevancia en las ciudades, asumiendo un carácter importante en el cotidiano de los residentes y de los visitantes también. Ese trabajo analiza en que medida los indicadores de la hospitalidad pública están presentes en la gestión del uso público del Parque Ecológico da Pampulha (PEP) em Belo Horizonte, MG. Sin embargo las análises de este estudio se embasó en los conceptos de hospitalidad y de áreas protegidas urbanas, con la finalidad de obtener un parámetro para interpretar como el PEP puede se tornar un espacio de uso público genuinamente acogedor. Para avaliar esta questão, fueron realizadas entrevistas con el público visitante que evidencian un buen desempeño, ya que el mismo analiza de forma positiva los indicadores analizados. La gestión del parque considera la importancia del uso de estos, ya que son escasos los estudios e instrumentos de gestión de esta naturaleza.

---

\* Universidade Federal de Juiz de Fora. Bacharel em Turismo. E-mail: jussaranetto@yahoo.com.br .

\*\* Professor Assistente do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: thiago.pimentel@ufjf.edu.br .

**Palabras-clave:** Hospitalidad. Indicadores de la Hospitalidad. Gestión de Uso Público. Parques Urbanos. Parque Ecológico da Pampulha.

## 1 INTRODUÇÃO

A criação de parques urbanos vem possibilitando acesso a espaços de lazer a uma ampla gama da população que, de outra forma, não teria acesso a essas oportunidades. Além de atender a população local, eles extremamente importantes para os visitantes que a cada dia refugiam-se em locais com presença de áreas verdes em busca de tranquilidade e descanso. Pode-se dizer que os parques urbanos atendem a diferentes públicos e apresentam grande diversidade de solicitações, tanto esportivas quanto culturais.

Os parques urbanos nasceram da necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender a demanda social. De acordo com Ferreira (1999), um parque só tem sentido se houver apropriação dos usuários dando-lhe vida. Só assim ele estará cumprindo a sua função social. Para isso, segundo Munhoz (1996), deve-se observar alguns fatores na distribuição dos parques no meio urbano, para que estes possam desempenhar ao máximo seu papel funcional como: dimensões, equipamentos existentes e a faixa etária que devem atingir.

Atualmente a hospitalidade pode ser considerada um atrativo; os costumes, hábitos e o ato de receber particulares de cada localidade têm sido cada vez mais valorizados pelos visitantes. O Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego, Parque Ecológico da Pampulha (PEP), situado em Belo Horizonte/MG, foi escolhido como objeto empírico de análise deste estudo devido à fácil acessibilidade, a um fluxo de visitantes de aproximadamente 30 mil por mês, à localização privilegiada na Lagoa da Pampulha, e a um dos principais cartões postais de Belo Horizonte. Além de contar com uma área verde de 30 hectares e possuir a melhor estrutura, comparados aos demais parques da cidade.

Porém, apesar deste grande volume de fluxo de visitação, os instrumentos de gestão e as informações relacionadas à percepção dos visitantes sobre o parque, e como ele atende ou não as expectativas dos seus visitantes, ainda são escassos. É nesse sentido que se insere a seguinte questão de pesquisa: Quais os indicadores da hospitalidade pública que estão presentes na gestão do uso público do Parque Ecológico da Pampulha (PEP)?

Para responder a esta questão, este estudo pretende identificar a existência desses indicadores da hospitalidade pública e analisar a forma em que estão presentes na gestão do uso público.

Para realização desse trabalho, revisou-se as teorias da hospitalidade e conceitos sobre áreas naturais; para fundamentar o trabalho, foram realizadas coletas de informações através de uma pesquisa qualitativa com os visitantes, buscando dados que esboçassem o perfil dos usuários e auxiliassem no diagnóstico dos indicadores de hospitalidade pública presentes no PEP, bem como da situação que os mesmos se encontram.

Especificamente buscou-se atingir este objetivo identificando um conjunto de indicadores relacionados à hospitalidade pública, caracterizando e analisando como os mesmos contribuem para a gestão do uso público no parque.

Esta pesquisa se justifica na medida em que um estudo sobre indicadores de hospitalidade pública pode contribuir para demonstrar se os parques urbanos estão ou não cumprindo sua função social. Além disso, um indicador poderá diagnosticar se há algum problema profundo, além de facilitar o planejamento de soluções para o mesmo.

Este trabalho está organizado em cinco partes; na primeira são apresentados o contexto e a problemática da pesquisa assim como sua justificativa e as possíveis contribuições alcançadas com os objetivos descritos. Na segunda parte, a do referencial teórico, será realizada uma discussão teórica, tomando como base a análise da bibliografia disponível para orientação teórica referente aos principais temas, na qual objetiva-se analisar a presença de indicadores de hospitalidade pública no PEP. Posteriormente, será apresentada a metodologia de pesquisa que orientou a realização do projeto. Na quarta parte, serão apresentados e analisados os resultados, na qual aborda-se a análise da infraestrutura do PEP a fim de estabelecer relações entre os resultados alcançados e o referencial teórico. Findando o estudo, na conclusão, será relatado se os descritos se os principais objetivos que esse estudo almeja foram alcançados.

## 2 HOSPITALIDADE E SEUS INDICADORES NO ESPAÇO TURÍSTICO

Em um primeiro momento busca-se um conceito para o termo Hospitalidade e as relações de reciprocidade entre os sujeitos.

A hospitalidade passa a se iniciar com a dádiva, mas nem toda dádiva se insere dentro da hospitalidade. Caillé (*apud* CAMARGO, 2005, p.19) afirma que: “[...] dádiva é toda prestação de serviços ou bens efetuada sem garantia de retribuição, com o intuito de criar, manter ou reconstituir o vínculo social”.



O estudo se baseia também nos conceitos de hospitalidade pública, onde se percebe a necessidade e importância de resgatar as virtudes da hospitalidade, não permitindo que a ideia de hospitalidade seja vista de modo dissimulado, que seja desempenhada somente sob o âmbito comercial, mas sim como um ato social, no qual se aplica a ideia de hospitalidade nos espaços públicos.

Os estudos da hospitalidade querem e precisam resgatar, sobretudo dentro da hospitalidade comercial, as verdadeiras virtudes da hospitalidade, com todos os desafios que essa diretriz implica, quais sejam: repensar as cargas turísticas, repensar os receptivos locais, repensar a formação do pessoal envolvido e, resumidamente, auxiliar as comunidades a pensar um estilo de hospitalidade [...] (CAMARGO, 2005).

Embora possua raízes tão profundas, por ter passado períodos tão distintos, a hospitalidade constitui-se, relativamente, um recente alvo de pesquisas. O termo hospitalidade para muitas pessoas, atualmente, soa como algo arcaico, que já se perdeu. O que se procura através de estudos recentes é exatamente restaurar o conceito do termo apontando a importância do seu estudo para a modernidade.

assim, que os EUA, por exemplo, o termo hospitalidade hoje remeta exclusivamente a instituições, empresas e pessoas envolvidas na emissão e recepção dessas migrações.

Com base nos estudos desenvolvidos por pesquisadores do tema, atualmente a ideia de hospitalidade é mais ampla do que primeiramente se imaginava. Há uma busca para que todas as atividades relacionadas com o turismo, desde a facilitação (ingresso, permanência, deslocamentos internos e saída dos visitantes), o desenvolvimento da infraestrutura (rodovias, portos, aeroportos, obras viárias, saneamento, energia, equipamentos sociais), os transportes e comunicações (terrestres, aéreos, marítimos, fluvial e telecomunicações), a educação e capacitação (formação de recursos humanos para o setor em níveis distintos) até prestação de serviços (alojamentos hoteleiros, transportadores, restaurantes e similares, diversão e entretenimento, agências de viagens e locadoras), estejam relacionadas.

De acordo com Camargo (2005), a hospitalidade pode ser caracterizada em tempos-espaços<sup>1</sup>: os tempos da hospitalidade humana estão em um eixo denominado cultural, e dentro dessa prática a hospitalidade envolve o receber/acolher; hospedar, alimentar e entreter; já os espaços compõem um eixo social no qual se dividem em doméstico, público, comercial e virtual.

	Recepcionar	Hospedar	Alimentar	Entreter
Doméstica	Receber pessoas em casa de forma intencional ou casual.	Fornecer pouso e abrigo em casa para pessoas.	Receber em casa para refeições e banquetes	Receber para recepções e festas.
Pública	A recepção em espaços e órgãos públicos de livre acesso.	A hospitalidade proporcionada pela cidade e pelo país, incluindo hospitais, casas de saúde, presídios...	A gastronomia local.	Espaços públicos de lazer e eventos.
Comercial	Os serviços profissionais de recepção	Hotéis	A restauração	Eventos e espetáculos. Espaços privados de lazer.
Virtual	Folhetos, cartazes, folderes, internet, telefone, e-mail.	Sites e hospedeiros de sites.	Programas de mídias e sites de gastronomia.	Jogos e entretenimento na mídia.

Quadro 1 – Os tempos / espaços da hospitalidade humana.  
Fonte: Camargo (2005, p. 84).

Segundo Camargo (2005, p. 40),

Pessoas que viajam necessitam de acolhimento, envolvimento, e a hospitalidade torna-se um tema caro à economia moderna, na proporção direta do que as pessoas consomem e gastam nessas migrações lúdicas. Não é por acaso,

Em todos os conceitos abordados a hospitalidade tem como enfoque o homem como ser social. Para o trabalho em questão analisamos apenas dois campos: o receber público e o entreter público.

O receber público exhibe a hospitalidade expressa no direito de ir-e-vi; uma cidade que apresenta sinalização

<sup>1</sup> LASHLEY & MORRISON. Em busca da hospitalidade. Os autores falam de uma hospitalidade privada, social e comercial que Camargo optou por traduzir como doméstica, pública e profissional.

do espaço, uma prática de bem-receber adequada, costumes e tradições locais bem determinado, é muito mais acolhedora do que aquela em que o visitante passa despercebido por ela.

No entreter público, Camargo se remete aos equipamentos urbanos de lazer e de eventos e às respectivas políticas urbanas, evidenciando a importância de parques, museus, centros culturais; neste caso, mais para a qualidade de vida da população local do que para uso turístico.

Fica claro que a hospitalidade atualmente deve estar diretamente ligada às necessidades e desejos das pessoas, ou seja, o desejo do visitante de “ser bem recebido”.

Entretanto, o ato de acolher um visitante representa, antes de qualquer coisa, um ato social, culturalmente construído.

Sobre isso, Grinover (2002, p.26) afirma que

[...] é possível ampliar a noção de hospitalidade, englobando a relação que se estabelece entre o espaço físico da cidade e seus habitantes, pois ela abrange não somente a acomodação, mas também a alimentação, o conforto e o acolhimento, proporcionando ao visitante a sensação de bem-estar.

Sendo assim, é extremamente importante o uso de indicadores, uma vez que, para proporcionar ao visitante as melhores sensações possíveis, é necessário primeiramente que se avalie o que esse visitante necessita para o seu bem estar. É através de indicadores de hospitalidades que se pode analisar o que deve ser mudado e o que deve permanecer na estrutura analisada.

## 2.1 INDICADORES DE HOSPITALIDADE

O primeiro contato do turista é com a cidade, com base em Yázigi (2003) deve existir uma preocupação com a valorização da mesma e seus ambientes, que são os principais responsáveis pelo progresso do Turismo. “Considerando que o turismo tem o espaço como o seu principal objeto de consumo, a qualidade do espaço ou dos ambientes de modo geral é de fundamental importância para a hospitalidade turística de um lugar” (CRUZ, 2002, p.46).

Dessa forma, pode-se considerar a hospitalidade como fruto da organização socioespacial dos lugares – aqui com foco nos centros urbanos –, onde alguns espaços podem ser mais hospitaleiros que outros devido à relação entre o espaço físico da cidade e sua população local e turística.

A busca da hospitalidade pelos centros urbanos na tentativa de criar um lugar acolhedor é bem mais complexa do que evidencia ser. Essa busca, segundo Grinover (2003), deve passar por um processo de planejamento conquistado com um desenvolvimento gerencial, com a administração através de fatos e dados e com a adoção de indicadores, os quais podem mostrar desvios e anomalias, e então facilitar o planejamento de suas soluções.

Um instrumento que possibilita um monitoramento do processo de desenvolvimento, de forma a divulgar informações aos diversos atores sociais envolvidos, seria a disseminação de informações sobre os impactos ambientais por meio de indicadores. Com isso, seriam possíveis o debate e a discussão política para orientar o modelo de desenvolvimento turístico desejável ao universo complexo de atores sociais do lugar turístico. Tais indicadores poderiam ser uma ferramenta do planejamento participativo. (GRINOVER, 2003)

De acordo com Grinover, (*apud* DENCKER; BUENO, 2003, p.49), para vários autores, indicador é um instrumento criado e utilizado para conhecer os aspectos da realidade que interessam a uma sociedade. Os indicadores a serem construídos devem dar conta não só de situações estáticas e fragmentadas, mas de processos de mudança que não são simplesmente variações lineares de variáveis que atuam independentemente, mas de outras variáveis também: acumulação e mudança não são a mesma coisa, o dinâmico e sucessivo não são sinônimos.

Ainda segundo o autor, o sistema de informação, ou de indicadores, serve para diagnosticar aspectos da realidade a partir de uma racionalidade, isto é, de um modelo de desenvolvimento que leva em conta, prioritariamente, os interesses de quem está no poder e quer facilitar o planejamento das soluções adequadas para aquele desenvolvimento. Os indicadores devem ser guiados e dirigidos para diagnosticar os problemas profundos que nossa sociedade enfrenta, e facilitar o planejamento de suas soluções. Dessa forma, há a necessidade de um vasto conjunto de indicadores confiáveis e eficientes.

Deve-se construir um conjunto de indicadores ambientais urbanos de hospitalidade, que reflitam as inter-relações entre os subconjuntos do ambiente natural, os subconjuntos sociais e os subconjuntos culturais em um contexto espacial urbano bem determinado.

Baseando-se em Grinover (2003, p.50):

A hospitalidade pode, então, ser objeto de trabalho e de propostas em termos de indicador, pois se sustenta que, apesar de ela ter raízes profundas na sociedade humana, necessita de solução em termos de planejamento originária entre outras, de campos do turismo, do território, dos novos lugares urbanos da hospitalidade, dos espaços públicos e semipúblicos, hospitais etc.

Para isso, este autor propõe três conjuntos de indicadores:

- Conjunto de indicadores físicos (ar, água, ruído), biológicos (solo, vegetação, fauna) e estéticos (paisagem, patrimônio cultural, arquitetura etc.);
- Conjunto de indicadores relativos aos equipamentos urbanos, correspondendo aos problemas do ambiente, ao estado da população em termos de conforto, saúde e lazer e às atitudes com o estranho, o hóspede;
- Conjunto de indicadores, que reflita a recepção do ambiente pela população e resulte de critérios tais como convivibilidade ou alienação, estabilidade ou instabilidade, segurança ou crime, hospitalidade ou afastamento.

Ainda segundo o autor, conforme Grinover (2003), os indicadores físicos e biológicos compõem o sistema natural do ecossistema urbano.

Sobre os indicadores estéticos, cita-se Rego e Silva (2003), que afirmam que os indicadores estéticos falam em atmosfera das cidades, sendo aquela que interfere na percepção da qualidade da mesma por parte dos consumidores e auxilia no posicionamento competitivo para a localidade. De acordo com os autores, alguns indicadores estéticos seriam os locais relacionados ao patrimônio histórico e espaços públicos, como ruas, praças, edifícios, monumentos, esculturas, entre outros.

Para Carvalho (2000), os espaços públicos constituem antes de tudo um patrimônio cultural para as gerações atuais e futuras, “no qual se realiza e se consolida a cultura de um povo”; a preservação do passado é parte da preservação do “eu”. Sem saber de onde viemos, é impossível saber para onde estamos indo.

De acordo com Grinover (2007, p. 160):

Os espaços públicos são os lugares privilegiados para a vida coletiva, para a sociabilidade, a civilidade, a ordem pública, a cidadania e a hospitalidade urbana. São os espaços públicos que dão a qualquer conglomerado urbano a

possibilidade de várias experiências espaciais, em termos de vivências humanas e de prazer estético; onde se possibilitam e se exercitam a escolha, a liberdade e a hospitalidade.

Em síntese, os indicadores devem possuir certas qualidades que justifiquem sua escolha: simplicidade, nível de acessibilidade social (compreensão por diferentes setores da sociedade), objetividade, flexibilidade, relevância, base técnico-científica, condições analíticas (base técnico-científica), mensurabilidade (dados facilmente disponíveis, em escalas temporais e custos aceitáveis), qualidade dos dados e comparabilidade com os outros indicadores, essa sendo especialmente útil na busca de referenciais para a determinação de metas (HAMILTON, 1996).

Sendo assim, o espaço público deve ser entendido também como um patrimônio ambiental, no qual carece de estratégias de planejamento que abordem maneiras de uso e que ao mesmo tempo transformem o ambiente, adaptando-se não só aos visitantes, mas também à população local.

### 3 ÁREAS NATURAIS COMO ESPAÇO DE HOSPITALIDADE

Durante anos, a prática de proteção de áreas naturais foi discutida, por muitos estudiosos, onde a demarcação territorial girava principalmente em torno de garantias para subsidiar a utilização de recursos naturais pelas diferentes classes dominantes. Na metade do século XIX, o pensamento preservacionista teve seu impulso com as ideias de teóricos que passaram a pensar um mundo natural sem a interferência humana, contribuindo assim para determinar um conceito de conservação que permitia aos homens apenas desfrutar da natureza, sem agredi-la (SIMON, 2003).

Segundo Simon (2003), o movimento de criação de áreas naturais protegidas nos Estados Unidos foi influenciado por teóricos que criticaram a destruição das florestas provocada pelo avanço dos colonos para o oeste do país e as ações das madeireiras e mineradoras contra as áreas naturais.

A criação do primeiro parque nacional no mundo, o de Yellowstone, em 1872, foi o resultado de ideias preservacionistas que se tornavam importantes

nos Estados Unidos<sup>2</sup> desde o início daquele século (DIEGUES, 2001, p.29-31).

Para Diegues (2001), o modelo de proteção baseado em áreas protegidas adotado no Brasil foi influenciado pelo modelo americano estabelecido na criação do Parque de Yellowstone em 1872, trazendo as percepções de uma sociedade em processo de consolidação do capitalismo, rápida urbanização e desenvolvimento de fronteiras, onde o Parque representava o ideal de natureza intocada e busca do paraíso.

O primeiro Parque Nacional Brasileiro, o Parque Nacional do Itatiaia, em Minas Gerais e Rio de Janeiro, foi criado em 1937. Em seguida, no ano de 1939, foram implantados o Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Estado do Rio de Janeiro. Mas foi apenas após a participação oficial do país na Conferência de Estocolmo, em 1972, que a Academia começa a ampliar a discussão sobre as mudanças da nova modalidade de proteção.

No Brasil, a ideia de parque nasce juntamente com a concepção da necessidade de preservar. Nesse sentido, a palavra preservação vai ganhando contornos de não utilização dos recursos naturais e a palavra proteção (ou conservação) foi sendo atribuída a gestão e do uso dos recursos.

O recurso natural que a sociedade moderna colocou sistematicamente sob o regime de propriedade privada, regido pelos princípios de mercado e da ação individual, é o solo para fins agrícolas, pecuários e imobiliários. De país a país varia a liberdade com que os proprietários de terra podem tratar diversos recursos naturais conexos a ela.

### 3.1 ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL E SUA LEGISLAÇÃO

No Brasil, no entanto, o proprietário de uma gleba não tem direitos sobre as águas e os bens minerais existentes nela; mesmo os seus direitos sobre a flora estão limitados a permissões específicas e autorizações para a sua modificação ou eliminação, e nem mesmo

<sup>2</sup> Nos Estados Unidos durante o século XIX, havia duas visões de proteção do “mundo natural” que foram sintetizadas nas propostas de Gifford Pinchot e John Muir que tiveram grande importância no ambientalismo dentro e fora dos Estados Unidos. De um lado, Gifford Pinchot, que defendia a conservação através do uso racional dos recursos naturais, ou seja, a sociedade poderia se beneficiar dos recursos naturais sem desperdiçá-los. De outro, John Muir, o teórico mais importante do preservacionismo, abraçando um organicismo pelo qual a base do respeito pela natureza era seu reconhecimento como parte de uma comunidade criada à qual os humanos também pertenciam. Para esse autor, não somente os animais, mas as plantas, e até as rochas e a água eram fagulhas da Alma Divina que permeava a natureza (DIEGUES, 2001, p.29-31). De acordo com Diegues, Pinchot é um dos percussores do que hoje chamamos de desenvolvimento sustentável.

pode caçar os animais que vivem ou transitam pela sua propriedade (DRUMMOND, 2001). Estes recursos são tidos como bens de toda a nação, isto é, são juridicamente classificados como um direito da coletividade.

No território brasileiro, quem estabelece normas e critérios para criação, implantação e gestão das unidades de conservação é o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A criação e manutenção dessas unidades é um processo que envolve também diversos órgãos governamentais como o CONAMA, o IBAMA, Ministério do Meio Ambiente e diversos órgãos estaduais e municipais.

A lei difere as unidades de conservação em duas categorias principais: as Unidades de Proteção Integral, que tem como objetivo básico o de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais (aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais); as Unidades de Uso Sustentável, o objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (o uso direto pode envolver coleta e uso, comercial ou não, dos recursos).

Uma das formulações mais bem elaboradas do meio ambiente, enquanto bem público, encontra-se na legislação, no caso do Brasil, pelo SNUC. O legislador, ao eleger o meio ambiente, como bem público, supõe a existência difusa e homogênea desse interesse por toda a sociedade. Esta esfera, amplamente discutida em termos de políticas ambientais, é o que distingue, através de legislação, o que é “público” do que é “privado”. As áreas verdes urbanas surgiram da ideia de um jardim; alguns jardins famosos como o jardim do Éden e os jardins suspensos da Babilônia relatam um pouco da história das áreas verdes, pois é a partir deles que nasce a ideia de jardins dentro das cidades (MUNHOZ, 1996).

Di Fidio (1990) estabelece uma classificação – ou categorias – dos espaços urbanos e suburbanos:

- Espaços verdes urbanos privados e semi-públicos: Jardins residenciais, Hortos Urbanos, Verde semi-público.
- Espaços verdes urbanos públicos: Praças; parques urbanos; Verde balneário e esportivo, jardim botânico, jardim zoológico, mostra (ou feira de jardins, cemitério, faixa de ligação entre áreas verdes; arborização urbana).
- Espaços verdes sub-urbano: Cinturões verdes.

Na área verde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de vias públicas que exercem apenas



funções estéticas devem, também, conceituar-se como áreas verdes. Entretanto, as árvores que acompanham o leito das vias públicas não devem ser consideradas como tal, pois as calçadas são impermeabilizadas (LIMA *et. al.*, 1994).

Hoje as áreas verdes se tornaram uma referência em defesa do meio ambiente e a sua degradação, atualmente os espaços verdes estão sendo tomados pelos centros urbanos. A urbanização está cada vez mais complexa, ou seja, o espaço urbano tende a se expandir cada vez mais por causa da sua força produtiva, e assim as questões sócio-ambientais entram em contradição com as questões sócio-econômicas. Isso pode ser refletido na seguinte frase 'A cidade é um modo de viver, pensar, mas também de sentir' (CARLOS, 2005, p.26).

A questão ecológica é determinante da qualidade de vida urbana, sendo que alguns impactos ambientais são muitas vezes irreversíveis nas cidades, ocasionados pela inexistência ou fracasso do planejamento e gestão ambiental na história urbana. A cidade deve ser visualizada como subjacente às condições ambientais (SPIRN, 1995).

### 3.2 PARQUES PÚBLICOS URBANOS

O crescimento desordenado da maioria das cidades brasileiras, ocorrido particularmente na segunda metade do século XX, provocou alterações significativas no ambiente urbano.

Com objetivo de atenuar parte dos impactos ambientais relacionados ao processo de urbanização acelerada, a ampliação das "áreas verdes" urbanas tornou-se uma medida essencial. Isso não apenas em face das funções ecológicas e ambientais que tendem a exercer, em razão da importância de conservação da biodiversidade, mas também em vista da perspectiva de criação de espaços voltados para o lazer ao ar livre dos habitantes, como é o caso dos parques urbanos. Pode-se afirmar, assim, que o parque urbano surge como amenizador das estruturas urbanas ao mesmo tempo em que responde às demandas de equipamentos para atividades de lazer e recreação.

De acordo com Macedo (2003), a primeira imagem que nos vem quando falamos em parques é aquela relacionada com uma relva, bucólica e extensa, cortada por um sinuoso e insinuante lago, transposta por uma romântica ponte, plantada com chorões debruçados sobre as águas e emoldurada por bosques frondosos. Ou ainda, a imagem de um grande gramado

envolvido por arranha-céus, como os de Nova York, imagem emblemática do Central Park.

Consideramos como parque todo espaço de uso público destinado a recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno (MACEDO, 2003, p.14).

De acordo com o documento "Parques públicos de Belo Horizonte" produzido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte, em 1997, Parques são "áreas verdes públicas, representativas da macro-paisagem local, cumprindo a função da conservação biofísica, da pesquisa científica e da recreação pública. Caracterizam-se essencialmente, pela intensidade do uso público" (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 1997, p.2).

Segundo o artigo 11º do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), o Parque Nacional,

[...] tem como objetivo básico a preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Apesar das definições sofrerem controvérsias, a maioria dos autores considera que o parque seria um espaço livre público estruturado por vegetação e dedicado ao lazer e ou recreação. Para a finalidade deste estudo, adotou-se o seguinte conceito: parque urbano é uma área urbanizada delimitada, com predominância de cobertura vegetal, instituída pelo poder público sob regime especial de administração, destinada ao uso público para estabelecimento de relações humanas de diversão, recreação, lazer, esporte, convivência comunitária, educação e cultura, no qual são aplicadas garantias adequadas de gestão e proteção.

Os parques urbanos têm sua origem no século XIX nos Parques Europeus destinados a atender a necessidade das massas das metrópoles de então. Seu congênere brasileiro surge não com esta mesma finalidade, sendo que o Brasil do século XIX não possuía uma rede urbana expressiva e nem mesmo a capital, o Rio de Janeiro, tinha o porte de qualquer grande cidade europeia. O Parque Urbano no Brasil é

criado mais como um cenário complementar para as elites emergentes de então (MACEDO, 2003).

Ainda segundo Macedo (2003), com a grande diversidade de solicitações de lazer, novas funções foram introduzidas no parque, surgindo assim novas denominações tais como parque ecológico e parque temático.

O parque ecológico, objeto de estudo deste trabalho, tem o objetivo de conservação dos recursos ambientais. Além disso, possui áreas voltadas para atividades de lazer e recreação.

De acordo com Corona (2002), o parque além de formar parte da paisagem deve também contribuir para melhorar a qualidade dos componentes do meio urbano.

- Dimensão sócio-política: compreende problemas situados no âmbito das relações entre o Estado (administração do parque) e a sociedade (frequentadores e potenciais frequentadores do parque), envolvendo os direitos dos cidadãos e sua participação na gestão.
- Dimensão institucional-administrativa: abrange os problemas de organização e articulação dos órgãos que compõem o aparato estatal (administração do Parque, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Turismo, entre outros), como as dificuldades de planejamento, direção e controle das ações estatais e a questão da profissionalização dos servidores públicos para o desempenho das suas funções.

Componentes do ambiente urbano	Funções dos parques no ambiente urbano	
	Valor	Funções
Ecológico		- Recarga de aquíferos; - Controle de emissão de partículas; - Habitat de flora e fauna; - Biodiversidade; - Absorção de ruído; - Microclima. - Quebra visual;
Paisagem arquitetônica		- Redução do brilho e reflexo do sol; - Propicia elementos harmonizantes e de transição; - Melhora a fisionomia do lugar.
Socioeconômico		- Desenvolvimento de atividades recreativas; - Realização de atividades esportivas e culturais; - Permite realizar educação ambiental; - Oferece conforto mental; - Agradável momento de descanso; - Modera o estresse oferecendo saúde física e mental; - Disponibiliza emprego; - Oferece bens materiais; - Fomenta a convivência comunitária; - Aumenta o preço das propriedades (valorização dos imóveis do entorno).

Quadro 2 – Funções do parque no ambiente urbano.

Fonte: Corona, 2002, p.7.

Kinker (2002, p. 36) ressalta os benefícios trazidos pela presença natural e participativa dos parques para a sociedade, pois, além da conservação da biodiversidade, a recreação, turismo, educação ambiental e pesquisas são fundamentais para a proteção de valores culturais, históricos e existenciais para a população.

Apesar do aumento do número de parques nas cidades, ainda é difícil encontrar projetos para utilização e gestão dos mesmos. Segundo Sagi (2008), gerenciar este espaço de contradições exige habilidades multidisciplinares, trabalho conjunto e esforços constantes.

De acordo com Paula (2005), e adaptado por Sagi (2008), pode-se caracterizar dimensões para gestão da instituição pública “parque”:

- Dimensão econômico-financeira: relaciona-se com os problemas do âmbito das finanças públicas e investimentos estatais, envolvendo questões de natureza fiscal, tributária e monetária.

Conforme Porreca (2001), para a gestão é necessário realizar estudos e acompanhamento do comportamento de fenômenos, eventos e situações específicas que possibilitem a realização de avaliação e comparação. O monitoramento subsidia medidas de planejamento, controle, recuperação, preservação e conservação do ambiente em estudo, auxiliando na definição das melhores políticas a serem adotadas. É nesse contexto que se salienta a importância de se contar com o auxílio de um sistema de indicadores, pois é através deles que se pode identificar os problemas

existentes. Para análise deste estudo de gestão, considera-se a dimensão sócio-política, analisando essa dimensão através de uma seleção de possíveis indicadores de hospitalidade pública presentes no parque em questão.

Segundo Grinover (2008), o entorno urbano vivido é o lugar de trocas e a matriz de um processo de hospitalidade, pois esta hospitalidade da e na cidade, definida esta como um sistema de atividades, coloca-se ao longo de uma cadeia que vai do construído aos espaços públicos e às redes de infraestruturas, compartilhando a noção de atividade com a de experiência.

## 4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa utilizada é de natureza exploratória, pois envolve um levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou têm) experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Foram feitas consultas através da internet, sites de revistas científicas, instituições e órgãos federais; referentes aos temas: Hospitalidade, Indicadores de hospitalidade e gestão de parques públicos urbanos, além disso, houve e uma pesquisa documental com dados sobre o PEP.

Como instrumento metodológico de coleta de dados foi elaborado um roteiro de entrevistas fechado, o qual consistiu num conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens (LIMA, 2004). As entrevistas foram realizadas com a gestora do Parque Ecológico da Pampulha (PEP), Clara Lucia de Faria e Souza Rezende, com objetivo de identificar os indicadores de hospitalidade pública e analisar de que forma os mesmos estão presentes na gestão do parque e sua importância no atendimento ao visitante.

Através de uma pesquisa sócio-demográfica, foram coletados dados sobre os visitantes e como os mesmos percebem e caracterizam os indicadores de hospitalidade pública existentes no PEP.

A pesquisa foi realizada na sexta-feira, dia 18 de junho de 2010, e teve com o objetivo entrevistar os visitantes eventuais, ou seja, aqueles que vão ao parque espontaneamente sem nenhuma atividade programada.

## 5 OBJETO DE ESTUDO

O Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego, conhecido também como Parque Ecológico da

Pampulha (PEP), localiza-se na Região da Pampulha em Belo Horizonte/MG.

Segundo dados históricos, o parque foi implantado em uma ilha artificial, que se formou com o acúmulo de resíduos sedimentados no fundo da Lagoa da Pampulha, resultado do uso impróprio da população que a utilizava como depósito de lixo e para ocupação indevida. Com o agravamento desse problema, a solução encontrada pela prefeitura de Belo Horizonte foi a criação do Parque; aglomeraram-se os sedimentos retirados do fundo da Lagoa para o lado esquerdo da mesma, no qual conseguiram recuperar parte do espelho d'água, e assim consolidando uma grande ilha, a chamada Ilha da Ressaca, onde se encontra o PEP. A proposta surgiu a partir do Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha – PROPAM, idealizado em 1995 e implantado em 2001, pela Prefeitura de Belo Horizonte. Esse programa visava resgatar o equilíbrio ambiental da região, através de ações de correção, prevenção e conservação, minimizando e até eliminando a poluição gerada na Lagoa (FUNDAÇÃO ZOO-BOTÂNICA DE BELO HORIZONTE).

O espaço foi inaugurado apenas em 21 de maio de 2004 e passou a ser o 43º parque ecológico aberto ao público em Belo Horizonte; juntamente com o Jardim Zoológico e o Jardim Botânico formam a segunda maior área verde da cidade, atrás apenas do Parque das Mangabeiras, que é a maior área verde com 235 hectares (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE).

O PEP conta com uma área verde de 30 hectares e possui a melhor estrutura, se comparado aos demais parques da cidade; tem como prioridade oferecer aos visitantes programas voltados à educação ambiental, pesquisas científicas, atrações culturais como *shows*, exposições, teatros, danças, variadas opções de lazer, caminhadas ecológicas, visitas guiadas, além de entreter crianças e adultos também sensibilizá-los a preservação do ambiente natural (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2011).

A infraestrutura do PEP é composta por: bebedouros, sanitários, lanchonete, pista para caminhada e corrida, equipamentos de ginástica, playground, além de bicicletas que estão à disposição dos usuários, gratuitamente. Além disso, o parque se preocupa com o desenvolvimento de atividades de pesquisas para a conservação ambiental apresentando visitas guiadas com uma excelente equipe treinada pelo Serviço de Educação Ambiental.

Um projeto criado pelo parque e que merece destaque é o projeto “Bicicletas para todos”, o qual proporciona aos visitantes a possibilidade de praticar uma atividade de lazer e física ao mesmo tempo, a estimulação

do interesse pela educação ambiental e do trânsito e pela preservação do patrimônio público (FUNDAÇÃO ZOO-BOTÂNICA DE BELO HORIZONTE).

A sinalização do parque criada por Mariana Hardy e Fernando Maculan tem a ideia de abranger o *Turismo, lazer e educação ambiental*. A marca do parque ecológico deriva da *simulação tridimensional de uma folha de árvore*, mesclada ao perfil de um peixe (PROJETO DESIGN, 2005).

Nos *totens de setorização*, as cores indicam as cinco áreas em que o parque foi conceitualmente dividido: vermelho para a região de proteção ambiental; amarelo para a esplanada; verde para o bosque; azul para a área silvestre; e laranja para o centro de apoio (PROJETO DESIGN, 2005).

O parque possui também um conjunto de placas educativas adaptadas ao público infantil, com jogo da memória das diversas espécies existentes no local, charadas e curiosidades envolvendo a flora, a fauna, o Parque, a Fundação Zoo-Botânica, o Conjunto Arquitetônico da Pampulha e de seus idealizadores. Uma transmissão de conhecimentos ambientais e culturais de uma forma descontraída e divertida.

O parque ecológico pertence à Fundação Zoo-botânica de Belo Horizonte; sendo assim, os recursos financeiros vêm da Prefeitura.

O PEP apresenta entrada gratuita. Os porteiros recebem instruções com as normas de funcionamento do parque. Nas portarias há roletas que contabilizam o número de visitantes; a administração afirma que o parque recebe mensalmente em torno de 25 a 30 mil pessoas, incluindo os grupos agendados. A época de maior fluxo de visitação são os meses correspondentes às férias escolares, e os períodos de menor fluxo são os períodos chuvosos, devido ao fato de restringir as opções de atividades feitas ao ar livre.

## 5.1 INDICADORES DE HOSPITALIDADE EXISTENTES NO PEP

Com base em Grinover (2003), já citado anteriormente, o sistema de indicadores serve para diagnosticar aspectos da realidade a partir de uma racionalidade, os indicadores devem ser guiados e dirigidos para diagnosticar os problemas profundos que nossa sociedade enfrenta, e facilitar o planejamento de suas soluções. Sendo assim, há a necessidade de criar um conjunto mais amplo de indicadores confiáveis e eficientes.

A fim de analisar os indicadores de hospitalidade pública, nesse estudo enfatizam-se os tempos / espaços

da hospitalidade humana: receber público e entreter público.

Conforme Camargo (2005), o receber público exhibe a hospitalidade expressa no direito de ir-e-vir, e o espaço deve apresentar uma sinalização e infraestrutura adequada; para melhor receber, os costumes e tradições locais devem ser bem determinados, tornando-se assim mais acolhedores do que aqueles pelos quais o visitante passa despercebido. No que se refere ao entreter público, ele se remete aos equipamentos urbanos de lazer e de eventos e às respectivas políticas urbanas. Com base nestas afirmações, foram analisados pelo público visitante do PEP, os seguintes indicadores de hospitalidade pública:

### 1 Para análise do receber público:

- a) Presença de centro de atendimento aos visitantes;
- b) Presença de material promocional, educativo e ou informativo;
- c) Segurança e monitoramento e sistema de sinalização (dentro e fora do parque);
- d) Infraestrutura e instalações (estacionamentos, sanitários, telefones públicos, limpeza, conservação do parque, acesso a portadores de deficiência);

### 2 Para análise do entreter público:

- a) Equipamentos de lazer (parque infantil, bicicletário);
- b) Desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, recreativas e ambientais.

### 3 Satisfação dos visitantes.

Frente a estas ponderações, podemos considerar que a infraestrutura básica e turística são a base para se iniciar a análise da hospitalidade nos parques urbanos. Os indicadores avaliados pelos visitantes têm importante significado, pois demonstram os problemas existentes no critério analisado, fornecendo assim uma base de informações para a busca de soluções ou melhorias para os problemas encontrados.

## 5.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada com os visitantes, a fim de analisar a presença de indicadores de hospitalidade pública no parque, a situação em que os mesmos se encontram e se os mesmos estão presentes na gestão do uso público do parque. No quadro 3 (em apêndice),



pode-se observar as características sócio-demográficas dos visitantes.

Com base no quadro acima, pode-se afirmar que, durante o período da pesquisa, há em sua maioria a presença de pessoas do sexo feminino, com idade entre 22 a 35 anos, tendo escolaridade correspondente ao 2º grau completo, e que costumam frequentar o parque semanalmente, vindas de origem municipal e/ou do entorno regional. O público visitante em sua maioria reside na cidade de Belo Horizonte.

Os visitantes, segundo a pesquisa realizada, vêm em busca de lazer (brincar com crianças, piquenique, passear); mas também foram citadas atividades como descansar / relaxar, realizar atividades físicas (caminhar e correr), ler e admirar a natureza.

O que tange ao (1) receber público: (a) alguns entrevistados sugeriram que o centro de apoio ficasse na portaria, no qual pudessem receber informações de pessoas treinadas, explicando as normas, atividades e equipamentos existentes no parque, além de *folders* explicativos.

Analisando os indicadores referentes ao atendimento, recepção dos visitantes, informações e material educativo, os entrevistados não consideram as portarias aptas para receber os visitantes, pois não recebem nenhuma informação na entrada do parque.

Em relação à (b) sinalização da área, todos os entrevistados notaram esse indicador, que está presente em todo o parque, através de totem distribuídos conforme área de indicação.

Segundo os entrevistados, não foi percebida durante a permanência no parque a (c) presença de seguranças, mas o monitoramento é realizado pelos vigias que a todo tempo observam a área, afim não só de proteção aos visitantes, mas também dos bens naturais do parque.

Com base na (d) infraestrutura, em geral os visitantes consideraram como boa, mas fizeram algumas recomendações em determinados pontos. Por exemplo, há dois estacionamentos, localizados nas portarias; o da portaria 1 é relativamente pequeno, nos fins de semana com o aumento do número de visitantes, ele é insuficiente. Segundo o visitante nº 17: “Domingo na parte da manhã fica impossível estacionar no portão 1”. É justamente a portaria que recebe o maior número de visitantes.

Analisando os sanitários, os mesmos são espaçosos e limpos apesar de serem poucos. Para o entrevistado nº 09: “São ótimos, poderia[sic] ser criados[sic] mais alguns, de preferência mais próximos a[sic] esplanada.” De acordo com o entrevistado nº 24: “São bem limpos,

e é interessante que há uma preocupação com o cadeirante, há um banheiro exclusivo para eles.”

Sobre a existência de telefones públicos, há no centro de apoio, mas os entrevistados não localizaram nenhum dentro do parque.

Em relação à limpeza, o espaço foi considerado extremamente limpo por todos os usuários. Em toda a área, há lixeiras seletivas, o que contribui para sensibilização ambiental. Segundo o entrevistado nº 03: “O parque é extremamente limpo, muito difícil encontrarmos lixo, exceto na Esplanada onde o fluxo de visitantes é bem maior.”

Segundo todos os entrevistados, as portarias, as instalações e os equipamentos estão em ótimo estado de conservação.

Como o parque tem uma localização excelente, não há nenhuma reclamação com relação ao acesso; segundo o entrevistado nº 22: “há linhas de ônibus com vários horários para atender a demanda inclusive nos fins de semana”.

Para o acesso aos portadores de deficiência física, o parque possui sinalização e calçadas rebaixadas para cadeirantes, mas, de acordo com a maioria dos visitantes entrevistados, há pouco rebaixamento durante a extensão da calçada.

Com relação aos critérios de (2) entretenimento do público, em relação à (a) participação em atividades culturais, esportivas, recreativas e de educação ambiental, nenhum dos usuários entrevistados participou das atividades acima citadas. De acordo com o entrevistado nº 03: “o parque é ótimo para caminhar e apreciar a natureza, fauna e flora local; agora em termos de atividades desenvolvidas para o público visitante nos fins de semana, ele é falho”.

Já os (b) equipamentos de lazer foram considerados em perfeito estado de conservação. Segundo a maioria dos entrevistados deveria haver um maior número de brinquedos no *playground* e de bicicletas com tamanhos diferenciados para todas as idades, inclusive crianças menores.

Em síntese, os visitantes em sua maioria estão muito satisfeitos com o parque. Pois o mesmo encontra-se em perfeito estado de conservação, bem sinalizado, limpo, possui um ótimo acesso, há a preocupação com o acesso para portadores de deficiência e, além disso, possui monitoramento eficaz e eficiente com objetivo de atender ainda melhor o visitante.

Infraestrutura, equipamentos e instalações	Situação	Comentários e sugestões
Centro de atendimento aos visitantes	Não existe	Criação de um centro de atendimento, centro de apoio situa-se longe das portarias.
Material educativo e/ou informativo	Não existe	Distribuição dos materiais na entrada.
Sinalização	Ótima	Está presente em todo parque através de totem.
Segurança e monitoramento	Ótima	Há vigias por toda área.
Estacionamentos	Boa	Poucas vagas no fim de semana. Presença de vagas reservadas para cadeirantes.
Sanitários	Ótima	Espaçosos e limpos, mas poderiam ser criados outros devido ao número de habitantes.
Comunicação (Telefones públicos)	Não existe	Os usuários não localizaram nenhum.
Conservação do parque e limpeza	Ótima	Espaço extremamente limpo, por toda área há presença de lixeiras seletivas.
Acesso a portadores de deficiência	Boa	Presença de calçadas rebaixadas, mas em apenas alguns pontos.
Satisfação dos visitantes	Boa	Ótimo acesso, boa conservação, monitoramento eficiente.
Equipamentos de lazer (parque infantil e bicicletário)	Boa	Perfeito estado de conservação deveria aumentar o número.
Atividades culturais, esportivas, recreativas e ambientais	Não existe	Criação de atividades para o público entrevistado.

Quadro 4 - Indicadores analisados, situação e comentários segundo os entrevistados  
Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados da pesquisa.

Para a gestão do parque é importante a análise dos indicadores, mas não há uma evidente preocupação com o tema, uma vez que não são realizadas pesquisas de satisfação com os visitantes, na busca de análise dos serviços e equipamentos oferecidos pelo parque além de sugestões propostas para melhor atendimento dos mesmos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os parques urbanos nasceram da necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender a demanda social. Devido à atualmente atenderem tanto a população local como aos visitantes, e pelo aumento na demanda nas áreas urbanas por espaços de lazer e recreação, o estudo sobre indicadores de hospitalidade pública pode contribuir para mostrar se os parques urbanos estão conseguindo ou não cumprir sua função social.

Inicialmente constatou-se que a própria definição de parque ainda é controversa. A falta de um conceito faz com que qualquer área verde seja caracterizada como parque. Mas parece ser relativamente consensual que o parque urbano surge como amenizador das estruturas urbanas ao mesmo tempo em que responde

às demandas de equipamentos para atividades de lazer e recreação. Eles exercem nas cidades uma série de funções ecológicas e sociais que ainda não têm sido aproveitadas por planos diretores urbanos e regionais.

Baseando-se nessa idéia, há a necessidade de uma gestão eficiente e eficaz, evidenciando as características do parque e ao mesmo tempo tentando reparar os problemas existentes através do estudo de indicadores a fim de corrigi-los e adaptá-los ao perfil do público visitante.

Para isso o presente trabalho teve como objetivo identificar a existência de indicadores da hospitalidade pública e analisar de que forma eles estão presentes na gestão do uso público de parques urbanos. Para tanto, optou-se por fazer análises através do estudo de caso no Parque Ecológico da Pampulha, em Belo Horizonte; isso devido ao local possuir uma localização privilegiada, na Lagoa da Pampulha, um dos principais pontos turísticos da cidade, sendo assim um local representativo para análise da hospitalidade pública.

Com base nos dados, pode-se concluir que há a necessidade de um centro de atendimento e recepção dos visitantes; uma vez que o centro de apoio se encontra no meio do parque, por ter uma grande extensão, o mesmo fica longe do público que frequenta a esplanada, sendo que o uso mais intensivo da área

do parque se encontra nessa área, com famílias jogando bola e soltando pipas.

Os estacionamentos e sanitários devem ser ampliados devido ao número de visitantes, principalmente nos fins de semana. A limpeza também é um ponto que merece destaque no parque, a área é muito limpa, além da existência de várias lixeiras seletivas, o que sensibiliza os visitantes a práticas de educação ambiental.

Deve haver por parte da gestão a criação de atividades culturais, esportivas, recreativas e de educação ambiental, pois os usuários entrevistados desconhecem e nunca participaram das mesmas. É de extrema importância que a promoção de eventos deste caráter seja feita a todo o público do parque, não apenas para grupos agendados.

Os equipamentos de lazer estão em perfeito estado, mas devem ser ampliados para atender o número dos visitantes. O PEP não apresenta sinais de depredação, e toda área, apesar de extensa, é cuidadosamente zelada pela equipe do parque.

Para a gestão do parque, é importante a análise dos indicadores, mas não há uma evidente preocupação com o tema, uma vez que não são realizadas pesquisas de satisfação com os visitantes, na busca de análise dos serviços e equipamentos oferecidos pelo parque além de sugestões propostas para melhor atendimento dos mesmos.

Os indicadores de hospitalidade pública, avaliados pelos visitantes, têm importante significado, pois demonstram os problemas existentes no critério analisado, fornecendo assim uma base de informações para a busca de soluções ou melhorias para os problemas encontrados.

O estudo apresentado pode ser considerado como uma importante questão a ser debatida futuramente, já que nos dias atuais abordar a hospitalidade é algo que se tornou essencial, principalmente referindo-se à atividade turística que vem se expandindo. O estudo desses indicadores nasce como forma de analisar se a hospitalidade está sendo ou não desenvolvida a fim de melhor atender os visitantes que, em questão, frequentam os parques urbanos.

Um dos grandes desafios dos profissionais do turismo é não permitir que a ideia de hospitalidade seja vista de modo dissimulado, que não seja desempenhada somente sob o âmbito comercial, mas sim como um ato social.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph, 2005b. (ABC do Turismo).

\_\_\_\_\_. Hospitalidade. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Análises Regionais Globais do Turismo Brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005a.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Valorização dos espaços públicos como fomento à qualidade de vida e ao turismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 4. , 2000, Joinville. *Anais...*

CORONA, M. A. Los parques urbanos y su panorama en la Zona Metropolitana de Guadalajara. *Revista de Vinculación y Ciencia*, Guadalajara, ano 4, n. 9, p.4–16 abr. 2002. Disponível em: <www.acude.udg.mx/divulga/vinci/vinci9/Interiores9–2.pdf.> Acesso em: 3 maio 2010.

CRUZ, R. C. A. *Introdução a geografia do turismo*. São Paulo: Roca, 2002.

DENKER, Ada de Freitas Maneti (Coord.). *Planejamento e Gestão em Turismo e Hospitalidade*. São Paulo: Pioneira: Thomsom Learning, 2004.

DI FIDIO, M. *Architettura del paesaggio*. 3. ed. Milano: Pirola, 1990.

DIEGUES, A. C. *O Mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DRUMMOND, José Augusto. Conceitos básicos para a análise de situações de conflito em torno de recursos naturais. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p.123–148.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Dicionário Aurélio século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FUCKS, Mário. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 87–114, 1998.

- GOTMAN, Anne. La question de l' hospitalité aujourd'hui. *Communications*, Paris, n.65, 1997.
- GRINOVER, Lúcio. *A Hospitalidade, a cidade e o Turismo*. São Paulo: Aleph, 2007.
- \_\_\_\_\_. Hospitalidade. Um tema a ser reestruturado e pesquisado. In: DIAS, Célia Maria de Moraes (Org.). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Hospitalidade e as transformações Urbanas*. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO - NUPECOM, 8., 2008, Natal, RN; CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008, Natal, RN. *Anais...*
- \_\_\_\_\_. Os domínios da hospitalidade. In: DENCKER, Ada de Freitas Maneti; BUENO, Mairleys Siqueira (Org.). *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira: Thomson Learning, 2003.
- HALMITON, K. *Policy-criven indicators for sustainable development*. Mediterranean Blue Plan Environmental Performance Indicators workshop. Damasco: World Bank, 1996.
- KINKER, Sonia. *Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais*. Campinas, SP: Papirus, 2002.
- LIMA, A.M.L.P.; CAVALHEIRO, F, NUCCI, J.C.; SOUZA, M.A. Del B.; FIALHO, N. de O.; DEL PICCHIA, P.C.D. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2., 1994, São Luiz. *Anais...* p. 539-549.
- LIMA, M. C. *Monografia: a engenharia da produção acadêmica*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MACEDO, S. S. *Parques urbanos no Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Coleção Quapá).
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *O que é o urbano, no mundo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. 14p. (Texto para discussão, 281). Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20281.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2009.
- MUNHOZ, D. E. A. *Parques urbanos: pra que (m) construir? Pra que (m) conservar? – Estudo do processo de implantação do Parque Fazenda Lagoa do Nado*. 1996. 146p. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos)– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.
- PAULA, A. P. P. de. *Por uma nova gestão pública*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- PORRECA, L. M. *Monitoramento ambiental*. In: GUIA DE CHEFE – Manual de apoio ao gerenciamento das unidades de conservação federais. Brasília: Ibama: GTZ, 2001. Disponível em: <[www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/java.htm](http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/java.htm)>. Acesso em: 29 jan. 2010.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Disponível em: <[http:// www.pbh.gov.br/zoobotânica](http://www.pbh.gov.br/zoobotânica)>. Acesso em: 12. abr. 2009.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. *Parques Públicos de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1997.
- PROJETO Design. Disponível em: <[http:// www.arcoweb.com.br](http://www.arcoweb.com.br)>. Acesso em: 15. abr. 2009.
- REGO, R. A.; SILVA, E. A. A atmosfera das cidades e a hospitalidade. In: DENCKER, Ada de Freitas Maneti; BUENO, Mairleys Siqueira (Org.). *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira: Thomson Learning, 2003.
- SAGI, Luciana. Gestão pública da hospitalidade urbana: estudo de caso do Parque da Água Branca na cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 90-105, nov. 2008.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FEPESP, 1996.
- SPIRN, A. W. *O jardim de Granito: a natureza no desenho da cidade*. São Paulo: EDUSP, 1995.

Enviado em 02/02/2011.

Recebido em 02/02/2011

Aprovado, em sua versão final, em 15/03/2011.

Artigo avaliado eanonimamente por pares



	Gênero	Estado Civil	Idade	Escolaridade	Frequencia de visitação	Objetivo	Cidade em que reside
1	F	Casada	30	2º grau completo	Semanalmente	Lazer / Caminhada	Belo Horizonte
2	F	Casada	25	2º grau completo	Semanalmente	Lazer (Passear)	Betim
3	M	Solteiro	28	2º grau completo	Ocasionalmente	Lazer / Correr	Betim
4	M	Casado	32	2º grau completo	Semanalmente	Lazer / Caminhada	Belo Horizonte
5	M	Casado	28	Superior Incompleto	Semanalmente	Lazer (Ler)	Belo Horizonte
6	F	Solteira	31	2º grau Incompleto	Semanalmente	Lazer (Brincar com crianças)	Contagem
7	F	Casada	60	2º grau Incompleto	Semanalmente	Lazer / Caminhada	Contagem
8	F	Solteira	34	2º grau completo	Semanalmente	Lazer / Descansar	Belo Horizonte
9	F	Solteira	29	Superior Incompleto	Ocasionalmente	Lazer	Belo Horizonte
10	F	Casada	33	Superior Completo	Ocasionalmente	Lazer (Brincar com crianças)	Betim
11	F	Casada	30	2º grau completo	Primeira Vez	Lazer (Piquenique)	Betim
12	M	Solteiro	34	2º grau completo	Mensalmente	Lazer / Descansar	Belo Horizonte
13	M	Casado	30	Superior Completo	Ocasionalmente	Lazer (Ler, brincar com crianças)	Belo Horizonte
14	F	Solteira	27	2º grau completo	Mensalmente	Lazer	Santa Luzia
15	F	Solteira	24	Superior Incompleto	Semanalmente	Lazer / Atividades esportivas	Belo Horizonte
16	F	Casada	35	2º grau completo	Semanalmente	Lazer	Belo Horizonte
17	F	Casada	41	2º grau completo	Mensalmente	Lazer	Belo Horizonte
18	M	Solteiro	23	2º grau Incompleto	Semanalmente	Atividades Esportivas (Ginástica)	Belo Horizonte
19	F	Casada	53	Superior Completo	Semanalmente	Lazer / Caminhada	Belo Horizonte
20	M	Casado	59	Superior Completo	Semanalmente	Lazer / Caminhada	Belo Horizonte
21	M	Solteiro	27	Superior Completo	Ocasionalmente	Admirar a natureza	Belo Horizonte
22	F	Solteira	26	Superior Completo	Ocasionalmente	Relaxar	Belo Horizonte
23	F	Casada	33	2º grau completo	Mensalmente	Lazer (Piquenique)	Belo Horizonte
24	F	Casada	30	Superior Incompleto	Primeira vez	Lazer	Belo Horizonte
25	F	Casada	42	2º grau completo	Semanalmente	Lazer / Caminhada	Belo Horizonte
26	M	Casado	49	2º grau completo	Semanalmente	Lazer / Caminhada	Belo Horizonte
27	F	Solteira	22	Superior Incompleto	Ocasionalmente	Ler/ Descansar	Belo Horizonte
28	M	Casado	34	2º grau completo	Ocasionalmente	Lazer (Brincar com crianças)	Belo Horizonte
29	M	Solteiro	28	Superior Incompleto	Mensalmente	Descansar	Belo Horizonte
30	M	Casado	43	Superior Completo	Semanalmente	Lazer (Brincar com crianças)	Belo Horizonte
31	F	Solteira	31	2º grau completo	Ocasionalmente	Lazer / Ler / Atividades Esportivas	Belo Horizonte
32	F	Casada	40	2º grau completo	Ocasionalmente	Lazer (Piquenique)	Belo Horizonte
33	F	Casada	42	2º grau completo	Semanalmente	Lazer (Brincar com crianças)	Belo Horizonte

Quadro 3 - Características sócio-demográficas dos visitantes do Parque Ecológico da Pampulha

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

# Belleville Tour: um roteiro palimpséstico por Paris

*Humberto Fois-Braga\**

---

## Resumo:

O presente texto busca analisar como o filme francês “Belleville Tour” (2008) representa a operacionalização dos roteiros turísticos guiados pela capital francesa. Mesclando o centro parisiense (a cité histórica) com o bairro Belleville que fica à margem do imaginário turístico, o enredo do filme transforma Paris em uma “cidade palimpséstica”, cujas leituras e interpretações são intermediadas pelas óticas dos agentes envolvidos na operacionalização dos city-tours. Por outro lado, e a partir da alegoria do carro-funeral transformado em micro-ônibus, compreende-se como o filme posiciona imagetivamente os visitantes guiados. Assim, percebemos que “Belleville Tour” expõe em seus discursos as tensões entre o tradicional e o contemporâneo vivenciadas por Paris, com o multiculturalismo da capital francesa buscando brechas para se infiltrar no processo turístico local, ainda que sofra rejeição por parte dos turistas tradicionalistas que continuam se interessando somente pelo imaginário que “prende” a “Cidade Luz” em um século XIX.

**Palavras-chave:** Imaginário. Roteiros Turísticos. Paris. Belleville Tour.

## BELLEVILLE TOUR: A PALIMPSEST - LIKE CIRCUIT THROUGH PARIS

---

## Abstract:

The current study aims at analyze how the French film “Belleville Tour” (2008) represents the management of the tourism circuits taken through the French capital (Paris). Mixing the Parisian downtown (the historic “cité”) with the Belleville neighborhood which lies on the margin of the touristic imagery, the plot of the film transforms Paris into a “palimpsest - like city”, whose readings and interpretations are intermediated through the view of the agents involved in the management of the city-tours. On the other hand, through the allegory of the funeral-car transformed into a microbus, it is understood that the film positions the guided visitors in a suggestive imagery. Thus, it is perceived that “Belleville Tour” exposes in its speeches the tensions between the traditional and contemporary that are experienced in Paris, with its multiculturalism trying to find cracks in order to penetrate the local tourist process, even though it may be rejected by part of the traditionalist tourists who continue to be drawn exclusively to the imagery that “traps” the “City of Lights” in the 19th century.

**Keywords:** Imagery. Tourist Circuits. Paris. Belleville Tour.

## BELLEVILLE TOUR: UN RECORRIDO (ITINERARIO) PALIMPSESTICO POR PARIS

---

## Resumen:

El texto busca analizar como el filme francés “Belleville Tour” (2008) representa la operacionalización de los roeios turísticos guiados por la capital francesa. Mesclando el centro parisiense (a cité histórica) con el barrio Belleville que queda a la margen del imaginario turístico, el enredo de la película convierte Paris en una “ciudad palimpséstica”, cuyas lecturas y interpretaciones son intermediadas por las óticas de los agentes involucrados en la operacionalización de los cites-tours. A partir de la alegoria del carro-funeral transformado en micro-ómnibus, se comprende como una película posiciona imagetivamente los visitantes guiados. Luego, percibimos que “Belleville Tour” expone en sus discursos las tensiones entre lo tradicional e lo contemporaneo vivenciado por Paris, con el multiculturalismo de la capital francesa buscando espacios en el proceso turístico local. Aun que sufre rechazo de los turistas tradicionalistas que continuan interesandose solamente por lo imaginario que “prende” la “Ciudad Luz” en el siglo XIX.

**Palavras-llave:** Imaginario. Intinerarios Turísticos. Paris. Belleville Tour.

---

\* Professor Assistente I no Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora. Possui graduação em Turismo e especialização em “Estudos Literários” pela UFJF, master II em “Industries du Tourisme” pela Université de Toulouse II (Le Mirail) e mestrado em “Comunicação e Sociedade” pela Faculdade de Comunicação da UFJF. E-mail: humfois@gmail.com.

Recentemente, o canal a cabo francês TV5 Monde transmitiu o filme (téléfilm) “Belleville Tour” (Direção de Zakia Bouchaala e Ahmed Bouchaala, produzido por France Télévisions, 2008). Resumidamente, a história é centrada no bairro Belleville, em Paris, e nos conta as peripécias de dois amigos que fundam uma agência turística receptiva que propõe roteiros guiados pelos principais atrativos da Cidade Luz.

Paul e Bachir são estes dois amigos, filhos do bairro Belleville, e que levam a vida realizando “pequenos bicos” e saltando de trabalho em trabalho. Ambos estão certos de que os roteiros lhes deixarão ricos, pois o que não falta são turistas estrangeiros querendo gastar dinheiro pela capital francesa. Para tal, contratam Capucine, uma jovem independente e cheia de atitudes, que, graças ao seu inglês fluente (ainda que com o clássico sotaque francês), se torna a guia responsável por narrar a cidade aos visitantes.

Com a ajuda dos moradores de Belleville, os dois amigos conseguem transformar um carro de funeral em micro-ônibus para turistas. Assim, a tinta negra do veículo é substituída por um amarelo e vermelho vivos, o interior espaçoso é ocupado por poltronas, o fêretro cede espaço aos turistas, e o traslado se torna traslado. Na verdade, esta transmutação do veículo esboça uma alegoria para o corpo, em que o turista (sentado, guiado e fechado) não está tão longe do defunto – ambos são passivos, parados e levados.

Estes adolescentes de 30 anos criam roteiros que privilegiam a “*cit *” (a zona histórica parisiense), mas não se esquecem do “*quartier*” Belleville, situado no 20e arrondissement e às margens dos circuitos turísticos tradicionais.

Além de permitir uma vista privilegiada e panorâmica de Paris, Belleville   um bairro cuja vida artística   intensa, e onde ocorrem aquelas misturas culturais devido   imigra o de judeus, mu lmanos, chineses. Aliás, “a ‘mestiagem’ foi justamente este elemento que cativou François Farguia, cenarista do téléfilm. ‘Eu vivi quarenta anos aqui. Dois terços da humanidade se encontram representados nestes dois hectares, eu sempre fui embalado por este multiculturalismo’” (20 MINUTES. FR....) [tradu o minha].

Como disse White (2001, p. 63), se Paris quiser continuar exercendo “sua fun o de farol da civiliza o”, ela deve olhar para seus banlieues (subúrbios), “abraçando a cultura híbrida e internacional que floresce dentro dos limites da capital”. O autor defende que a “* le de la cit *” está congelada e entregue aos turistas,

e a verdadeira vida acontece nas periferias, naqueles arrondissements e bairros mais afastados.

No téléfilm de Zakia e Ahmed Bouchaala,   no bairro de Belleville que os turistas guiados por Capucine almo am e compram *souvenirs* num mercado improvisado e cujos vendedores são os próprios moradores do bairro. Aqui, vale algumas observa es: inicialmente, o cardápio do restaurante eleito como ponto de parada oferecia pratos tipicamente franceses; já o mercado de *souvenirs* era um espaço em que os artistas do bairro expunham seus trabalhos cujas temáticas não eram propriamente o imaginário oficial parisiense (não nos esqueçamos que a região de Belleville vive um cotidiano   *l’ cart* do turismo que permeia as zonas centrais).

Depois dos primeiros grupos turísticos passarem pelo local, os amigos começam a observar que, apesar da empolga o afetada de Capucine (que tenta convencer e motivar os turistas a consumirem), os negócios não estão indo tão bem, o que lhes faz receber uma comissão pela indica o de venda (paga pelos comerciantes do bairro) menor do que a prevista.

Por isso, decidem alterar suas estratégias, o que passa então a dar resultados lucrativos: (1) os restaurantes devem servir pratos t picos, não mais franceses, mas dos países de origem dos visitantes (assim, o cardápio muda dependendo se o grupo for composto de poloneses, russos, etc.); (2) já os souvenirs (que remetiam a uma memória dos artistas e do bairro) deveriam ser substituídos por aqueles lugares comuns, que representam em quadros, esculturas, chaveiros, camisas, canecas e demais apetrechos os estereótipos da Cidade Luz.

O recado   fácil de ser entendido: a boa vontade dos sócios da empresa, que pretendiam transformar o seu bairro em um espaço turístico, valorizando o comércio e os artistas locais, não teve repercussão e nem contrapartida dos visitantes. Os turistas – naqueles estereótipos conhecidos e defendidos por diversos pesquisadores e repercutidos por vários alunos dos cursos de turismo – também são “lugares comuns”, pois preferem comer e beber aquilo que já conhecem e são compram o que reforça o imaginário padrão que se tem do local visitado.

Outro ponto interessante do enredo são as cenas que nos mostram o “jeitinho franc s” de Paul, Bachir e Capucine para conseguir seus clientes. Frequentando as zonas turísticas parisienses (Museu do Louvre, Sacr  Coeur, Torre Eiffel...), estes amigos roubam os turistas alheios, desviando o fluxo e fazendo-os embarcar no micro-ônibus-turístico-ex-rabec o.

Uma vez dentro do veículo, Capucine começa as suas narrativas de guia, em uma velocidade de vídeo-clipe e que somente permite apontar rapidamente e à distância os atrativos. Por sua vez, aos turistas, resta-lhes virar a cabeça para a direita, para a esquerda e olhar para trás a fim de recuperar a vista dos pontos turísticos mencionados e que já se foram (passaram), bem como tirar fotos que mais expressam o movimento e a velocidade do carro do que o atrativo per se.

No entanto, embora haja o roteiro e o discurso programado, a guia bilíngue tem seus momentos de imprevisto: entre duas panes do antigo veículo adaptado, ela apimenta a história dos atrativos turísticos com episódios trágicos de sua vida sentimental - “ali foi onde briguei com meu ex-namorado”; “lá foi onde Cédric me fez ficar esperando, e não apareceu”, “acolá, Marcel terminou seu relacionamento de duas semanas comigo”...

E são exatamente nestes momentos de narração de sua vida sentimental que a guia consegue interagir com os turistas, comovendo-lhes com suas histórias. E, assim, eles saem de um estado letárgico (daqueles roteiros e discursos padrões) para se envolver com os espaços narrados de maneira personalizada por Capucine.

Tais cenas do filme nos fazem resgatar aquele ideário que vê o urbano como sendo um acúmulo de imaginários (GASTAL, 2006) e a cidade enquanto palimpsesto (GOMES, 2008): se a cidade é composta de camadas, existem diversas maneiras de narrá-las – e é aí que entram os roteiros turísticos e suas capacidades de suscitar e trazer novos olhares e discursos para o urbano. Podemos pensar em “roteiros turísticos palimpsésticos”, aqueles que não buscam somente a gênese dos atrativos narrados (datas, personagens ilustres, curiosidades estruturais...), mas que se concentram no próprio processo de cavar e recuperar as camadas de imaginários e histórias acumuladas pelos ambientes.

O que me faz lembrar do livro “Eles eram muitos cavalos” (RUFFATO, 2001), que nos narra um dia qualquer (comum, banal) em São Paulo. Em um enredo fragmentado, sem índice e sequência de leitura, o leitor se confronta com uma multiplicidade de vidas e situações que as 24h da capital paulista comportam. Tudo e todos contribuem para construir e acumular cotidianamente a urbanidade paulistana.

Em outras palavras e para nosso caso turístico, existem diversas histórias que perpassam um atrativo – que antes de tudo é um equipamento urbano e preso a uma malha de vida cotidiana. Preocupar-se somente com a História (una e sem concorrentes) é ser reducionista; e

por isto mesmo os guias, com seus discursos, deveriam fragmentar estas memórias, mostrando aos visitantes que estes atrativos não estão congelados no tempo e nem em sua época de construção/fundação; ao contrário, eles estão vivos e se traduzem no cotidiano e em narrativas plurais (múltiplas e contraditórias, dependendo de quem os vive e dos pontos de vista de quem os narra). Como diz a personagem do livro “Texaco” (CHAMOISEAU, 1992, p. 40): “não vou refazer a História para você, mas o preto velho da Doum revela, por baixo da História, histórias das quais nenhum livro fala, e que, para compreender-nos, são as mais essenciais” [tradução minha].

Acredito que faltam estas visões quando se estudam os roteiros turísticos, o que prende os guias, inevitavelmente, em lugares comuns. Assim como Capucine, os roteiros devem ser discursivos (ideológicos, claro!), pois o narrador está impregnado daquela malha urbana que se apresenta aos visitantes, e ele também tem suas histórias e memórias. Enfim, o guia tem que ser híbrido, não somente jornalista (com sua improvável narração dos fatos), mas também épico, romancista, poeta e contador de histórias. Em outras palavras, deve embaralhar o urbano...

O téléfilm Belleville Tour, ao circular pelas territorialidades da cité turística e do bairro de Belleville, coloca em confronto um paradoxo turístico: os visitantes que desejam consumir estereótipos, mas que, ao mesmo tempo, só se envolvem e se comovem com os discursos que desconstroem os atrativos símbolos do destino. É o confronto entre a letargia e a pulsão que traz novos movimentos à circularidade turística.

## REFERÊNCIAS

20 MINUTES. FR. *Belleville fait son cinéma, devant et derrière la caméra*. Disponível em: <<http://www.20minutes.fr/article/138150/Paris-Belleville-fait-son-cinema-devant-et-derriere-la-camera.php>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

CHAMOISEAU, Patrick. *Texaco*. Paris: Gallimard, 1992.

GASTAL, Susana. *Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio*. Campinas, SP: Papirus, 2006.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.



RUFFATO, Luiz. *Eles eram muitos cavalos*. São Paulo: Boitempo, 2001.

WHITE, Edmund. *O Flâneur: um passeio pelos paradoxos de Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Enviado em 11/02/2011.

Recebido em 11/02/2011

Aprovado, em sua versão final, em 16/02/2011.

Texto convidado

# NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A finalidade da ABET, *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, é propagar e socializar o conhecimento científico, teórico-crítico e didático-pedagógico, preponderantemente mas não exclusivamente, produzido pelo corpo discente e docente do curso de Turismo da UFJF, com o objetivo de estimular o debate acadêmico, além de auxiliar os profissionais, mediante o debate e a profusão de novos saberes e/ou de novas práticas, que atuam nesta área do saber humano.

## O MANUSCRITO DEVE SER PREPARADO COMO SEGUE:

**Tipografia:** O manuscrito deve ser preparado com espaçamento entre linhas simples, fonte Times New Roman tamanho 12, paginado com margens de 3 cm à esquerda e superior e a 2cm à direita e inferior, em papel A4. As citações diretas deverão utilizar a fonte 10, e as notas devem apresentar o mesmo tipo de letra, no tamanho 9. Não utilizar fontes nem tamanhos distintos no texto. Caso pretenda destacar alguma palavra ou parágrafo, utilize a mesma fonte em cursiva (itálico).

**Título e dados do autor ou autores:** O título do trabalho deverá ser redigido em negrito e com a inicial em letras maiúsculas. O nome do autor ou autores seguirá logo abaixo, indicando a instituição de origem (universidade, departamento, empresa, etc.), a especialidade e o correio eletrônico para contato. Pode se inserir dados biográficos adicionais em uma nota desde que esta não ultrapasse 60 palavras.

**Resumo:** O artigo deve vir acompanhado de um resumo no idioma em que está escrito (150 – 250 palavras) e sua tradução em língua estrangeira (resumo e título). Caso o artigo esteja em português, as línguas contempladas nas traduções do resumo devem ser o inglês e o espanhol. Se o artigo estiver em inglês utilizar-se-á, além destas, espanhol e português. Mas, caso o texto esteja em espanhol, deve-se fazer uso do inglês e português

**Palavras-chave:** o texto deve conter entre 3 e 5 palavras chave sobre o tema principal, sempre separadas, assim como *Keywords* e *Palabras-clave*, por ponto.

**Texto:** o texto deve possuir uma extensão entre 5.000 e 9.000 palavras para artigos e de 3.000 a 5.000 tanto para opiniões, pensatas e ensaios como para notas de investigação; e de 2.000 a 3.000 para resenhas de livros e obras acadêmicas.

**Idiomas:** o trabalho deve vir acompanhado de título na língua vernácula e em inglês, dados biográficos do(s) autor(es) (e que não ultrapassem 60 palavras), resumo na língua vernácula e em língua estrangeira (150 a 250 palavras), as divisões internas que se julguem necessárias (geralmente, introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão, conclusão), agradecimentos (se pertinente) e referências. Para os artigos escritos em inglês ou espanhol deve ser enviado necessariamente um resumo em português, assim como o título; palavras-chave (entre três a cinco, separadas por ponto) nas duas línguas dos resumos.

**Ilustrações:** as ilustrações (quadros, gráficos, esquemas, fluxogramas, organogramas, gravuras, fotografias e outros) e tabelas deverão ser inseridas no texto. Todos devem possuir legendas – título e fonte. As tabelas devem seguir as Normas de Apresentação Tabular do IBGE. Pode se utilizar imagens coloridas, embora se deva avaliar a possibilidade de utilizá-la em formato papel, em branco e preto para que fique legível no caso da edição impressa.

**Abreviações e acrônimos:** Deverão ser definidos claramente no seu primeiro uso no texto.

**Citações e Referências:** as referências, assim como as citações, no corpo do texto, devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 6023:2002 e NBR 10520:2002.

**Notas:** as notas explicativas devem ser utilizadas somente se forem indispensáveis, e deverão vir sempre como notas de rodapé, utilizando o mesmo tipo de letra deste (Times New Roman) no tamanho 9.